



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

Feminismo e Emancipação Feminina: Um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê– Organização de Mulheres Negras da Paraíba.

KARLA MARIA DA SILVA BARBOSA

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

João Pessoa/PB

Junho de 2016

KARLA MARIA DA SILVA BARBOSA

Feminismo e Emancipação Feminina: Um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê– Organização de Mulheres Negras da Paraíba.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado

João Pessoa/PB

Junho de 2016

B238f Barbosa, Karla Maria da Silva.
 Feminismo e emancipação feminina: um estudo sobre a
 concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê -
 Organização de Mulheres Negras da Paraíba / Karla Maria da
 Silva Barbosa.- João Pessoa, 2016.
 111f. : il.
 Orientador: Charliton José dos Santos Machado
 Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL
 1. Sociologia da cultura. 2. Feminismo negro. 3. Racismo.
 4. Emancipação. 5. Interseccionalidade.

UFPB/BC

CDU: 316.7(043)

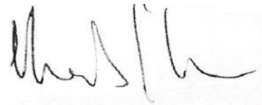
KARLA MARIA DA SILVA BARBOSA

Feminismo e Emancipação Feminina: Um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê– Organização de Mulheres Negras da Paraíba.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado
Orientador



Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de Léon
Examinador Interno

Profa. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes
Examinador Externo

*Ao João Gabriel, meu filho e verdadeiro amor,
minha fonte de inspiração para esse trabalho e para a vida.*

AGRADECIMENTOS

Momento final do trabalho, os agradecimentos faz lembrar a caminhada longa até chegar aqui ao longo dos dois anos de pesquisas e da jornada acadêmica que me refez enquanto indivíduo. Muitos foram os que contribuíram nessa caminhada, entretanto, alguns merecem agradecimento especial.

Agradeço a Capes, que contribuiu, ao longo dos dois anos de pesquisa, na realização e desenvolvimento do trabalho aqui exposto. Assim como a todos do PRPG e do PPGS.

Agradeço, principalmente, ao meu Orientador Charliton que aceitou orientar meu projeto no decorrer da pesquisa. Em especial, a banca que também aceitou a participar da análise e correção da presente pesquisa, dedicando tempo e contribuições.

À Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba, por ter aceitado a proposta da pesquisa, pela disponibilidade de atenção e material para a realização da pesquisa. Agradeço, especialmente, Terlúcia Silva, Priscila Estevão, Penha e Evonildes Fonseca.

Agradeço aos meus pais, sogros, cunhada e toda família que dedicaram seu tempo cuidando do meu filho enquanto desenvolvia a pesquisa no processo de escrita e análise de dados.

Ao meu companheiro, Emanuel, que me auxiliou sempre que eu precisei, com seu amor, sua paciência e me dando força para chegar até aqui. Aos meus amigos e amigas, Maria Vila Nova, Jaime, Daniela Rodrigues, Jéssica Marins, Geziane, Gianna Sorrentino, Fabrício Gomes, Jucélia, e todos os colegas da turma do Mestrado 2014.1 que na trilha da vida me proporcionaram ânimo, apoio moral e psicológico nos momentos mais críticos e nos mais divertidos.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 08 |
| CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA | 17 |
| <i>1.1 Movimento Feminista no Brasil</i> | <i>17</i> |
| CAPÍTULO 2 – O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL | 24 |
| <i>2.1 História do Feminismo Negro no Brasil</i> | <i>31</i> |
| <i>2.2 História do Feminismo Negro Local – João Pessoa/PB.....</i> | <i>50</i> |
| CAPÍTULO 3 –CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO DE JOÃO PESSOA: BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA | 52 |
| <i>3.1 História da Bamidelê – OMNPB.....</i> | <i>53</i> |
| <i>3.2 Função e Perfil das militantes.....</i> | <i>56</i> |
| <i>3.3 Ações da Bamidelê - OMNPB: De 2001 a 2015</i> | <i>59</i> |
| <i>3.4 A Bamidelê – OMNPB e o Estado.....</i> | <i>65</i> |
| <i>3.5 Articulação da Bamidelê – OMNPB e o Movimento Negro e Movimento Feminista da Paraíba.....</i> | <i>68</i> |
| <i>3.6 Os principais desafios para a emancipação da mulher negra na sociedade brasileira.....</i> | <i>75</i> |
| <i>3.7 Da teoria à prática: Concepção de emancipação feminina e Análise dos resultados dos projetos sociais da Bamidelê – OMNPB com as mulheres negras na Paraíba</i> | <i>9</i> |
| CONCLUSÃO | 104 |
| REFERÊNCIAS | 108 |

RESUMO: Conforme o processo histórico foi promovendo as diferentes ondas do feminismo, outras vertentes também surgiram com base na necessidade de representação de uma multiplicidade de identidades que começaram a ser defendidas dentro do movimento feminista. As mulheres negras que não se sentiam representadas pelo feminismo tradicional, compõem seu próprio espaço de mobilização, o feminismo negro. Inserindo nesse movimento a pauta do racismo, além do sexismo e da questão de classe. O presente trabalho propõe o direcionamento do olhar para emancipação da mulher negra, desenvolveremos a pesquisa na perspectiva de compreender e analisar criticamente a concepção da emancipação feminina e a atuação do feminismo negro para a emancipação das mulheres negras. Com isso, realizaremos a pesquisa com a organização Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba, realizando a caracterização da organização, os perfis das militantes e das mulheres que participam dos projetos realizados pela Bamidelê, a fim de analisar como essa organização compreende e efetiva a emancipação das mulheres negras.

Palavras Chaves: Feminismo Negro, Emancipação, Interseccionalidade.

ABSTRACT: As the historical process started to promote the different waves of feminism, other aspects also emerged based on the need for representation of a multiplicity of identities that began to be defended within the feminist movement. Black women who did not feel represented by traditional feminism, make up their own mobilization space, black feminism. Including in this movement the topic of racism, beyond sexism and class issue. This paper focuses on the emancipation of black women, we will develop the research in order to understand and critically analyze the conception of women's emancipation and the role of the black feminism for the emancipation of black women. The research will be conducted with the Bamidele organization - Black Women's Organization of Paraiba, carrying out the characterization of the organization, the profiles of members and women participating in the projects carried out by Bamidele, in order to analyze how the organization understands and carry out the emancipation of black women.

Key-Words: Black Feminism, Emancipation, Intersectionality.

INTRODUÇÃO

No desenvolvimento histórico das sociedades, especificamente a sociedade brasileira, pode-se perceber a conquista de diversos direitos que foram resultados de lutas de algumas gerações que se mobilizaram para concretizar seus interesses e suas necessidades, a conquista do direito ao voto das mulheres, as instituições de leis contra crimes raciais, de gênero e etnia são exemplos de conquistas de lutas dos movimentos sociais e seus campos de luta. Movimentos sociais são, segundo a definição de Gohn (2011), ações sociais, promovidas pelo coletivo com cunho sociopolítico e cultural, e que viabilizam formas de organização com forças sociais e expressão de suas demandas. As mobilizações como ações coletivas, são organizadas pelos movimentos sociais, que nos anos de 1990, se tornam em sua maioria, institucionalizadas e com relevante participação social. Atualmente a luta pela defesa da identidade, fez-se surgir movimentos em diversos campos temáticos.

Conforme o processo histórico foi promovendo as diferentes ondas do feminismo, outras vertentes também surgiram com base na necessidade de representação de uma multiplicidade de identidades que começaram a ser defendidas dentro do movimento feminista. O movimento feminista passa a ter uma diversidade de manifestação de práticas e de diferentes discursos. Dessa forma, indaga-se que mulheres o movimento feminista representa? Visto que o feminismo unificado, já não mais fazia-se representar a face múltipla que as mulheres tomavam para si, algumas mulheres que não se sentiam representadas, iniciaram um outro caminho na luta do feminismo.

Os movimentos que defendem o reconhecimento da identidade para que o indivíduo seja reconhecido na sociedade civil sem discriminação, pretende reconhecer as diferenças em que prevalece a importância do indivíduo na sociedade, e não sua exclusão ou transformar as diferenças em pontapé para competições dos indivíduos entre si na sociedade. E a raça entra nesse debate, seguindo o contexto da afirmação da identidade e da diferença para as feministas negras. Suas críticas ao feminismo liberal e branco vão de acordo com o fato de que “as práticas de exclusão das mulheres que dominam o discurso feminista tornaram praticamente impossível novas e variadas teorias surgirem” (Hooks, Mulheres negras moldando uma teoria feminista). Muitas mulheres se sentem silenciadas no movimento feminista, como é o caso das mulheres indígenas, quilombolas, trabalhadoras/operárias e também as negras.

As mulheres negras não se sentiam representadas pelo feminismo unificado, que falava de uma mulher universal, de uma opressão pura comum a todas. Sim, todas as mulheres são oprimidas a partir de uma opressão histórica, o sexismo, mas as desigualdades de gênero, entre homens e mulheres não são as únicas formas violentas de sujeitar as mulheres. O racismo oprime mulheres e homens negros, mas são as mulheres que vivenciam a dupla experiência da opressão sexista e racista, e o fator classe social também perpassa a violência que atinge as mulheres negras. Embora seja o racismo opressão de homens e mulheres negras, estas não tiveram o espaço suficiente no movimento negro para reivindicar suas pautas enquanto mulheres negras. Tendo então, a necessidade de se formar um novo movimento negro de mulheres e de feminismo negro.

O feminismo negro começa a ganhar força a partir do segundo momento de atuação do feminismo, ou seja, na segunda onda feminista, principalmente nos Estados Unidos, onde teve as principais fontes do feminismo negro, dentre elas, a ex-escrava Sojourner Truth, que se tornou oradora com o discurso “E eu não sou uma mulher?” durante a Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, em 1851. Discurso que deixou bem claro o lugar da mulher negra na sociedade, um lugar diferente do lugar da mulher branca, isto é, situações radicalmente diferentes, principalmente no contexto em que ocorreu a convenção e o do tempo da oradora Sojourner Truth.

A partir da necessidade de uma pauta específica que discutisse os problemas enfrentados pelas mulheres negras, isto é, o racismo, um novo movimento se faz atuante na linha dos movimentos feministas. As mulheres negras compõem o feminismo negro, com pauta que discutem o racismo além do sexismo, embora a questão de gênero também seja um entrave para a emancipação e igualdade destas mulheres, a questão do racismo se torna tão importante quanto a questão de gênero. Assim como afirma a militante da organização Bamidelê sobre a questão de gênero na pauta do feminismo negro, “a gente tem especificidade enquanto mulheres negras, mas a questão de gênero é o que perpassa por toda a sociedade.” (Militante da Bamidelê, 2015). É nesse movimento que as mulheres negras formam o laço necessário para se unirem e falarem de suas experiências e dos problemas enfrentados por elas quanto ao racismo e suas consequências na vida delas, que as atingem na saúde, na vida familiar, no trabalho, nas políticas públicas, nos direitos e na identidade, dentre outros setores.

A especificidade da questão da negritude no feminismo negro não é apenas o reconhecimento dessa identidade, não só. A questão de gênero também se entrelaça com a questão racial no tocante a condição da mulher negra na sociedade que é sexista e racista, como é a sociedade brasileira. Por mais que soe como um clichê, a mulher negra é duplamente oprimida numa sociedade em que prevalecem esses dois sistemas de opressões em suas diversas formas. A mulher branca vai sofrer discriminação pelo fato de ser mulher, se for uma mulher negra, esta vai sofrer discriminação pelo fato de ser mulher e ser negra, pois é sabido que a raça negra é historicamente discriminada.

A libertação do povo escravizado, isto é, das mulheres e homens negros, não logrou êxito, pois, ao procurarem se inserirem na sociedade enquanto cidadãos livres se depararam com outro tipo de serviço equivalente a servidão. Tiveram acesso a setores de trabalho com péssimas condições de exercício e de salário, principalmente as mulheres negras, que apenas tinham acesso ao setor agrícola e compondo majoritariamente o quadro de serviço doméstico, onde eram tratadas como escravas pelos empregadores e ainda sofriam abusos dos senhores brancos sem ter como recorrer na justiça pelo fim de tal opressão.

É a partir desse contexto que se encontrava a população negra, que começaram a surgir as primeiras organizações sociais contra as opressões por eles vivenciadas. Segundo Angela Davis, os primeiros clubes de mulheres negras surgem no século XIX, a exemplo, destaca o clube de mulheres negras de Boston Club Era de lasMujeres [Women's Era Club) de Boston, sendo “el fruto de los primeros esfuerzos organizativos de lasmujeres negras dentro del movimiento de los clubes.” (Davis, 2005, p. 131). Surgem diante de inúmeros clubes de mulheres brancas da classe média e de um período em que a população negra sofria com linchamentos nos Estados Unidos. De acordo com Davis,

La década de 1890 fue el periodo más difícil para las personas negras desde la abolición de la esclavitud y, naturalmente, las mujeres se sintieron obligadas a unirse a la lucha por la resistencia de su pueblo. El primer club de mujeres negras se organizó en respuesta a la desenfrenada ola de linchamientos y al abuso sexual indiscriminado del que ellas eran objeto. (Davis, 2005, p. 132).

A segregação racial fazia parte desse momento histórico, em que se pensava estarem libertos da escravidão. Os clubes de mulheres negras tinham como principal atuação a luta anti escravista, a luta pelo fim dos linchamentos da população negra, que assassinavam negros e contra o abuso sexual que as empregadas negras sofriam de seus empregadores. Na verdade, “El movimiento de los clubes entre lasmujeres de color hundese sus raíces em lasubcondición

que padece toda laraza [...]. El movimiento de los clubes es sólo uno de los muchos medios para lograr el ascenso social de una raza.” (Davis, 2005, p. 137).

Esses clubes de mulheres negras não foram bem aceitos pelas mulheres brancas dos outros clubes. Embora ambos os clubes fossem formados por mulheres de classes sociais abastadas e cultas, as negras não eram bem aceitas nas federações nem nos encontros promovidos. Como destaca Davis(2005), o que diferenciava as líderes dos movimentos de mulheres brancas e negras, era o fato de que essas últimas tinham consciência da necessidade de combater o racismo enraizado em diversas formas de ações da sociedade, até mesmo de muitas mulheres brancas que lutavam pelo direito das mulheres. A autonomia das mulheres negras parte do momento em que, protagonizam em seu próprio espaço e passam a ter autonomia para falar sobre suas especificidades.

Uma problematização parte desse contexto, no tocante ao lugar da mulher que está à frente do movimento feminista. Isto é, quem melhor para discutir sobre os seus problemas senão a própria pessoa que vivencia determinada experiência? No movimento feminista, as mulheres negras não se sentiam representadas quando suas pautas não eram destacadas, nem no movimento negro, pois não tinham espaço pra falar sobre a situação da mulher negra. Na compreensão de atuação das feministas é preciso ter autonomia, ou seja, voz ativa para elas mesmas falarem sobre sua condição e suas experiências enquanto mulher negra numa sociedade racista, para obter espaço no campo dos movimentos sociais, destacar as pautas específicas da mulher diante da sociedade excludente, e assim encaminhar as mulheres para a emancipação, visto que autonomia e reconhecimento e valorização da identidade é ponto fundamental para a mulher negra se emancipar na sociedade, conforme destaca a Bamidelê, “Essa afirmação do ser mulher, do ser mulher negra, essa compreensão, você saber quem é você nessa sociedade, pra gente é passo pra emancipação.”

O presente trabalho propõe o direcionamento do olhar para emancipação da mulher negra, desenvolveremos a pesquisa na perspectiva de compreender e analisar criticamente a concepção da emancipação feminina e a atuação do feminismo negro para a emancipação das mulheres negras. Isto é, luta-se pela libertação de opressões que limitam a liberdade e o bem viver da mulher negra, na medida em que elas possuem limitações devido ao racismo sobre si, seja no mercado de trabalho, no acesso a saúde e a forma de atendimento, no contexto da violência doméstica e do preconceito ao seu corpo. Com isso, a mulher negra terá a possibilidade de se auto afirmar enquanto negra, sem sofrer as duras consequências que a

sociedade racista atribui às mulheres negras. Vamos analisar um sujeito histórico que passou a ter visibilidade no momento em que teve autonomia em relação a atuação de luta no movimento negro e do próprio movimento feminista, destacando suas pautas e suas experiências.

Conforme afirma Angela Davis, “Para las mujeres negras de 1890, la libertad debió de parecer un futuro más remoto de lo que presumían al final de la guerra civil.” (Davis, 2005, p. 94). Ou seja, a liberdade não foi garantida para os negros, no sentido que, com o fim da escravidão, os homens negros e as mulheres negras ainda estavam excluídos da sociedade, pois não foram incorporados enquanto sujeitos cidadãos civis, sem direitos e sem participação política, nem mesmo reconhecimento de suas identidades e cultura. O acesso ao trabalho era limitado para apenas alguns setores, mais limitado ainda era para as mulheres negras, que lhes cabiam apenas o setor agrícola e doméstico. No setor doméstico, as mulheres negras eram obrigadas a continuarem suas funções do período escravista.

Essa liberdade decretada ao povo negro não lhes permitia usufruir com deveria ser, de fato, desfrutada. Mais difícil ainda para as mulheres negras que, ao exercer um emprego doméstico precário que nada se diferenciava dos serviços empregados na casa dos seus senhores do período escravista, ainda tinham que lidar com abusos sexuais dos seus patrões, o que também não diferenciava do período da escravidão, já que muitas negras eram abusadas por seus senhores, isto é, “El abuso sexual que rutinariamente habían sufrido durante la época de la esclavitud no se detuvo por el advenimiento de la emancipación.” (Davis, 2005, p. 95). O vestígio da escravidão ainda estava impregnado na vida das mulheres negras que continuavam a serem escravizadas.

Além da emancipação das mulheres, da libertação da opressão patriarcal, as mulheres negras devem se libertar da opressão do racismo, como também da opressão classista, pois as mulheres negras estão em ambas as condições concomitantemente, ou seja, as negras carregam o peso da opressão machista, racista e classista. (HOOKS, Mulheres negras moldando uma teoria feminista).

O feminismo negro levantou a bandeira da diferença, no sentido de um reconhecimento da diferença e na busca de sua valorização. A fim de sair do encaixe programado pela sociedade do lugar da população negra, que os colocam em papéis específicos e limitados, sempre a margem, como afirma a militante da Bamidelê, ao falar que,

“mesmo você ainda não tendo a sua identidade definida, a sociedade já esta apontando o dedo e dizendo quem você é e pra onde você deve ir”. (Militante da Bamidelê, 2015). Segundo Pierucci (1999), a diferença produz diferença, ela provoca, no campo das relações de representação, a emergência de novas diferenças. Ainda de acordo com Pierucci,

Quando os diferentes querem se apresentar e, importante isso, se representar com toda a sua diferença, quando eles tomam “para si” sua diferença e nela se reconhecem com benevolência e auto-estima, desencadeia-se um processo que é ao mesmo tempo discursivo e material de afirmação de outras diferenças culturais já compartilhadas por indeterminado número de indivíduos, mas que eram, até então, socialmente invisíveis em seu valor (real ou imaginário) e inconcebíveis em sua legitimidade (social ou política). (PIERUCCI, 1999, p. 120).

Nesse sentido, a busca da valorização é a busca pelo reconhecimento da identidade negra, de sua cultura e ancestralidade. O significado de identidade aqui utilizado é de acordo com o conceito de Castells (2001), em que afirma ser a identidade “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.” (Castells, 2001, p. 22).

A emancipação das mulheres negras para o feminismo negro é conquistada quando estas se reconhecem enquanto negras, valorizam sua cultura e ancestralidade e afirmam de forma positiva enquanto reconhecem sua e afirmam sua identidade. Assim, essa compreensão perpassa o pensamento da organização pesquisada, quando afirmam que a emancipação da mulher negra é construída com base nesse fortalecimento da identidade e de sua autoestima, ou seja, “acho que emancipação é muito construído nesse coletivo, o que a gente quer é muito longe, porque a gente sabe que a sociedade não vai mudar do dia pra noite, mas a gente quer estar nessa sociedade sabendo, pelo menos, quem a gente é.” (Militante da Bamidelê, 2015).

As feministas negras vão discutir a questão envoltória da problemática da mulher na sociedade, pois envolve o conceito de gênero, de mulher, de sexualidade, de classe, etnia e cultura que estão presentes nessa gama de temáticas feministas. Enfatizando, obviamente, a especificidade da mulher negra nesses contextos. A categoria mulher é complexa e ampla, por isso é fundamental para os movimentos feministas debaterem sobre a diversidade que permeia a condição social cultural da mulher.

Esses são pontos sempre presentes na luta do feminismo negro, assim como no movimento negro. Dessa forma,

As ações da Bamidelê são sempre nesse sentido, fortalecimento da identidade negra, reconhecendo tantos os pontos negativos quanto os que também nos fazem lerem positivamente a nossa cultura, nossa ancestralidade, nossa militância, nossa herança de luta como Lélia Gonzalez, Tereza de Benguela, nossos referenciais de luta, tanto anteriores a nós como nossos contemporâneos, nossas contemporâneas, colocando essas duas questões, positiva e negativa. (Militante da Bamidelê, 2015).

Pretendemos, também, no presente trabalho, analisar esse espaço político do feminismo negro, para compreendermos sua fala no movimento feminista no contexto social brasileiro. Ao identificar a atuação de uma organização feminista negra aqui em João Pessoa/PB, a Bamidelê. Trata-se de uma organização não governamental que surge em 2001, na intenção de firmar também seu espaço nos movimentos sociais, abrindo espaço para a voz das mulheres negras na relação tão entrincheirada entre movimentos sociais e feministas. A organização é composta por militantes que atuam na cidade de forma articulada com outras organizações e Redes de Mulheres. Tendo uma assembleia que delibera as principais demandas do movimento e com apoio de colaboradores associados, composto de mulheres e homens.

O movimento feminista negro na Paraíba ainda é pouco atuante por possuir poucas formações conforme a estrutura de uma organização que atue junto no campo político e social. A Bamidelê tem uma atuação em relação a destacar suas pautas no campo dos movimentos sociais,

A gente pode dizer que tem uma atuação que consegue colocar a pauta das mulheres negras e da população negra dentro das discussões a nível não só da Paraíba, mas a nível nacional também, contribuindo com a Rede na qual a Bamidelê faz parte e assim, nas conferências, a gente tem um peso político pra pautar as demandas que as mulheres negras têm, que a população negra têm. (Militante da Bamidelê, 2015).

Diante da reflexão do conhecimento obtido, alguns questionamentos podem ser pontuados como problema de pesquisa. Por que o movimento feminista negro diante de uma gama de vertentes do feminismo que lida e luta pela causa feminina e por sua emancipação? Como as mulheres assistidas pelo feminismo negro se apropriam da formação e como compreendem a emancipação a partir desse reconhecimento de mulher negra e suas pautas específicas? Qual o impacto da atuação do feminismo negro para as mulheres negras e população negra no geral?

A partir desses questionamentos, emergiu o objetivo da pesquisa aqui apresentada, no qual vamos analisar como a organização aqui pesquisada compreende a emancipação e de que

forma atua para a efetivação nas mulheres negras. Desse modo, delineia-se como objetivos específicos da pesquisa: descrever a história e atuação do movimento feminista negro Bamidelê com as mulheres negras; traçar o perfil das mulheres negras que compõem a organização assim como das mulheres que participam de seus projetos e que são assistidas pela organização; compreender como essa organização dissemina a concepção da emancipação feminina para as mulheres negras; realizar uma análise comparativa das teorias feministas e do feminismo negro e suas respectivas atuações; pontuar as ações adotadas pela Bamidelê para a formação e emancipação da mulher negra considerando e refletindo de acordo com a teoria feminista negra existente.

Consideramos relevante pesquisar sobre o feminismo negro porque, diante das várias vertentes do feminismo, é aquela que ainda está envolta por trincheiras do preconceito, do machismo, do sexismo, do racismo e do radicalismo de alguns movimentos feministas. É relevante no sentido de compreendermos como o espaço é conquistado diante dos entraves já citados. Além da contribuição acadêmica e com a memória do movimento através de mais um estudo sobre a temática, que inclui uma análise de sua teoria, formação e atuação e contribuição para as mulheres negras. Para isso, vamos estruturar esta dissertação com divisões em 4 (quatro) capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, intitulado “*Breve História Do Movimento Feminista*” delinearemos de forma breve uma trajetória do movimento feminista no Brasil pontuando suas principais vertentes e também uma breve história do feminismo negro. Introduzindo, assim, a história do feminismo negro, seu processo de rompimento com o movimento feminista e suas demais vertentes, fazendo com que conheçamos suas pautas e críticas e assim possamos mais adiante esmiuçar sobre o feminismo negro e o porquê de sua formação como mais uma vertente do movimento feminista e qual sua atuação para a emancipação das mulheres negras. Vamos traçar também o panorama da conceituação de diferença e identidade que permeia o discurso do feminismo negro.

No segundo capítulo, intitulado “*O Feminismo Negro no Brasil*”, será desenvolvido com uma breve história do feminismo negro no Brasil, sua formação e desenvolvimento histórico como também traçar o histórico e perfil do feminismo negro local e sua atuação em João Pessoa/PB.

No terceiro capítulo, intitulado “*Caracterização Do Movimento Feminista Negro De João Pessoa: Bamidelê – Organização De Mulheres Negras Da Paraíba*”, expor a história da organização, sua metodologia, o perfil de suas militantes e seu pensamento feminista sobre a emancipação da mulher negra. Através de entrevistas realizadas com algumas das militantes da organização, vamos expor o cerne do movimento, abrindo espaço para as mulheres negras que compõem a organização, assim como uma análise crítica do material coletado, produções da própria organização que circula no meio midiático, acadêmico e institucional, e evidenciando sua trajetória ao longo da sua história de existência.

No quarto capítulo, “*O Movimento Negro e a Emancipação das Mulheres: Concepção e Atuação Formativa para a Emancipação das Mulheres Negras na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba*”, vamos apresentar alguns dos principais desafios enfrentados pelas mulheres negras para sua emancipação na sociedade racista, sexista e classista. Vamos, também, destacar a concepção de emancipação feminina da Bamidelê e como seus projetos contribuíram para a atuação da organização em prol da emancipação da mulher negra na Paraíba.

Em seguida, a “*Conclusão*”, vamos sintetizar as análises da pesquisa e revelar nossa reflexão acerca do trabalho exposto, identificando de que modo a concepção de emancipação feminina contribui nas formações das mulheres negras na Bamidelê e se, de fato, a perspectiva de emancipação se efetiva nas ações da organização.

Portanto, para a construção da pesquisa e auxílio da compreensão do contexto histórico, utilizamos analiticamente as referências bibliográficas, tendo como principais fontes, Davis (2005), Brah (2006), Pinto (2003), Pierucci (2000), que discorrem sobre a questão teórica da mulher negra e do movimento feminista negro, assim como a questão da identidade e diferença dentro do contexto dos movimentos sociais, especificamente o das mulheres negras. Utilizaremos também as fontes produzidas pela Bamidelê, organização de mulheres negras da Paraíba e das entrevistas realizadas pelo corpo formativo da organização e das mulheres participantes dos projetos realizados pela Bamidelê.

CAPÍTULO 1 – BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA

1.1 Movimento Feminista no Brasil

O movimento feminista é um movimento de minorias¹, ou seja, um movimento que se compõe de grupos considerados oprimidos, que sofrem com imposições da maioria, envolvidos numa rede de relações de poder estruturada hierarquicamente. Anteriormente ao movimento feminista, no século XVIII, início da Revolução Francesa, é possível perceber mulheres que se reúnem e se organizam para lutar por direitos, por cidadania, por igualdade e espaço não só no campo privado (doméstico), mas também na esfera pública.

As mulheres, não mais passivas e cativas no espaço privado, buscam se reunirem e se organizarem para discutir suas condições enquanto mulheres subordinadas a um sistema patriarcal enraizado na cultura e nas relações. Em oposição à histórica opressão que as mulheres vivem, especialmente na França – no período da revolução – se organizam e se movimentam, engendram o movimento feminista caracterizado por práticas de ações coletivas e políticas. A participação política, a inserção no espaço público e a autonomia não faziam parte do cotidiano nem dos direitos das mulheres, não porque elas não desejassem ou não se importassem, mas porque não lhes eram garantidos, o espaço não lhes era facultado, nem livre para que o habitassem sem preconceito e opressão.

O movimento feminista surge no Brasil em um período bastante divergente do contexto Europeu e norte-americano, no período das décadas de 1960 e 1970. Enquanto a Europa e os Estados Unidos passavam por efervescência dos movimentos sociais e de ampla participação, o Brasil, no entanto, vivia outro contexto, um golpe militar que ocorre no início da década de 1964 e deixa o país entre dois lados políticos, – desiguais em relação a posição de atuação e poder – um lado composto pela direita e outro pela esquerda. Momento este em que o país passava por repressão da liberdade dos cidadãos brasileiros, em que perseguição, tortura, prisões, cassação de direitos políticos, exílio e mortes marcaram as vidas de muitos brasileiros, principalmente as oposições ao regime.

Com a vinda de algumas líderes feministas dos Estados Unidos e da Europa, onde o movimento estava em grande agitação e repercussão, a bagagem de experiências, conhecimentos e referências conceituais foi muito aproveitada por estas líderes, com o propósito de difundir os ideais feministas que já faziam eclodir a luta em defesa e pelos

¹ Entende-se minoria aqui não necessariamente como medida numérica, mas principalmente enquanto medida valorativa, que é atribuída a determinados grupos a partir de uma visão dominante, hegemônica.

direitos das mulheres fora do Brasil, formando então os primeiros grupos feministas de reflexão. Os primeiros grupos organizados de mulheres feministas foram organizados como grupos de reflexão nas principais cidades do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também em outros centros urbanos do país.

Como afirma Pinto (2003), o modelo de grupo de reflexão seguia os moldes europeu e norte-americano, locais – como já citado – em que se tinha a efervescência do movimento feminista, enquanto o Brasil vivia um outro contexto histórico e social, onde se fazia necessário a formação desses grupos de estudos e reflexões feministas, para que assim o movimento de mulheres pudesse fomentar a participação das mulheres da sociedade brasileira, advindas tanto de classes elitizadas quanto das classes subalternas. Necessário porque o país vivia em um momento histórico de usurpação da liberdade, dos direitos políticos, ao lado de uma crescente oposição ao regime militar instaurado.

O movimento feminista brasileiro, juntamente com outros movimentos sociais, surge e se reforça em um período de conflitos e repressão, de direitos civis limitados, de liberdade cerceada, de repressão e controle social. Com a redemocratização, nos fins da década de 1980, que abre espaço para maior participação da sociedade civil no governo que se torna formalmente representativo e democrático, os movimentos sociais obtêm mais espaço para suas ações políticas coletivas, se institucionalizando e adentrando, em muitos casos, o mundo da política institucional, em âmbito inclusive global, ampliando o escopo de sua atuação e colaboração tanto com governos quanto com setores diversos da própria sociedade civil.

Nesse contexto, o movimento feminista brasileiro teve reforço de mulheres de esquerda, que pertenciam e eram engajadas no campo político e na luta por uma revolução brasileira, muitas foram exiladas no exterior e, ao retornarem, trouxeram na bagagem as teorias feministas que circulavam naqueles países, assim como de mulheres que não tinham engajamento político de oposição, mas que também contribuíram quando, ao estudarem em outros países, também trouxeram o conhecimento das teorias feministas e as práticas de grupos de reflexão.

A luta pelo acesso ao espaço político veio com a primeira fase do feminismo, no século XIX, que tinha como foco principal os direitos políticos e a participação eleitoral para que as mulheres pudessem ser candidatas e também eleitoras. Essa luta ficou conhecida como o ‘movimento sufragista’, que se disseminou tanto na Europa, Estados Unidos como também no Brasil, embora ocorra bem mais tarde, no século XX.

De acordo com Pinto, haveria três grandes vertentes do feminismo: a marxista, a liberal e a radical que coexistiam no Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira – fundado em 1975, no Ano Internacional da Mulher, no Rio de Janeiro - embora essas vertentes divergissem em suas visões acerca da concepção da autonomia da mulher. A primeira vertente centra-se no acesso da mulher ao espaço político, tendo este movimento alcance e organização que atingia todo o país. Pinto ainda ressalta que este movimento não englobava em sua pauta de luta a igualdade de gênero, não discutia a posição hierárquica dos homens na política, no privado e no sistema geral da sociedade, ou seja, na estrutura social, assim como fazem os movimentos feministas contemporâneos.

Uma outra vertente do feminismo que Pinto destaca é o que chama de ‘feminismo difuso’, este com visibilidade devido à circulação de revistas sobre temas relacionados à mulher na imprensa feminista alternativa. Este movimento reunia mulheres intelectuais da sociedade brasileira, um grupo culto que tinha certa independência do âmbito privado, diferente de muitas mulheres ainda nesse período. Um grupo organizado, por exemplo, por professoras e jornalistas.

A terceira vertente em destaque também se caracteriza como uma face do feminismo ‘menos comportado’, o movimento de mulheres anarquistas, juntamente com as trabalhadoras e intelectuais que são militantes dos movimentos de esquerda. A questão da condição da mulher é neste movimento discutida de forma radical e diferenciada em alguns pontos dos outros movimentos, tendo como bandeira de luta a reivindicação por direitos igualitários e valorização das mulheres trabalhadoras. A mulher é explorada no âmbito privado e público, isto é, a mulher enquanto trabalhadora é explorada na sua jornada de trabalho e recebe salário menor do que o do homem, e ainda uma segunda jornada no espaço doméstico, cuidando do ambiente do seu lar e das crianças. Nessa exploração se percebe a dominação sobre a mulher e a relação de poder existente entre homens e mulheres além da do sistema capitalista. Segundo o feminismo da anarquista Maria Lacerda de Moura, onde é o homem “identificado no capitalista, no patrão que explorava as mulheres” (PINTO, 2003, p. 35). A mulher trabalhadora, quando em péssimas condições de trabalho e de longa jornada, é explorada pelo patrão e quando chega em casa, a mesma ainda tem o papel de cuidar não só do lar, mas também do companheiro, o chefe da família, ou seja, a mulher é colocada em condição de dupla sujeição a homens que se mantêm na condição de poderio.

Atualmente falamos em feminismos, pois há uma pluralidade de vertentes, pautas, identidades e opressões. Ampliou-se as demandas quando a diversidade entre as mulheres

ganhou destaque dentro do movimento feminista e assim, se ampliou e se dividiu se ramificou ao longo do seu processo histórico. Ou seja, foram obtidas conquistas e mais demandas surgiram em decorrência, afirmaram-se uma multiplicidade de identidades dentro do coletivo de mulheres, e assim, novos movimentos feministas surgiram a fim de resguardar tais identidades, valorizando e respeitando as singularidades de cada mulher. Surgiram os movimentos feministas de mulheres negras, de mulheres lésbicas, das mães, das trabalhadoras, enfim, toda uma gama de representações. Todas exercendo seus papéis de atores sociais e políticos na sociedade civil.

Veremos a seguir, de forma resumida, algumas das principais correntes do feminismo no contexto brasileiro. Uma forma de conhecer melhor o movimento que representa o grupo social ocultado na construção da história, que sempre estiveram a margem e subordinadas a teorias e sistemas patriarcais, machistas e capitalistas, que interligados sustentam de forma inexorável a sujeição da mulher a opressão.

- **Feminismo Liberal**

O movimento feminista liberal surge na perspectiva de liberdade para as mulheres e acesso a direitos, um movimento com atuação mais branda e com parcerias no campo político, pelo fato de que a maioria das ilustres militantes pertencerem a classe mais abastada da sociedade. O feminismo liberal tendia “a ver os problemas enfrentados pelas mulheres como questões coletivas com uma dimensão que extrapolava a luta específica da mulher.” (Pinto, 2003, p. 60). A conquista de suas demandas era pretendida através de reformas políticas e legais.

A via institucional é campo onde pode ocorrer as mudanças reivindicadas pelo feminismo liberal. É nesse âmbito que, de forma gradual as mulheres podem vir a conquistar a igualdade de direitos e o fim da limitação do espaço de atuação da mulher. Ou seja, as mulheres não mais se contentam com o espaço doméstico, a única responsabilidade com os cuidados do lar e da família. Elas pretendiam com o movimento feminista a libertação dessa condição. Elas queriam ir além de seu espaço privado, queriam participar da esfera pública, isto é, política e econômica.

No contexto atual, as feministas liberais reivindicam mais representatividade no campo político e econômico. As feministas liberais buscam seu empoderamento por meio de

presença no campo político, com posições em instituições de poder na política nacional e presença nas lideranças empresariais.

- **Feminismo Radical**

Tem origem nos fins da década de 1960 e início da década de 70, período que compreende a segunda onda do feminismo. O ponto crucial que o feminismo radical discute é que a opressão sobre a mulher se encontra no patriarcado, sistema opressor que mantém a dominação masculina sobre as mulheres. A teoria e a prática são entrelaçadas interdependentemente no feminismo radical, afirma Robyn Rowland em seu artigo *Feminismo Radical: História, Política, Ação* (parte) em conjunto com Renate Klein.

O foco da teoria do feminismo radical é o olhar centrado na raiz da opressão feminina na sociedade extremamente patriarcal. De acordo com Robin Morgan (1978),

[...] A etimologia da palavra “radical” se refere a “algo que vai à raiz”. Eu acredito que o sexismo é a raiz da opressão, aquela que, até e a não ser que extirpemos, continuará a se estender nos ramos do racismo, do ódio de classe, etarismo, competição, desastre ecológico e exploração econômica. Isso significa, para mim, que as assim chamadas revoluções até a data foram golpes de estado entre homens, em uma tépida tentativa de podar os galhos, mas deixando a raiz cravada no propósito de preservar seu próprio privilégio masculino. (Morgan, Robin. 1978 Apud Rowland, Robyn; Klein, Renate P. 2).

A teoria desse feminismo é feita exclusivamente por e para as mulheres, onde inclui a todas as mulheres como sujeitas da opressão maior, considerada a raiz da opressão, o patriarcado, excluindo todas as demais singularidades das mulheres. Sua atuação está focada na responsabilidade coletiva das mulheres e que estas são como um “grupo social são oprimidas por homens como um grupo social e de que essa opressão é a opressão primária para as mulheres.” (Rowland, Robyn; Klein, Renate P. 3).

Dentro do feminismo radical existem outras correntes, como as Radfem e as TERF (Trans-Exclusionary Radical Feminists). O feminismo radical é considerado pelas demais vertentes, como um movimento que exclui as demandas de determinadas mulheres, como as negras, as transexuais, e até mesmo as heterossexuais, pois defendem o lesbianismo político, opõem-se a discussão de conflito de classes como fator de opressão e também se opõem aos sistemas legais, empregados no feminismo liberal.

- **Feminismo Anarquista**

O alvo dos debates e do pensamento desse feminismo é o sistema capitalista. O feminismo anarquista acredita que o fator de opressão das mulheres é a exploração a qual estão submetidas pelo capitalismo, sistema este ligado ao patriarcalismo. Segundo Céli Pinto (2003), o ideário anarquista esteve presente com impetuosidade nas primeiras grandes greves operárias no Brasil e contribuiu para radicalizar o debate sobre a questão da exploração do trabalho pelos capitalistas. ” (Pinto, 2003, p. 33).

Nesse contexto, o movimento de mulheres anarquistas foi relevante, as anarquistas contribuíram para um levante das trabalhadoras contra a exploração num período em que as mulheres começavam a adentrar o mercado de trabalho fabril. E, também contra a opressão masculina, pois, “diferentemente da luta das sufragistas, essas mulheres apontavam sem meias palavras a opressão masculina. ” (Ibidem, p. 34). Dessa forma, as anarquistas chamavam atenção para as diferenças de gênero e de opressão entre as mulheres, no pensamento feminista anarquista, é impossível chegar a igualdade tão reivindicada sem o reconhecimento da desigualdade específica da mulher no seu ambiente de trabalho, a fábrica.

É conhecido também o Anarcafeminismo, esse termo surge na segunda onda do feminismo. No Brasil, o principal nome do feminismo anarquista foi Maria Lacerda de Moura, com forte atuação no século XX. Em oposição as sufragistas que, segundo ela, lutavam para poucas mulheres, isto é, as mulheres abastadas da sociedade brasileira, declara que,

Como se a emancipação da mulher se resumisse em tão pouco... O programa anarquista é mais vasto neste terreno; é vastíssimo; quer fazer compreender à mulher, na sua inteira concepção, o papel grandioso que ela deve desempenhar, como fator histórico, para a sua inteira integralização na vida social. (Maria Lacerda de Moura Apud Pinto, Céli. 2003. p. 37).

No feminismo de Maria Lacerda de Moura, o homem empregava o papel de opressor no sistema capitalista, isto é, o patrão opressor da mulher trabalhadora.

- **Feminismo Socialista**

No feminismo socialista, a opressão sobre as mulheres encontra-se como amarras no campo econômico, tendo o sistema capitalista como a fonte da opressão da mulher, juntamente com o sistema patriarcal. Nesse contexto, as mulheres são mais exploradas e tratadas desigualmente em relação ao homem, dificultando assim sua libertação para uma autonomia plena.

O feminismo socialista amplia alguns conceitos do marxismo, como o materialismo histórico, ou seja, seu pensamento envolve as condições materiais e históricas dos indivíduos e seus respectivos gêneros. O sexismo é responsável pela divisão sexual do trabalho, causando em decorrência as desigualdades no âmbito do trabalho, fazendo com que as mulheres recebam salários menores e tenham restrição ao acesso no mercado de trabalho e a alguns setores desse mercado.

- **Feminismo Interseccional**

O novo feminismo da sociedade contemporânea. Quer dizer, o movimento feminista que engloba as diversidades das mulheres e suas demandas. Sua agenda é uma colcha de retalhos, abrange e concilia as demandas de gênero, de raça, de classe, de orientação sexual entre as demais demandas.

É o movimento feminista que não restringe a entrada e militância do homem. Muitas feministas discordam da militância e inclusão de homens nos debates feministas, justificando que o opressor não pode estar aliado ao oprimido para ajudar a se libertar. As feministas radicais são as que são mais contra, por entenderem que o homem é opressor por “natureza”.

É nesse feminismo que algumas mulheres tiveram a possibilidade de levantar a bandeira de suas reivindicações, como o caso do transfeminismo. É o movimento feminista da diferença, o espaço que envolve em sua teoria a diversidade das diferenças entre as mulheres, revestindo um novo quadro de análise das opressões feminina.

CAPÍTULO 2 - O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL

A história das mulheres por vezes é lembrada e escrita, pesquisada e discutida. A presença das mulheres na história e do progresso social é de relevância incomensurável, porém, sempre sofreu ocultação e/ou foi colocada num lugar subordinado. Destaca-se aqui nessa breve história, a condição da mulher negra diante da história e suas articulações nos movimentos negro e feminista no contexto nacional.

Para falar sobre o feminismo negro, vamos começar por uma breve história das mulheres negras que começa no período escravista com as mulheres africanas, trazidas para o Brasil como mercadorias, trabalhando em serviços pesados e de forma extremamente precarizada, sofrendo todos os males do sistema escravista. As mulheres negras escravizadas sofriam com as violências das torturas, dos castigos dados por seus donos e seus capatazes e por seus próprios companheiros, além de serem costumamente servidas aos desejos sexuais dos donos e capatazes.

As mulheres negras sofriam as opressões consequentes das relações de poder que envolve as categorias branco x negro e homem x mulher, reféns de um sistema explorador que usurpou de vidas e as transformou em mercadorias onde o valor dependia do sexo, ou seja, os homens valiam mais, pois tinham mais capacidade para trabalho do que as mulheres. Essas mulheres sofreram e também resistiram, como todas as mulheres que, ao descobrir suas correntes, foram em busca de quebrá-las para então seguirem livremente. Muitas foram presenças indispensáveis nos quilombos. “Em todos os quilombos havia mulheres lutando, participando dos assaltos e colaborando para a subsistência do grupo, plantando cozinhando e lavando roupas.” (DIAS, Odila. P. 375, Nova História das Mulheres No Brasil, 2012). A fuga em determinado período era o único meio em que conseguiam liberdade, já que o “caminho para alforria era longo, muitos anos e sacrifícios eram necessários para que uma escrava conseguisse economizar o suficiente.” (DIAS, Odila. 2012, p. 376).

As mulheres libertas procuravam a rua para conseguir seus sustentos, levavam consigo seus atributos e qualidades, eram mulheres que atuavam como quitadeiras, lavadeiras, costureiras, dentre outros serviços, os quais pode-se destacar o serviço das curandeiras. Afirmavam suas autonomias, segundo Maria Odila Dias (2012), a maioria das libertas tinham comprado sozinhas a própria liberdade. (DIAS, 2012, p. 378). Mesmo tendo que ocupar os

espaços das ruas, as mulheres negras libertas não eram bem inseridas na sociedade, nem mesmo depois da Abolição. As condições das mulheres e homens negros libertos não eram tão melhores do que suas condições de escravos. Estavam livres de correntes postas pelo sistema escravocrata e por seus senhores, mas com a alforria, seus caminhos continuavam escurecidos pelo preconceito e pela supremacia racial. Desde esse período que as mulheres negras ocupavam um lugar no campo de atuação de luta por sua emancipação, na perspectiva de pôr fim às desigualdades que cerceavam suas vidas.

Como já visto no capítulo anterior, o feminismo se ramifica e multiplicam as faces das mulheres militantes dos vários feminismos que vão surgindo no decorrer histórico e social. As mulheres brancas, principais personagens do feminismo tradicional e liberal, tiveram suas vozes ressoadas ao longo da história e dos principais momentos de mudança da vida privada e pública das mulheres.

Várias correntes do feminismo foram destacadas, e ressaltamos que suas principais protagonistas, majoritariamente, foram mulheres brancas. O feminismo que defendia a libertação da mulher do espaço privado de submissão e ocultação doméstica e conjugal, o direito ao voto, a educação, ao direito de trabalhar fora de casa e receber salários iguais aos dos homens não dava mais conta das diversas outras demandas que foram e ainda estão surgindo na sociedade civil. A mulher universal se multifacetou, os objetivos ampliaram-se conforme as necessidades de várias mulheres serem representadas e apresentadas no campo político e nos debates acerca de seus empoderamentos. Assim,

A fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. (SOIHET, 1997 Apud CARVALHO;ROCHA, 2011).

As mulheres negras buscavam seu espaço no movimento feminista, já que no movimento negro suas demandas eram ocultadas diante dos objetivos gerais do movimento. A questão de raça e gênero tinham posições distintas, tendo a primeira, mais espaço e importância do que a segunda, a questão de gênero. Tiveram suas vozes abafadas no movimento negro e foram em busca de apoio no movimento feminista e se depararam com outra realidade de contenção de suas demandas. A partir dessa necessidade de uma pauta

específica que discutisse os problemas enfrentados pelas mulheres negras, isto é, o racismo, um novo movimento de faz atuante na linha dos movimentos feministas. Quando as mulheres negras decidiram realizar o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) no ano de 1988 em Valença (RJ), para aprofundarem o debate de sua própria agenda de reivindicações, além de mobilizar as mulheres negras, receberam muitas críticas do movimento negro e feminista, acusadas de rachar os movimentos sociais. No entanto, o racha já se encontrava de forma implícita nos movimentos sociais, pois as mulheres negras (assim como lésbicas, indígenas e quilombolas) não tinham espaço na pauta das agendas dos movimentos acusadores de que o feminismo negro estaria a rachar os movimentos.

As mulheres negras compõem o feminismo negro, com pauta que discutem o racismo além do sexismo, embora a questão de gênero também seja um entrave para a emancipação e igualdade destas mulheres, a questão do racismo se torna tão importante quanto à questão de gênero. É nesse movimento que as mulheres negras formam o laço necessário para se unirem e falarem de suas experiências e dos problemas enfrentados por elas quanto ao racismo e suas consequências na vida delas, que as atingem na saúde, na vida familiar, no trabalho, nas políticas públicas, nos direitos e na identidade, dentre outros setores.

No Brasil, o feminismo negro também ganha força através de mulheres negras que se fizeram ouvidas por todos no espaço feminista e político, que saíram do ocultamento de suas condições nos movimentos sociais, sejam eles os movimentos feministas liberais ou os próprios movimentos negros. Não que antes as mulheres negras não tivessem atuação política nos movimentos feministas e negro, mas que com o feminismo negro, elas puderam consolidar o discurso antirracista no movimento feminista, indo além de questões sexistas, visto que, o gênero une as feministas brancas e negras, porém, estas são separadas pelas especificidades de cada uma delas. Com isso, afirma-se que,

Além do movimento feminista, o movimento negro – em especial o contemporâneo inaugurado em meados da década de 1970 – também contribuiu para o surgimento do feminismo negro, identificado como um espaço privilegiado de discussão e reivindicação sobre medidas eficazes contra a discriminação racial praticada no país. (Damasco, Maio, Monteiro, 2012, p. 136.

Vale ressaltar que as mulheres negras, há tempos na história, se organizam entre si, facilitando a troca de experiências e de discussão de suas demandas. Elas tiveram presença no movimento negro, como a Frente Negra Brasileira e Movimento Negro Unificado (MNU). Porém, também enfrentaram problemas de limitação no espaço, na voz e na atuação política.

Ou seja, a participação da mulher negra no movimento negro é uma posição secundária e que a questão de gênero não era discutida nem colocada em pauta. As militantes feministas negras enfrentaram limitações no movimento negro, por parte dos homens que sempre estavam a frente do movimento e no movimento feminista liberal, que tinha à frente as mulheres brancas.

A partir disso, as feministas negras procuraram num movimento, um espaço para que pudessem relatar suas experiências e levantar a discussão uma pauta que abrangesse o racismo, contribuindo para o surgimento do feminismo negro. As ONGs foram as primeiras organizações que surgiram na década de 1980, formadas por militantes negras, dentre as mais conhecidas são Nzinga-Coletivo de Mulheres Negras (RJ), Criola (RJ), Geledés (SP) e demais organizações. Dessa forma, a participação das militantes negras foi se expandindo e aumentando a atuação política em favor das demandas das mulheres negras.

As discussões acerca de raça nos movimentos feministas liberais não tinham tanto espaço quanto esperavam as mulheres que se encaixavam nas condições de mulheres negras. Os conceitos de classe social e raça foram novas demandas que o feminismo teve que englobar nas suas discussões de forma mais abrangente e problematizada. A voz da mulher negra ganha destaque no feminismo a partir do Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, que ocorreu em Bertioga (SP) em 1985. As feministas negras enfatizaram no encontro as suas demandas sobre “à luta contra a violência doméstica, ao combate a práticas racistas no mercado de trabalho e, principalmente, a assuntos relativos à saúde, como mortalidade materna e saúde reprodutiva e sexual das mulheres negras.” (DAMASCO, MAIO, MONTEIRO, p. 135, 2012).

As mulheres negras que militam em organizações trazem à tona uma abordagem necessária para o movimento feminista, principalmente o feminismo negro, a vitimização das mulheres. Segundo Bell hooks,

Nos Estados Unidos, o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente – as que são impotentes para mudar sua condição na vida. Estas são a maioria silenciosa. Uma marca de sua condição de vítimas é que o fato de aceitarem sua sina na vida sem questionamento visível, sem protesto organizado, sem fúria ou raiva coletivas.(HOOKS, 2015, p. 193)

Mas até que ponto as mulheres negras são vítimas? E até quando se utilizar do vitimismo? Porque desde o período escravocrata, as mulheres escravizadas lutavam por melhores condições, muitas fugiam e tinham papel importante nos quilombos, assim como foram muitas mulheres negras que alforriadas e libertas, ocuparam as ruas para obter suas sobrevivências. Embora, o fato de que “feministas do passado se recusaram a chamar a atenção e a atacar as hierarquias raciais suprimindo a ligação entre raça e classe” (hooks, Mulheres negras moldando uma teoria feminista), as mulheres negras o fizeram. Foi preciso chamar a atenção para a questão da raça no feminismo, debater tanto quanto a questão de gênero e de classe social.

As negras não estão em situação de poder no sistema hierárquico, diferentemente do homem branco e negro e da mulher branca. A mulher negra é subjugada pelo homem (branco ou negro), pela mulher branca e por sua posição na classe social. Assim, podemos dizer que “A opressão de uma mulher negra, numa sociedade que é tão racista quanto sexista, não pode ser pensada como se fosse um acréscimo de peso no fardo: na verdade é um fardo diferente.” (Spelman, 1988:123 Apud Pierucci, 1999, p. 135).

A realidade das mulheres, no contexto brasileiro, é estar sob um estado regido pelo capitalismo, sexismo, patriarcado e pelo racismo. O sexismo é a opressão que é vista como um elo opressor de todas as mulheres pelas feministas, um elo opressor comum entre as mulheres, mas que a discriminação de classe e de raça é sentida apenas por uma parcela desse coletivo de mulheres. Salienta-se que esta parcela não deveria ser esquecida ou ocultada, mas sim representada pelo movimento feminista. O que as mulheres negras denunciam é justamente a ocultação da ampla questão da representatividade e do racismo no feminismo e na política. Bell hooks enfatiza que,

Há muita evidência comprovando a realidade de que a identidade de raça e classe cria diferenças na qualidade de vida, status social e estilo de vida que prevalecem sobre as experiências comuns de mulheres que raramente são transcendidas. (hooks, Mulheres negras moldando uma teoria feminista).

Quando o movimento feminista discute de uma questão da opressão que é comum a todas as mulheres, as especificidades de cada uma delas não são levadas em consideração, as diferenças presentes no coletivo das mulheres não entram na pauta e nos debates propostos pelo feminismo. Mas o termo “opressão comum” faz com que todas as mulheres sejam

incluídas no movimento feminista, isto é, as mulheres brancas, as negras, as pobres, as ricas, as trabalhadoras, as mães, etc.

Embora o impulso para a unidade e empatia que informou a noção de opressão comum tenha sido dirigido para a construção de solidariedade, slogans como “organizar em torno de sua própria opressão” forneceu a desculpa necessária para muitas mulheres privilegiadas ignorarem as diferenças entre o seu estatuto social e o estado das massas de mulheres. (hooks, Mulheres negras moldando uma teoria feminista).

A agenda feminista dá conta das múltiplas demandas relativas à sexualidade, saúde, educação, trabalho e violência (dentre outras). A tensão que surge entre as mulheres negras e as mulheres feministas brancas é que tais demandas não abrangem de forma específica a condição da raça, assim como também outras especificidades de outras tantas mulheres, isto é, as mulheres indígenas e quilombolas, por exemplo, que tem suas demandas específicas e não são englobadas na agenda feminista para uma atuação no campo político e das políticas públicas. As clivagens são variadas, o feminismo não se pode limitar a questão de gênero quando se tem variadas vivências e problemas a serem enfrentados pelas mulheres em nossa sociedade que vai além dessa questão.

A partir disso, relata-se o feminismo multifacetado, interseccional num contexto contemporâneo. O feminismo se transforma em feminismos. Surge o feminismo protagonizado por mulheres radicais, socialistas, liberais, lésbicas, negras e tantas outras que vão levantando suas bandeiras. Vamos destacar aqui o movimento feminista negro, o feminismo das mulheres negras.

A mulher no feminismo era identificada como universal, porém, esse termo universal não englobava em si a diversidade que realmente cabe ao termo mulher. Há uma grande diversidade de identidades das mulheres que fazem o feminismo e que são representadas por este movimento. As mulheres negras abriram, mais uma vez, um novo caminho a ser trilhado nos movimentos sociais, dessa vez, com o feminismo negro, fizeram emergir suas especificidades nas pautas e reivindicações. Foi preciso se deslocar para pontuar de forma mais precisa a necessidade de discutir a pauta feminista conforme as especificidades das mulheres, no caso em questão, a especificidade da raça, pois, embora sejam mulheres, são mulheres e negras.

A questão da diferença no movimento se faz importante. A representação de todas as mulheres devem abranger todas as mulheres e suas especificidades, ou seja, as mulheres negras querem ter sua representatividade na política e no movimento que levanta a bandeira contra o racismo, as mulheres lésbicas também querem tal representatividade – na atualidade, as mulheres trans também reivindicam sua representatividade no feminismo e na política, em busca dos direitos que ainda são recusados a elas – dentre outras variadas especificidades existente no coletivo de mulheres nas sociedades. O termo “opressão comum” deve dar lugar a um termo que trate das especificidades das mulheres representadas no movimento feminista. Um ponto importante é destacado por Zillah Eisenstein, no seu livro *The Radical Future of Liberal Feminism*

Até que uma diferenciação consciente seja feita entre uma teoria da individualidade que reconhece a importância do indivíduo dentro da coletividade social e da ideologia do individualismo que pressupõe uma visão competitiva do indivíduo, não haverá um relato completo do que uma teoria feminista da libertação deva observar na nossa sociedade ocidental. (EISENSTEIN Apud HOOKS, Mulheres negras moldando uma teoria feminista).

E a raça entra nesse debate, seguindo o contexto da afirmação da identidade e da diferença para as feministas negras. Suas críticas ao feminismo liberal e branco vão de acordo com o fato de que “as práticas de exclusão das mulheres que dominam o discurso feminista tornaram praticamente impossível novas e variadas teorias surgirem” (hooks, Mulheres negras moldando uma teoria feminista).

A pretensão com a formação de outro movimento feminista, tendo ele a especificidade da negritude da mulher, não focando apenas na opressão comum da mulher, mas mais além, a opressão sexista, classista e racista. Dessa forma, as feministas negras afirmam que as mulheres negras são triplamente oprimidas e tais formas de opressões devem ter o espaço que lhe cabem nos debates dentro dos movimentos sociais, especificamente o movimento feminista.

No contexto das primeiras articulações do movimento feminista, a questão racial foi completamente ocultada e assim também o foi nas articulações seguintes, quando eram discutidas temáticas sobre raça, este era relocado a um canto menos relevante diante do tema gênero, no qual era sempre vinculado, até o momento em que as mulheres negras exclamaram sua especificidade de negra. O que se coloca em discussão aqui é, as feministas brancas eram,

no primeiro momento histórico do movimento, cúmplices do racismo. No contexto histórico da primeira onda do feminismo, as mulheres negras eram apagadas da história do movimento assim como suas específicas demandas não eram incluídas nas reivindicações, visto que as mulheres negras ocupavam um lugar oprimido pelas próprias feministas, que eram mulheres brancas de classe sociais abastadas, de forma majoritária. E se analisarmos bem, ainda hoje, as mulheres brancas estão num lugar alto da estrutura da hierarquia social vertical.

Na perspectiva de um espaço próprio para apresentar as demandas específicas e assim discutir raça e gênero, visto que no movimento negro as lideranças são em geral de homens negros e os debates são em torno do racismo desvinculado com a questão de gênero e também tendo a liderança no movimento feminista majoritariamente as mulheres brancas que se limitam a universalizar e tornar homogênea a questão da opressão das mulheres, as mulheres negras enveredam um novo caminho no campo dos movimentos sociais. Isto é, buscavam uma saída da confusa condição onde, “de um lado enfatizou-se a ideia de diferentes, mas não desiguais’ de outro lado durante muito tempo não foi considerada a diversidade no interior desses movimentos”. (RIBEIRO, 1995, p. 446), isto é, as mulheres sendo diferenciadas dos homens quando se trata do gênero, mas não desiguais na condição de pertencerem a mesma raça, e no feminismo a diversidade só teve espaço quando o movimento se multifacetou, deixando de teorizar segundo a universalização da mulher.

Esse caminho foi trilhado, tanto pelas feministas negras estadunidenses como pelas feministas brasileiras. Já que o racismo e machismo são detectados em ambos os movimentos, isto é, o feminismo e o movimento negro, levanta-se no movimento de mulheres negras, a bandeira contra o racismo e sexismo, ambos, meio de opressão da mulher negra.

Vamos traçar a seguir, um breve histórico do feminismo negro no âmbito nacional e local, a fim de apresentar o caminho traçado pelas mulheres negras no movimento feminista e compreender a real necessidade do surgimento do feminismo negro.

2.1 Feminismo Negro no Brasil

A luta das mulheres negras é desde o tempo escravista, nos motins, no quilombo, e na luta pela inclusão do povo negro na sociedade nas esferas econômicas e sociais. As negras escravizadas quando conseguiam a alforria, continuavam a ter que lidar com as tantas formas

de opressão que lhe cabia enquanto mulher, negra e ex-escrava. Os únicos espaços que estavam disponíveis para trabalho eram as ruas e as casas dos senhores e senhoras brancas.

Conforme relata Maria Odila Dias (2012), “as libertas que atuavam como quitandeiras, costureiras ou taverneiras faziam questão de afirmar sua autonomia na organização da sua vida material, bem como nas suas relações sociais.” (p. 378). O destaque da ação das mulheres negras por sua autonomia e liberdade na sociedade é já observado, “as forras eram mulheres independentes, sendo que a maioria tinha comprado sozinha a própria liberdade.” (Ibidem). As mulheres negras já iniciam a partir desse contexto, sua jornada em defesa de sua autonomia, liberdade e espaço diante de uma sociedade que oprime as mulheres, os negros e os pobres, independente do momento histórico e do território.

Mais adiante, as mulheres negras tiveram participação no movimento negro nas sua primeira e segunda fase e, como destaca Domingues (2009), com funções auxiliares, sem espaço para decisão junto com os homens negros das associações e movimentos negros. Uma das primeiras articulações do movimento negro foi no meio midiático, através de jornais com conteúdo sobre a comunidade negra em geral, sem tratar, de forma específica, a questão da condição da mulher negra na sociedade racista. O movimento se dava em associações, clubes e organizações no século XX. As mulheres negras já não tinham, no movimento negro, o espaço para discutir e reivindicar suas demandas específicas de mulher negra. Era preciso um espaço para que suas demandas fossem incluídas e reivindicadas, haja vista que sua condição de opressão na sociedade é triplamente exercida, ou seja, a mulher negra sofre opressão por ser mulher, por ser negra e ainda se inclui na parcela majoritária e mais oprimida das classes sociais.

As mulheres negras eram, dentro do movimento negro, “marginalizadas e exercendo, predominantemente, as tarefas de apoio dentro das organizações ou as atividades recreativas e assistenciais, as quais eram vistas pelos homens do Movimento como de menor relevância” (DOMINGUES, 2009, p. 34). O papel de mulher dona do lar que é imposto às mulheres, é também imposição presente e sentida pelos homens negros em relação as mulheres negras e não negras. E limitavam a atuação das mulheres negras a esse papel, não deixando espaço para elas e suas demandas no movimento.

Em um trecho do jornal *OGetulino*, que circulava em Campinas (SP) em 1923, confirma a opressão de gênero existente no movimento negro para com as mulheres negras:

“A mulher foi criada para mãe, para doce companheira do homem e, nesse sentido, a sua constituição física e moral é para o completo desenvolvimento dessa missão.” (*Apud* NEPOMUCENO, 2012, p. 397).

As mulheres negras se deparam com o machismo e a insensibilidade dos homens no movimento negro às suas específicas opressões. Não tendo o espaço favorável para levantar essa discussão no movimento negro, que está centrado no combate ao racismo sem ligar de forma específica o racismo na vida das mulheres, as mulheres negras começam a se inserirem no movimento feminista. Na verdade, as mulheres negras já se assumiam feministas no movimento negro, mas ainda assim tinham que lidar com o machismo dos companheiros de luta e até comportamentos misóginos dentro do movimento negro.

O feminismo surge na história com o movimento sufragista, movimento liderado por mulheres que reivindicavam direito ao voto, a cidadania e a inclusão no espaço público. Este movimento conquistou, de fato, que a mulher tivesse direito ao voto e mais espaço na esfera pública, para estudar e trabalhar. O que muitas autoras relatam é a condição majoritária da mulher branca na liderança do movimento sufragista. Aqui no Brasil, mulheres como Bertha Lutz, mulher de família abastada e bastante considerada pelo meio político naquela época, ficaram conhecidas por sua participação e liderança no movimento.

A partir desse primeiro movimento (sufragismo) de articulação de mulheres e do feminismo, percebemos o quão oculto é o relato da presença da mulher negra e das reivindicações que sejam direcionadas a sua condição de mulher negra na sociedade pós-escravista. As mulheres negras necessitavam de um espaço para discutir suas demandas no âmbito político e social. No movimento sufragista, as reivindicações das mulheres, que em maioria se compunha de mulheres brancas e de classe média, eram centradas no direito ao voto para as mulheres em um período que a comunidade negra ainda não era totalmente aceita na sociedade enquanto cidadãos civis, mas que conquistaram direitos e espaços os quais as mulheres negras também puderam usufruir e participar de forma mais ativa.

No contexto das primeiras articulações do movimento feminista, a questão racial foi completamente ocultada e assim também o foi nas articulações seguintes, quando eram discutidas temáticas sobre raça, este era relocado a um canto menos relevante diante do tema gênero, no qual era sempre vinculado, até o momento em que as mulheres negras exclamaram sua especificidade de negra. O que se coloca em discussão aqui é que as feministas brancas

eram, no primeiro momento histórico do movimento, cúmplices do racismo. No contexto histórico da primeira onda do feminismo, as mulheres negras eram apagadas da história do movimento e da própria reivindicação, visto que essas ocupavam um lugar oprimido pelas próprias feministas, que eram mulheres brancas de classe sociais abastadas, de forma majoritária. E se analisarmos bem, ainda hoje, as mulheres brancas estão num lugar alto da estrutura da hierarquia social vertical.

Já no período de grande movimentação de militância e movimentos sociais, logo após a ditadura, período este que cerceou as atividades e militância dos movimentos sociais aqui no Brasil, onde muitos movimentos tinham suas ações camufladas a fim de continuarem no campo e em defesa de suas ideologias e direitos humanos, foram poucos os movimentos que surgiam e se mantinham ativos no campo político e social. Os movimentos feministas e negro, ressurgem entre os anos de 1970, embora sob o duro regime da ditadura brasileira.

O movimento de mulheres negras no Brasil começa a fixar-se no âmbito dos movimentos feministas a partir dos encontros que ocorreram no Brasil nos anos de 1985, especificamente o III Encontro Feminista Latino-americano em Bertioga/SP. Onde várias mulheres negras envolvidas em movimentos negros participaram e de lá emergiram movimentos de mulheres negras. A participação das mulheres negras nesse evento foi de suma importância, na medida em que colocaram em discussão o lugar da mulher negra e suas demandas dentro dos movimentos e enquanto sujeitos políticos. Dessa forma, surgiram outros movimentos de mulheres negras atuantes e conscientes de suas condições de sujeitos políticos e próprias escritoras de suas histórias no desenvolvimento histórico-social do país e das conquistas que necessitavam para sua emancipação.

A partir do III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe (1985), realizado em Bertioga/SP, as mulheres negras começam a atuar conjuntamente entre elas, formando coletivos e encontros nacionais e estaduais de mulheres negras por todo o país. Em 1988, ocorre o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença/RJ, 1992 realizam o II Encontro em Salvador/BA, 9 anos depois, realizam o terceiro encontro em Belo Horizonte/MG; Em 1992 ocorre o I Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, em Santo Domingo/República Dominicana, o segundo encontro ocorre 4 anos depois, em 1996 em São José/Costa Rica e o terceiro encontro 5 anos depois, em 2001, Bogotá/Colômbia.

Esses eventos foram organizados especialmente pelas mulheres negras, sendo que já participavam dos encontros promovidos pelas feministas em anos anteriores aos anos citados acima. Caldwell (2000) destaca que,

A apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro. [...] Porém, como o Manifesto de Mulheres Negras sugeriu, qualquer suposta unidade entre mulheres brasileiras de raça diferentes já era alvo de debates. O manifesto chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual. (CALDWELL, 2000 *Apud* MOREIRA, 2007, p. 60).

Fica evidente que, embora as mulheres negras, por serem mulheres, tinham espaço no movimento feminista enquanto militante, mas que a atenção para as suas especificidades e valorização da identidade não eram captadas pelas demais mulheres feministas do movimento causando um transtorno na perspectiva das mulheres negras que se inseriam no movimento feminista no objetivo de compactuarem na luta contra a desigualdade de gênero como também racial na vida das mulheres não brancas. A tensão entre as mulheres negras e as feministas acerca da centralidade dos debates existente dentro do movimento e na sua teorização sobre o conceito da mulher universal diante da mulher com múltiplas faces e identidades defendida pelas feministas negras, faz um recorte interno. Na verdade, não só defendida pelas feministas negras, visto que as mulheres assumiam as suas diversas identidades, dentre elas as lésbicas e outras identidades que iam sendo assumidas conforme surgia a necessidade de ter espaço de discussão para suas demandas no campo político.

No feminismo não cabia mais na discussão fechada de gênero e de problemáticas de uma mulher universal que apenas uma parcela das mulheres vivenciava. O feminismo, enquanto movimento social é o espaço de atuação política daquelas que se sentem insatisfeitas com a desigualdade, opressão e dominação de gênero e pela conquista de direitos e de emancipação. Com isso, compreende-se uma unidade na militância, por ser composta de mulheres que lutam por um mesmo ideal. Porém, houve rupturas entre as feministas tradicionais (majoritariamente brancas) e as feministas negras.

O que as feministas negras queriam dizer e que não foi recebido com atenção no feminismo tradicional? A indagação é persistente, porque tanto as feministas como as

mulheres negras compactuam do meio de opressão comum e que serve como base para as demais formas de opressão, que é o gênero, numa sociedade estruturada dicotomicamente entre homem/mulher. Mas o que as mulheres negras disseram era justamente sobre a opressão comum e a dominação através da dicotomia homem/mulher, elas, as negras, quiseram desconstruir no movimento feminista a universalização da mulher e o gênero como única forma de opressão sofrida pelas mulheres. Ribeiro (1995) destaca que a questão da raça é

Até hoje entre nós, feministas no Brasil, a questão racial tem geralmente ficado a cargo das mulheres pretas como se apenas elas fossem marcadas pela raça. Sendo assim, afirma que é necessário começarmos a compreender que raça, assim como gênero, se constitui em relações de poder e, portanto, determina tanto a vida de mulheres e homens brancos como a de homens e mulheres pretos. (RIBEIRO, 1995, p. 448).

Com isso, verificamos que o debate acerca do racismo enquanto opressão das mulheres e homens negros determina o grau de importância desses indivíduos na sociedade e nos movimentos sociais, nos quais estão dispostos a atuarem e se representarem. Ribeiro ainda coloca que, a questão do racismo é um problema que só diz respeito aos negros, pois só atinge a eles. É justamente essa discussão que as feministas negras colocam no movimento feminista, quando se depararam com a ocultação de suas demandas e do seu papel ativo na militância feminista.

Tendo o III Encontro realizado em Bertioga (1985) como estímulo para atuarem enquanto sujeitos políticos e representantes de suas próprias demandas sociais e políticas, as feministas negras se unem numa irmandade no feminismo negro, realizando diversos eventos, encontros nacionais e estaduais, assim como formando movimento de mulheres negras em busca de proporcionar uma visibilidade da questão racial na vida das mulheres negras na sociedade.

O feminismo negro desmonta o universalismo existente nos movimentos negro e feminista. No movimento negro, a questão da raça tratada de forma geral, sem discutir sobre o impacto do racismo na vida das mulheres negras nem discutiam sobre possíveis políticas públicas de enfrentamento aos casos específicos de racismo sobre as mulheres. Assim como no movimento negro não se dedicava atenção a condição específica da mulher negra, o movimento feminista tradicional também não se preocupava em abrir espaço para as pautas das mulheres negras, tendo como argumento o universalismo do termo mulher e do gênero como base para a opressão feminina na sociedade machista. As feministas negras adentram no campo político no intuito de findar a invisibilidade como escolha para sua militância nos

movimentos sociais, especificamente o negro e o feminista, e pautar as especificidades que necessitavam destaque no campo das políticas públicas, a fim de solucionar as problemáticas por qual vivenciavam em sua condição de mulher negra na sociedade machista e racista, como também classista.

É nesses encontros feministas que as mulheres negras relatam suas condições dentro e forma do movimento, onde “constatou-se pelos depoimentos das participantes que a dificuldade de tratamento da realidade vivida pelas mulheres negras é um traço comum.” (RIBEIRO, 1995, p. 449). Nesses encontros as mulheres negras puderam colocar sua voz para ser ouvida por todos do movimento feminista a nível nacional e internacional. E é no “IX Encontro Nacional Feminista (ENF) ocorrido em 1987 em Garanhuns/ PE foi mesclado por fortes pressões e críticas das mulheres negras em relação a ausência da questão racial na pauta. A partir de um intenso debate as mulheres negras decidiram pela realização do Encontro Nacional de Mulheres Negras.” (Ibidem).

Os encontros feministas deram um impulso nas mulheres negras para que sozinhas construíssem um movimento que pudessem entoar as suas vivências, experiências com o machismo e racismo, pautar suas demandas e impor suas identidades, apresentando-se como sujeitos políticos no campo da política e expondo as problemáticas, discussões e propostas para as políticas públicas. Dessa forma, afirma-se também que,

Além do movimento feminista, o movimento negro – em especial o contemporâneo inaugurado em meados da década de 1970 – também contribuiu para o surgimento do feminismo negro, identificado como um espaço privilegiado de discussão e reivindicação sobre medidas eficazes contra a discriminação racial praticada no país. (Damasco, Maio, Monteiro, 2012, p. 136).

Assim, o feminismo negro vai construindo seu espaço nos movimentos sociais e no campo político, que nas palavras de Hooks deixa bem claro que o novo espaço é de resistência, “nós resistimos à dominação hegemônica do pensamento feminista, insistindo que é uma teoria em formação que deve, necessariamente, criticar, questionar, reexaminar, e explorar novas possibilidades” (HOOKS, Mulheres negras moldando uma teoria feminista). Além da emancipação das mulheres, da libertação da opressão patriarcal, as mulheres negras devem se libertar da opressão do racismo, como também da opressão classista, pois as mulheres negras estão em ambas as condições concomitantemente, ou seja, as negras

carregam o peso da opressão machista, racista e classista. (HOOKS, Mulheres negras moldando uma teoria feminista).

Ao organizarem seus próprios encontros e suas próprias organizações, as mulheres negras receberam críticas tanto do movimento negro como das feministas. Sob acusações de racha nos movimentos, teve-se como resposta que o objetivo era ter um olhar centrado para as suas vivências específicas de acordo com a condição a qual estavam, ou seja, de mulher, negra e/ou pobre. A pretensão era igualdade na luta, não um racha, mas que se fazia necessário serem as próprias porta vozes de suas demandas e vivências. De acordo com a militante negra e feminista, Lélia Gonzalez, embora não se caracteriza como um racha entre as feministas e as mulheres negras, era vivenciado dentro do feminismo, pelas negras, uma relação complexa, segundo Gonzalez, “no interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas etc”.²

Surge nesse período de primeiros passos das mulheres negras enquanto ativistas da própria transformação e autonomia, o Coletivo Nzinga de Mulheres Negras, formado no ano de 1986 em Belo Horizonte/MG, grupo que se institucionalizou em 2000 e que realiza projetos sociais com a comunidade negra, em especial as mulheres negras. Este coletivo teve papel relevante na reflexão dos primeiros passos do movimento de mulheres negras enquanto feministas. Os primeiros grupos de mulheres negras surgem ainda na década de 1970, o “Aqualtune (RJ), de 1978, um grupo de estudos vinculado ao Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN)” e antes mesmo do III EFLAC, mulheres negras participavam junto ao “Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) no Estado de São Paulo em 1983, e, posteriormente, também tendo assento junto ao Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)” (RODRIGUES;PRADO, 2010, p. 450). No mesmo ano, forma-se o Coletivo de Mulheres Negras, em São Paulo.

Outros grupos de mulheres negras se formaram ao decorrer da história. Tendo alguns movimentos de mulheres negras, bastante representativos, no cenário nacional de forma articulada no campo político e social e com os movimentos negro e feminista. Segue um quadro com uma lista de movimentos de mulheres negras, fundados a partir da década de 1970 no Brasil:

²Trecho da entrevista: Lélia Gonzalez – Uma mulher de luta. Realizada pelo Jornal MNU.

Quadro 1 – Organizações de Mulheres Negras no Brasil³

| ORGANIZAÇÃO | CIDADE/ESTADO | ANO DE FUNDAÇÃO |
|---|----------------------|------------------------|
| Aqaltune | Rio de Janeiro/RJ | 1978 |
| Luiza Mahin | RJ | 1980 |
| Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro | RJ | 1980 |
| Coletivo de Mulheres Negras | São Paulo/SP | 1983 |
| Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras | Rio de Janeiro/RJ | 1983 |
| Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará-CEDENPA | Belém/PA | 1982 |
| Fala Mulher Meriti | RJ | 1983 |
| Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa de Cultura da Mulher Negra | RJ | 1986 |
| Grupo de Mulheres Negras Mãe Andressa | São Luiz/MA | 1986 |
| Centro de Mulheres de Favela e Periferia | Rio de Janeiro/RJ | 1986 |
| SACI – Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania | Aracaju/SE | 1986 |
| Maria Mulher Porto | Alegre/RS | 1987 |
| N'Zinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte | Belo Horizonte/MG | 1987 |
| Geledés – Instituto da Mulher Negra | São Paulo/SP | 1988 |
| Grupo de Mulheres do Alto das Pombas | Salvador/BA | 1988 |
| Comissão de Mulheres Negras Laudelina de Campos Mello | Campinas/SP | 1989 |

³ Retirado do artigo: Estes “Passos vem de longe”: Trajetória dos Movimentos de Mulheres Negras No Brasil Republicano. CARVALHO, Rayssa Andrade; ROCHA, Solange P. In III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais. Olhares diversos sobre a diferença. Outubro de 2011. João Pessoa/PB. P. 08.

| | | |
|--|-------------------|------|
| ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras | Porto Alegre/RS | 1989 |
| Casa da Mulher Catarina | Florianópolis/SC | 1989 |
| Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal | Distrito Federal | 1990 |
| Casa de Cultura da Mulher Negra | Santos/SP | 1990 |
| Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado | Goiânia/GO | 1991 |
| Criola | Rio de Janeiro/RJ | 1992 |
| Coletivo de Mulheres Negras de Salvador | Salvador/BA | 1992 |
| Grupo Oduduwa | RS | 1992 |
| Eleeko – Instituto da Mulher Negra | Niterói/RJ | 1993 |
| Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia | Teresina/PI | 1994 |
| Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu | Vitória/ES | 1995 |
| Coletivo de Mulheres Negras | MS | 1995 |
| Quilombolas | São Paulo/SP | 1996 |
| FALA PRETA! Organização de Mulheres Negras | São Paulo/SP | 1997 |
| Grupo de Mulheres Negras Malunga | Goiânia/GO | 1999 |
| IMENA – Instituto da Mulher Negra do Amapá | Macapá/AM | 2000 |
| Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba | João Pessoa/PB | 2001 |

| | | |
|---|-------------------|------|
| Grupo de Mulheres Negras Felipa de Sousa | Rio de Janeiro/RJ | 2001 |
| Organização de Mulheres Negras Maria do Egito | Aracaju/SE | 2003 |
| UialaMukagi – Sociedade de Mulheres Negras | Recife/PE | 2003 |
| Instituto de Mulheres Negras | Fortaleza/CE | 2003 |
| Minas da Cor | SP | 2003 |
| Instituto da Mulher Negra do Pará | Paraná/PA | 2005 |
| Instituto Kuanza | São Paulo/SP | 2005 |
| Rede de Mulheres Negras do Paraná | Curitiba/PR | 2006 |

Fontes: ROLAND, Edna, 2000, p. 237-256.

De acordo com o objetivo das feministas negras ao formar suas próprias organizações, isto é, para que elas tenham para suas demandas e especificidades um olhar mais atento e centrado, indaga-se sobre sua autonomia em relação aos movimentos que deixam como representantes de sua bandeira, que são o movimento negro e o feminista. Até que ponto a articulação e a posição ideológica, como a formação teórica das feministas negras se impõe no campo político e social. Essa indagação, propomos esclarecer mais adiante, no próximo capítulo, onde esmiuçaremos esse desenrolar de articulações e posições ideológicas dentro do feminismo negro, em um movimento específico e objeto do estudo em questão.

O feminismo negro articula-se mediante a tríade gênero, raça e classe social, diferentemente da forma homogênea do feminismo tradicional, onde a principal questão que se discutia enquanto forma de opressão feminina, era a questão de gênero, tendo resistência não só das negras em relação à forma universal de discutir a opressão, mas também das mulheres (brancas) que reivindicavam atenção às problemáticas das classes sociais das minorias, o que incluía as mulheres negras também.

O que as feministas negras denunciam no movimento feminista é a omissão da contribuição das mulheres negras na ação promovida no movimento no processo histórico de militância, conquistas de direitos e problematizações. Como já dito anteriormente, nos primeiros passos do feminismo, a mulher negra teve papel relevante, já que suas ações de transformação e luta pela autonomia vem desde o período escravista e pós-escravista, porém, pouco se vê na história a sua participação e contribuição. Dessa forma, a ocultação e condição marginal da mulher negra no movimento, gerou um certo mal estar na relação entre as negras e as brancas feministas. Que na verdade, esse mal estar foi declarado como inexistente, ou criação de caso das mulheres negras. Mas o que se percebe nos relatos das militantes negras em diversos contextos, é que pretendiam provocar a indagação de por que dessa ocultação e marginalidade da mulher negra no feminismo.

Tal provocação fez ressurgir o debate sobre a questão da democracia racial, ou melhor dizendo, da falsa democracia racial no Brasil. Na medida em que as feministas e demais indivíduos afirmavam que não existia racismo dentro do movimento nem na sociedade, as mulheres negras provavam o contrário. No pensamento feminista negro, sua principal ação política é justamente revelar o racismo no feminismo, assim como o sexismo no movimento negro, além, é claro, de problematizar com a própria voz sua condição na sociedade e assim debater sobre suas demandas específicas na agenda política dos movimentos sociais.

Em suma, o feminismo negro traz uma nova perspectiva no campo político, social e cultural, na medida em que impõe sujeitos políticos a reivindicar direitos e voz no âmbito das políticas públicas, a discutir sobre a relevância das múltiplas identidades e especificidades existente e de que forma são compreendidas na cultura. Vamos destacar de forma pontual, os principais temas abordados no movimento feminista negro brasileiro, a fim de apresentar sua agenda política enquanto porta vozes das demandas das mulheres negras, atuantes de um feminismo interseccional e utilizando de uma nova prática epistemológica.

Diferença e Identidade

Chamada a atenção para a multiplicidade inserida na compreensão do que é “mulher” no movimento feminista e na sociedade, deixando claro que a pauta não seja limitada somente à diferenciação de gênero, mas também de raça, sexualidade, classe, etnia, cultura e demais

diferenças que especificam a condição da mulher na sociedade, compondo uma diversa colcha de retalhos de experiências das mulheres.

A igualdade é a reivindicação principal do movimento feminista desde a primeira onda do feminismo, igualdade nos direitos e na ocupação dos lugares públicos, indo para a segunda onda do feminismo, a diferença se torna palavra maiúscula. O debate incluiu a diferença entre ser homem e mulher e seus papéis na sociedade e as diferenças de gênero, na intenção que se extinguisse o valor negativo da diferença entre ambos os gêneros do topo do sistema hierarquizante, o homem e mulher, isto é, derrubar o discurso de que a mulher é diferente do homem por características ditas naturais (fragilidade, sensibilidade, emocionais) e culturais (papéis sociais).

O feminismo negro levantou a bandeira da diferença, no sentido de um reconhecimento da diferença e na busca de sua valorização. Segundo Pierucci (1999), a diferença produz diferença, ela provoca, no campo das relações de representação, a emergência de novas diferenças. Ainda de acordo com Pierucci,

Quando os diferentes querem se apresentar e, importante isso, se representar com toda a sua diferença, quando eles tomam “para si” sua diferença e nela se reconhecem com benevolência e auto-estima, desencadeia-se um processo que é ao mesmo tempo discursivo e material de afirmação de outras diferenças culturais já compartilhadas por indeterminado número de indivíduos, mas que eram, até então, socialmente invisíveis em seu valor (real ou imaginário) e inconcebíveis em sua legitimidade (social ou política). (PIERUCCI, 1999, p. 120).

Assim como os movimentos sociais identitários, o feminismo negro e sua militância levantaram a voz na luta por reconhecimento social e político e se afirmaram enquanto mulheres e negras contra o racismo, além do sexismo e das desigualdades de classes. A condição da negritude da mulher, ou seja, da raça, se transforma num diferencial identitário. Em outras palavras,

Ser negra e ser mulher é ser uma mulher negra, uma mulher cuja identidade é constituída *diferentemente* da identidade da mulher branca. (Benhabib& Cornell, 1987:13). Trata-se de um adeus à *Sisterhood*. Uma despedida a partir da raça. (PIERUCCI, 1999, p. 129).

Dessa forma, fica bem claro que a personagem principal e atuante do movimento feminista, a mulher, é uma ampla diversidade entre as mulheres. Busca-se nessa nova onda e nova bandeira do reconhecimento da diferença, juntar as mulheres ocultadas ao protagonismo político, social e identitário dos movimentos. É colocar as mulheres negras, num papel mais

atuante na militância de suas demandas, visto que os movimentos de primeira onda, libertário e essencialista, tinham como protagonistas as mulheres brancas, de classe média e heterossexuais.

Tendo então, as mulheres negras, pobres e lésbicas um papel secundário e até mesmo sem participação alguma no movimento liberal da primeira onda, a frase de Sojourner Truth (1851) “E eu não sou uma mulher?” se faz coerente nesse contexto. A questão do gênero não bastava mais para o coletivo de mulheres, não diante de tantas especificidades que demandavam ações no campo social e político. Assim, “se não se pode isolar o sexismo de outras formas básicas de subordinação e opressão, o gênero, do mesmo modo, não pode ser isolado dessas outras formas de identificação sócio-cultural” (Hewitt, 1992 Apud Pierucci, 1999). O entrelaçamento das formas de subordinação e opressão foi o ponto forte que se firmou nos novos movimentos feministas, principalmente no feminismo interseccional⁴ e sua colcha de retalhos das minorias.

Entendido que não caberia mais ao movimento feminista o viés único da diferença de gênero na sua pauta, os novos movimentos, dentre ele, o feminismo negro, englobou a multiplicidade do que é concernente a ideia de “mulher” nas sociedades. Abarcado a multiplicidade das diferenças entre as mulheres, o feminismo negro se fixa na história com sua militância debatendo a condição da mulher negra sob uma sociedade racista e machista. Destacando que a condição de subordinada e oprimida da mulher negra vai de acordo com a posição que ela ocupa, visto que pode estar na condição de mulher negra e além, ou seja, pode estar também na condição de mulher negra e pobre, mulher negra e lésbica, mulher negra e transexual. A experiência da opressão é sentida na variação de sua condição.

O par sexo/gênero que era fazia parte do pensamento feminista sobre a opressão da mulher passa a ser uma tríade, gênero, classe e raça. Para então dar conta da multiplicidade das experiências enfrentadas pelas mulheres no tocante a suas condições de subordinação e opressão. Pierucci enfatiza que, a questão do diferencial da raça foi mais discutida no período em que os movimentos ampliaram seu leque de debates relativos às diferenças das opressões sobre as mulheres.

A afirmação no fator *raça* no miolo da diferença de gênero inseria-se no caudal de um movimento social específico e poderoso desde os anos 60, o *movimento negro*, que, nos anos 80, se entrecruzava com outro movimento social também de peso e impacto midiático, o movimento feminista, o que

⁴Iremos mais à frente dar os pormenores dessa vertente do feminismo que surge no contexto contemporâneo.

fez da recepção do fator *raça* no nicho intelectual das escritoras e pesquisadoras feministas um evento de feitos muito mais salientes e consequentes na produção intelectual e na agenda política do movimento feminista do que a defesa filomarxista do fator de classe. (Pierucci, 1999, p. 134).

De acordo com Pierucci, o fato de que a *raça* tenha sido mais enfatizada pelos movimentos sociais e feminista, tenha se dado porque a classe está relacionada mais a desigualdade do que a diferença. E ressalta-se que a diferença no movimento negro e no feminismo negro foi assumida como valorização da identidade negra. Um fator também relevante foi a necessidade desse destaque no movimento feminista, já que as mulheres brancas que estavam à frente do feminismo nos seus primeiros momentos, não reconheciam o gênero das negras, assim eram vistas, como negras e não como mulheres negras. Eram as “Mulheres (brancas) *raceless*, de um lado, (mulheres) negras *genderless*, do outro.” (Pierucci, 1999, p. 136).

A segunda onda do feminismo se torna na história, a primeira etapa do movimento diferencialista que ainda permanecia centrada na categoria gênero. Esse período compreende já os anos da década de 1980. O feminismo trilhou um longo percurso desde seu primeiro momento na história, mas ainda a questão da *raça* não era amplamente discutida nos estudos feministas e na própria luta. Só tendo espaço quando o feminismo negro e suas militantes adentraram no mundo intelectual acadêmico e literário.

A pauta feminista na sua terceira onda – compreendido no contexto de redemocratização no Brasil, passa-se a discutir a questão das diferenças intragênero e uma busca de reconfiguração do espaço público e das relações do movimento feminista com o Estado – se torna múltipla, a tríade gênero, *raça* e classe abrange uma gama de demandas. A diferença tão reivindicada produz mais diferenças dentro do movimento, a busca da afirmação da identidade se torna o viés do feminismo negro. Em meio a tanta diversidade entre as mulheres, a identidade e sua afirmação é um modo de diferenciação nesse movimento de diferencialismo. A atitude diferencialista é, para esse movimento, o que Pierucci afirma ser “a disposição mental de valorizar e levar a sério toda e qualquer diferença que se insinue no tecido social, no presente e no passado dos humanos.” (Pierucci, 1999, p. 146). A diversidade do termo mulher veio para dar espaço a todas as mulheres que não se viam defendidas pelo feminismo da mulher branca da classe média ocidental.

Dentre as mulheres do feminismo, a mulher “negra” – entre aspas pelo fato de que se tornou necessário destacar sua especificidade diante do conjunto de mulheres existente e suas especificidades a espera de representatividade no feminismo – sobressaltou sua identidade a partir da afirmação de sua negritude, sua cultura e sua etnicidade.

Para compreender melhor a questão da identidade, partimos de uma descrição muito utilizada nas ciências sociais, isto é, como um “processo de construção designificado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado.” (Castells, 2001, p. 22). A afirmação da identidade negra por parte das feministas negras, vem com a pretensão de valorização e reconhecimento de sua cultura afrodescendente e, sendo mais importante no campo da ação política feminista, o reconhecimento de sua condição de mulher e negra. O gênero em si não é a identidade, mas coloca a mulher negra numa posição social e sua estrutura hierarquizada em posição desprivilegiada de poder.

As feministas negras viam a necessidade de ter presença no espaço político e ter representação da sua identidade enquanto negra e pôr em pauta o racismo no feminismo, racismo este que é sentido intensamente pelas mulheres negras, visto que raça está mais para as/os negras/os do que para as/os brancas/os nos debates e nos preconceitos nas sociedades. A experiência da mulher no feminismo é uma experiência da mulher branca, coloca as feministas negras em sua crítica. E nessa experiência se encaixa a opressão sexista e classista. Mas outra crítica ao feminismo é que, desde o primeiro momento do movimento, fica claro que é a experiência da mulher branca de classe média. Excluindo assim as experiências das negras e das brancas de classe trabalhadora. Porém, vale ressaltar que, apesar desses movimentos estarem com ações de reconhecimentos de demandas específicas, suas experiências marcou a história e abriram espaço para diversos movimentos de mulheres.

A questão da identidade no feminismo envolve a multiplicidade de experiências das mulheres que é marcada por uma diversidade de condições em que a mulher pode estar situada. Nesse sentido, a mulher pode ter a experiência da opressão de raça, classe e orientação sexual, além do gênero. E não unicamente a opressão sexista, como coloca o feminismo que tem a sua frente, as mulheres brancas. Nesse contexto que o feminismo coloca, de uma mulher abstrata e uma opressão comum, há alguns pontos que o feminismo negro se contrapõe. A mulher abstrata seria a noção de um conjunto comum que abrange todas as particularidades das diferentes mulheres.

A crítica das feministas negras é que, essa mulher, na verdade, compreende apenas a realidade e experiência da mulher branca e de classe média, mas que tende a ser dita enquanto experiência comum a todas as mulheres. As “feministas negras questionaram os desdobramentos dessa construção da identidade da mulher – e, por consequência, da pauta do feminismo – a partir da experiência das brancas.” (Miguel, 2014, p. 85). Vale ressaltar que as feministas marxistas também criticavam essa universalização da mulher.

O problema do sexismo para as mulheres, na visão da teoria feminista, é o tipo de opressão puro, porque é comum a todas as mulheres. Mas em oposição, as feministas negras questionam, e as outras opressões, não devem ser discutidas para serem combatidas também? Colocar as experiências das outras opressões é fundamental para se discutir uma pauta que avance na perspectiva social e na luta pela emancipação das mulheres. Mesmo que o sexismo seja um problema em comum para todas as mulheres, é preciso reconhecer e combater os demais, ampliar o espaço de voz e realidades das mulheres.

Dessa maneira, para Bell Hooks trata-se de discriminação e dificuldade de ser ouvida nos espaços do movimento feminista. (Miguel, 2014, p. 86). Na visão de Hooks, essa invisibilidade das demandas das mulheres negras e de classe tem sentido na medida em que a “impermeabilidade às experiências e demandas das mulheres dos estratos sociais desprivilegiados como uma forma de manter o feminismo na posição de um movimento que se acomoda ao sistema vigente, sem desafiá-lo de forma radical.” (Ibidem, p. 86/87). De forma mais clara, lidar com as demandas das mulheres brancas que podem estar em situação de ascendência é mais viável no sistema vigente do que lidar com as demandas das mulheres negras e sua luta antirracista, numa sociedade quem tem o racismo arraigado na sua história.

Nas mulheres negras, raça e gênero estão interligados, podendo a condição de classe também se acrescentar nessa ligação. Mas a voz que relata as demandas dessas mulheres precisa ter mais espaço no movimento feminista e no campo político. Se torna indispensável para as militantes negras, um espaço que possam reivindicar com uma perspectiva social que inclua sua pauta, assim,

As feministas negras precisam de um lugar próprio, que permita expressar vivências e demandas que lhes são próprias, frutos de formas de discriminação e opressão cruzadas, e que, ao mesmo tempo, faça com que suas perspectivas sejam incorporadas na plataforma do feminismo geral. (Miguel, 2014, p. 87).

Esse espaço em que o feminismo negro se insere é um espaço que amplia o diálogo das experiências das mulheres negras, que possibilita uma análise interseccional, ou seja, um feminismo negro com uma análise crítica que questiona a intersecção entre o racismo e o sexismo. Já que a interseccionalidade possibilita a interligação entre os principais eixos temáticos que o feminismo atual se ocupa em debater.

O feminismo negro dá as mãos à luta das demais opressões sobre as mulheres, para este feminismo, não há uma hierarquia de opressões, mas não deixam de enfatizar a bandeira de luta antirracista, as militantes não deixam de discutir sobre sua identidade de negra, além de mulher. Para o feminismo negro, a identidade é construída na perspectiva de resistência. Manuel Castells classifica as identidades em três formas distintas entre formas e origens de construção de identidades, a que se encaixa na forma utilizada pelo feminismo negro é a identidade de resistência, que segundo ele é:

Criada por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade. (Castells, 2001, p. 24).

Para Castells, há benefícios que são gerados por parte de cada identidade para as pessoas que a incorporam. (Ibidem). Nesse sentido, as militantes do feminismo negro buscam com a afirmação de sua identidade negra que se tornou uma identidade de resistência, o reconhecimento, a emancipação da mulher negra e o fim da opressão racial e de gênero, já que estão interligadas. A ativista feminista negra Marai Larasi⁵, declara que, “Nós nos recusamos a escolher nossa condição de mulher sobre a nossa negritude, visto que eles estão sempre interconectados”.⁶ Embora a corrente interseccional interligue várias temáticas dos feminismos, as militantes do feminismo negro sobressaltam sua condição de negritude, pois só nesse espaço determinado e criado por elas que o racismo é discutido ativamente no campo do movimento e no político. É, para as mulheres negras, uma questão de representatividade e ação política.

Para as feministas negras, o impacto da opressão sexista é maior sobre as negras pelo fato de que seus corpos são mais sexualizados e suas vidas já foram mercantilizadas. As

⁵Marai Larasi, é ativista feminista há mais de 20 anos. É ativista em mídia, juventude, gênero e violência, atua como diretora executiva do Imkaan, uma organização não governamental feminista negra, sediada no Reino Unido.

⁶ Frase retirada de entrevista “A luta antirracista é tão importante quanto a batalha contra o patriarcado”, publicada no site: <http://ponte.org/a-luta-antirracista-e-tao-importante-quanto-a-batalha-contr-o-patriarcado/>.

negras tiveram suas vidas escravizadas por homens e mulheres brancos, tiveram e ainda tem seus corpos ultra sexualizados e comercializados – o número de mulheres que comercializam o corpo tem em sua maioria, as mulheres negras.

O racismo, problemática esquecida pelo feminismo “branco”, tem, então, espaço para ser discutido e combatido nos feminismos atuais, tanto o feminismo negro como o feminismo interseccional. Para isso, as feministas negras, como também as classistas e as lésbicas tiveram que, ao longo da história do movimento feminista deixar bem claro que,

Tentar entender os problemas das mulheres como comuns a todas, sem levar em conta elementos como raça, classe, renda e orientação sexual, seria silenciar sobre a multiplicidade de experiências específicas que compõem a condição feminina. (Miguel, 2014, p. 89).

Porém, outra linha do pensamento feminista argumenta que o sexismo é a forma de opressão mais pura e, por isso, é fundamental na agenda feminista. Nesse contexto, o argumento é que o sexismo é o ponto de onde parte as demais opressões. De certo modo, o fato de ser mulher é um ponto inicial de opressão, se uma mulher é trabalhadora e sofre assédio sexual, sofre primeiramente porque é mulher antes de ser trabalhadora explorada. O feminismo negro refuta a teoria do feminismo “unificado”, afirmando que na perspectiva desse feminismo, o monopólio do espaço para debate é das porta-vozes que são mulheres brancas e majoritariamente de classe média, o que dificulta, ou melhor, invisibiliza a opressão e as demandas das diversas mulheres e suas particularidades, isto é, mulheres trabalhadoras, lésbicas, indígenas, quilombolas, negras, e de outras origens étnicas. Com essa análise, destaca-se o fato que

O esforço do feminismo negro é esse, ou seja, mostrar que a mulher negra, numa sociedade que é simultaneamente machista e racista, sofre formas de opressão que não são redutíveis às sofridas por mulheres brancas ou por homens negros. (Miguel, 2014, p. 90).

Dessa forma, o movimento feminista negro teve e ainda tem papel relevante em identificar as diferenças entre a condição de ser mulher branca e ser mulher negra numa sociedade em que o sistema vigente é tanto sexista quanto racista, que inclui no seu sistema hierárquico, divisão não só de sexo, mas de raça e classe. As militantes negras tiveram que assumir uma posição autônoma tanto dentro do movimento negro, que tem seus líderes geralmente homens, como no movimento feminista unificado, em que tendeu a afirmar a

diferença das realidades e experiências entre as mulheres, assim como fizeram as militantes marxistas. Assim, no ponto de vista do feminismo negro, suas militantes “confrontam tanto o predomínio masculino no movimento negro quanto a predominância branca e burguesa no feminismo, apresentando novas pautas de reivindicações e também um novo enquadramento teórico para a compreensão dos problemas da dominação.” (Miguel, 2014, p. 89).

Para ter a autonomia de relatar suas experiências enquanto mulher negra, é preciso que se tenha um espaço que incorpore as demandas e as pautas. O que o feminismo negro aponta é que, o feminismo tradicional não abre o espaço com a justificativa de que o problema maior de opressão para as mulheres é o de gênero, de onde parte todos os outros. Mas ao apontar um único opressor no sistema, deixa-se de lado tantos outros que oprime as mulheres conforme sua condição, seu lugar. Isto é, sua raça, sua classe, sua orientação sexual e demais singularidades existentes entre as mulheres. Portanto, pode-se afirmar que, “a valorização das diferenças, que é um ponto fundamental nos desafios colocados pelas teorias e pela militância feminista, corresponde à exigência de normas que garantam o respeito e mesmo espaços para a afirmação das identidades dos indivíduos.” (Miguel, Biroli, 2014, p. 150).

2.2 História do Feminismo Negro Local – João Pessoa/PB

Primeiramente, destaco aqui no trabalho em questão, a escassa produção científica sobre o feminismo negro na Paraíba, aliás, não só da Paraíba, mas como em todo o Brasil. A produção textual do e sobre o feminismo negro é restrita às militantes e autoras negras, tendo poucas produções para servir de referência no estudo sobre o movimento. Destarte, iremos traçar aqui um breve relato do movimento feminista negro na Paraíba, destacando alguns dos movimentos de mulheres negras que foram mapeados em um projeto de estudo exploratório⁷, realizados pelo movimento feminista Cunhã, publicado em 2001.

Dos movimentos de mulheres existente na Paraíba, destaca-se a atuação de quatro movimentos de mulheres negras, ressalto aqui que, esses grupos aqui apresentados são alguns dos movimentos de mulheres negras ou que atuam com a temática raça nas suas pautas, muitos grupos não tiveram presença no mapeamento do estudo exploratório ou foram fundados em período posterior ao estudo.

No período em que o movimento de mulheres negras surge enquanto movimento feminista com voz própria no campo dos movimentos sociais e da política, que compreende

⁷ Estudo exploratório, quantitativo e qualitativo, realizado pelo grupo feminista Cunhã – Coletivo Feminista, intitulado: Grupos de Mulheres da Paraíba. Retalhos de uma história. João Pessoa, Paraíba, maio de 2001.

os anos 1980, surge uma organização de mulheres negras que, além de sua atuação com projetos sociais, tocam e dançam ciranda em Caiana dos Crioulos. Formado em 1986, na comunidade Caiana dos Crioulos, o grupo Cirandeira Caiana dos Crioulos Margarida Maria Alves, tendo como ponto inicial a participação em encontros de formação que eram realizados pelo MMB (Movimento de Mulheres do Brejo de Alagoa Grande). De acordo com a pesquisa, o grupo era composto por 10 mulheres (negras) que tiveram a iniciativa de formar uma banda só de mulheres, onde tocam e dançam a ciranda. Tendo como objetivo a prestação de assistência às famílias carentes, assim como apresentações de cirandas.

Já no fim da década de 90, surgem mais dois grupos de mulheres negras na Paraíba. Em 1998, surge o grupo Mulheres de Pedra D'água (Pedra d'água é uma comunidade do município de Serra Redonda, Cariri paraibano). O grupo é formado a partir da “realização de um encontro de formação, promovido pela Comissão de Mulheres Indígenas Potiguara, quando discutiu-se sobre o Dia da Consciência Negra e a história de Zumbi.” (Retalhos de uma história, p. 66). O grupo discute sobre os direitos das mulheres.

No mesmo ano, em 1998 forma-se o Grupo de Mulheres Negras atuante na região interiorana do estado da Paraíba. O grupo parte da iniciativa de duas mulheres participantes dos Agentes da Pastoral Negra, e atuavam com trabalho específico com mulheres negras. Composto por mulheres atuantes em universidades e movimentos sociais que tinham a “necessidade de debater a postura das mulheres negras dentro e fora do movimento negro e discutirem qual a sua contribuição para o mesmo”. (Retalhos de uma história, p. 57).

O grupo realiza encontros e palestras com mulheres negras das áreas urbana e rural. Tendo como principais objetivos, conscientizar as mulheres a respeito da discriminação racial, com destaque a auto-estima dessas mulheres e nas identidades das mulheres pobres das áreas de recorte, proporcionando trabalhos com arte, com o intuito de resgatar os valores da cultura e na parte educacional com crianças e adolescentes. Além de estarem proporcionando trabalhos de sustentabilidade com as mulheres negras, a fim de levá-las às suas autonomias.

Em continuação a essas ações promovidas pelo Grupo de Mulheres Negras, algumas mulheres negras decidem organizar formalmente, um grupo que tratasse de forma específica as demandas das mulheres negras no estado da Paraíba. Em 2001, é institucionalizado o Bamidelê – Grupo de Mulheres Negras da Paraíba. O grupo desenvolve projetos de afirmação da identidade da mulher negra na Paraíba, tanto na zona urbana como na rural. É este grupo de mulheres negras que vamos esmiuçar sobre sua atuação enquanto movimento feminista negro, na medida em que atuam lado a lado dos movimentos negro e feminista do estado.

Propondo transformações e debates sobre a discriminação racial no campo dos movimentos sociais, com uma identidade própria.

A seguir, iremos realizar um panorama da organização Bamidelê – Grupo de Mulheres Negras da Paraíba, enquanto movimento feminista de mulheres negras que se impõe no contexto dos movimentos sociais e diante dos movimentos negro e feminista. Diante da pesquisa realizada com a organização em questão, apresentaremos uma análise de sua atuação e de sua organização, explorando a questão da especificidade do movimento enquanto movimento composto por mulheres negras e para mulheres negras diante dos feminismos existente, dando atenção especial na atuação para o empoderamentos da mulher negra.

CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA NEGRO DE JOÃO PESSOA: BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS DAPARAÍBA

As mulheres negras, militantes do movimento feminista negro, incorporam nesse movimento um novo sentido a democracia e uma nova direção ao feminismo. Isto é, proporcionam um novo sentido ao sistema democrático na medida em que adentram no campo político para reivindicar direitos e políticas públicas que atendam as especificidades das mulheres negras, mas não só para as mulheres, como também para a população negra em geral, de forma que incluam as demandas nos setores que ainda não contemplam esses grupos minoritários. As feministas negras direcionam o feminismo para uma nova forma de compreensão, apoio, militância e defesa das pautas das várias mulheres e suas diversas faces, pois o feminismo negro está compreendido enquanto vertente interseccional, que atende as diversas pautas das mulheres.

A autora Glória Gohn em seu livro *Novas Teorias dos Movimentos Sociais* (2012), identifica e divide três formas de organizações de movimentos sociais. Na primeira forma, Gohn classifica “os movimentos identitários que lutam por direitos sociais, econômicos, políticos e, mais recentemente, culturais. São movimentos de segmentos excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente)”. No segundo formato que inclui os “movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, no urbano e no rural, que demandam acesso e condições para terra, moradia, alimentação, saúde, transportes, lazer, emprego, salário etc”. No terceiro e último formato, incluem as “lutas que atuam em redes sociopolíticas e culturais, via fóruns, plenárias, colegiados, conselhos etc.” (GOHN, 2012, p. 132/133).

Dessa forma, incluímos o movimento feminista negro no primeiro formato de organizações sociais, visto que são as mulheres negras pertencentes dos grupos excluídas na sociedade e marginalizadas dentro e fora dos movimentos sociais, como já relatamos anteriormente. O movimento de mulheres negras que apresentamos nesse estudo, está compreendido enquanto um movimento que luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais das mulheres negras na sociedade paraibana. Assim, vamos aqui detalhar a estrutura da organização com o objetivo de analisar sua pauta e ideologia e compreender suas ações no intuito do empoderamentos da mulher negra, utilizaremos como base referencial, coletas das

entrevistas realizadas com integrantes da organização durante a pesquisa de campo do presente trabalho (2015).

3.1 História da Bamidelê – OMNPB

A Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba teve sua fundação no ano de 2001, momento em que se institucionalizou, se tornando uma organização não-governamental. A organização surge bem antes, quando mulheres negras se reuniam nos sábados no Mosteiro de São Bento que, de acordo com a coordenadora executiva da organização, Terlúcia Silva,

Era um espaço que as pastorais ocupavam muito e aí as reuniões era pra que cada pessoa relatasse suas histórias de racismo. Era um grupo meio pra fortalecer até a atuação que muitas delas eram ligadas ao movimento negro, algumas da universidade, algumas da comunidade, mas era perspectiva muito de fortalecimento individual mesmo das mulheres negras. (Entrevista realizada em 05/2015).

Assim como muitas organizações que se institucionalizaram em busca de autonomia no cenário dos movimentos de expressões da sociedade civil e das minorias, a Bamidelê como organização institucional se apresenta como

Uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que tem como objetivo empreender ações e debates que fortaleçam a identidade e auto-estima de mulheres afro-brasileiras, em especial das paraibanas, visando contribuir para a eliminação do racismo, do sexismo e superação das desigualdades raciais.⁸

O contexto social e político dizem muito sobre a formação, ação e orientação política das organizações sociais. Durante os anos de 1990 destaca Gohn que, a “produção teórica desloca sua atenção para um outro sujeito social que esteve meio oculto durante a fase do apogeu dos movimentos sociais no terceiro mundo, em especial na América Latina: as organizações não governamentais (ONGs).” (GOHN, 2012, p.34).

O surgimento da organização de mulheres negras Bamidelê é, de acordo com suas militantes e formadoras, datada na década de 1990. Período pós ditadura militar no Brasil e instauração da democracia e com ela, a liberdade de formação e atuação política dos atores sociais. Vale salientar que nesse período, o número de formação de movimentos sociais e

⁸ Trecho da ata de fundação da Bamidelê, em 3 de março de 2001.

organizações não governamentais é bastante expressivo, quando se fala em movimentos de representatividades de minorias.

É importante destacar que a Bamidelê é uma Organização Não-Governamental – ONG, assim, vale enfatizar a diferença entre ONG e movimento social e para referência desse diferencial, apontamos Gohn (2000), que identifica alguns dos pontos diferenciais entre as ONGs e os movimentos sociais, sendo:

As organizações são institucionalizadas, os movimentos sociais não. Elas podem ter sistemas de relações internas informais, pouco burocratizadas, mas precisam ser, no mínimo, eficientes. Elas têm de se preocupar com a perenidade para sobreviver, e ter um cotidiano contínuo. Os movimentos não; eles têm fluxo e refluxos, não são exatamente estruturas funcionais. [...] Eles não têm de fazer balancetes, prestar contas ou pagar funcionários. As ONGs têm tudo isso no seu cotidiano; seus orçamentos ocupam a maior parte do tempo dos seus dirigentes. [...]. (GOHN, 2000, 49 Apud MACHADO; MACHADO, 2012, p. 69).

Ou seja, os movimentos sociais não se tem a necessidade de possuir um formato jurídico, visto que suas ações não englobam realizações de projetos submetidos em editais e financiados por órgãos ou agências financiadoras privadas, onde necessitam estar sob um formato jurídico legal e prestar as devidas contas. De acordo com a definição da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG⁹, se considera ONG:

As entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos de seus estatutos. (<http://www.abong.org.br/>. Acessado em 26/05/2016).

Ainda de acordo com Gohn (2000), que apresenta quatro tipos de ONGs que atuam no Brasil, sendo elas: *caritativas, desenvolvimentistas, ambientalistas e cidadãs*¹⁰. Vamos aqui destacar o tipo cidadã que, segundo nossa análise, é o tipo no qual a Bamidelê – OMNPB mais se aproxima enquanto uma ONG. Dessa forma, as ONGs cidadãs são “voltadas para

⁹ A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais – ABONG, fundada em 10 de Agosto de 1991, é uma associação civil sem fins lucrativos e econômicos, democrática e pluralista, com duração ilimitada. <http://www.abong.org.br/>

¹⁰ Para obter mais informações sobre os quatro tipos de ONGs, ver Os Sem-terra, ONGs e cidadania. GOHN, Maria da G. 2 ed. São Paulo: Cortez,2000.

reivindicações dos direitos de cidadania, atuam no espaço urbano construindo redes de solidariedade, promovendo ou participando de programas e serviços sociais básicos e emergenciais, atuando junto a minorias discriminadas.” (MACHADO; MACHADO, 2012, p. 58/59).

Temos um tipo que se apresenta em prol da emancipação da minoria discriminada, nesse contexto, a Bamidelê atua juntamente com mulheres negras de comunidades rurais e urbanas que estão englobadas no que se entende por minoria discriminada, reivindicando e incentivando políticas públicas para que as demandas desse grupo atendido pela organização sejam efetivadas.

A Bamidelê surge, primeiramente, como Grupo de Mulheres Negras na Paraíba, cujos encontros eram semanais, com menos de duas dezenas de mulheres que se reuniam no Mosteiro de São Bento e algumas vezes no Espaço Tomás Mendelo, segundo a diretora da organização. Essa primeira formação da Bamidelê é através de mulheres que participavam da Pastoral Negra – APNS¹¹. Assim, o grupo se institucionaliza-se em 2001, a fim de dar uma formatação jurídica ao grupo e de obter recursos para a realização de projetos e oficinas e efetivar suas ações com mulheres negras não só em João Pessoa, mas em demais comunidades na Paraíba. Dessa forma, tem como missão e projeto político, “contribuir para a eliminação do racismo e do sexismo, buscando a equidade de gênero numa perspectiva étnicorracial” e conforme a ata de fundação tem o intuito de ser,

Uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que tem como objetivo empreender ações e debates que fortaleçam a identidade e auto-estima de mulheres afro-brasileiras, em especial das paraibanas, visando contribuir para a eliminação do racismo, do sexismo e superação das desigualdades raciais.

Diante de um número mínimo de grupos de mulheres negras aqui na Paraíba, ainda mais de grupos institucionalizados, a Bamidelê se destaca enquanto uma das principais organizações de mulheres negras no estado. Com quase duas décadas de atuação, vem desenvolvendo projetos, oficinas e publicações sobre a situação da mulher negra e seu empoderamento diante da condição de dupla opressão, sexista e racial. Destarte, a Bamidelê desenvolve,

¹¹ Agentes de Pastoral Negros (APNs) são grupos de conscientização, organização e valorização da cultura da comunidade, ou seja, mulheres e homens negros, que atuam em comunidades cristãs, e que agem na luta contra o racismo e a discriminação racial. Entre os seus objetivos, está o reconhecimento e afirmação da história e dos valores culturais e religiosos do povo negro, com o intuito de construir uma identidade positiva e desenvolver ações políticas efetivas para incluir a população negra na sociedade.

Ações educativas e formativas como cursos, palestras, campanhas, oficinas, feiras de saúde, capacitações, rodas de diálogos, seminários e produção de material didático com foco nas temáticas de saúde (sexual, reprodutiva e da população negra), educação, direitos sexuais, direitos humanos e ações afirmativas. [...] no controle social de políticas públicas, mobilização social e ações de fortalecimento político dos movimentos negro e feminista, com os quais articulamos local e nacionalmente.¹²

A Bamidelê dialoga não só com a comunidade negra, mas com a sociedade em geral, com os movimentos feministas, com a comunidade acadêmica, de forma que amplia seu leque de temáticas e os incorporam numa rede de compartilhamento de saberes, mas sempre focando suas ações com a comunidade negra e para esta comunidade, especificamente as mulheres negras. Nesse sentido, as temáticas que entoam as discussões levantadas pela Bamidelê, reforçam justamente o que precisa ser enfatizado e a necessidade de se discutir a ocultação/invisibilidade das demandas das mulheres negras.

3.2 Função e Perfil das militantes

A Bamidelê possui um corpo de militantes de mulheres que se reconhecem negras, o que foi partida para a formação da organização, pois os encontros se davam com mulheres negras que discutiam suas condições enquanto mulheres negras na sociedade e sobre a valorização das suas identidades. A ideia primeira para formar um grupo de mulheres negras partiu de três mulheres negras de distintas naturalidades. Das três fundadoras nenhuma é natural de João Pessoa/PB. Uma das fundadoras, conhecida como EfuNyaki, é tanzaniana que se radicou em João Pessoa, pois vive na capital desde 1997 aproximadamente. Outra fundadora, Maria José, é natural de Alagoas e que, no momento, não se encontra com função na bamidelê aqui no Estado, mora em Recife. Por fim, a terceira fundadora, Solange Rocha, é natural de Londrina (PR). Atualmente só Solange Rocha que atua na organização, além de Professora universitária e coordenadora do NEABI (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas) da UFPB.

A organização é composta por poucas mulheres, visto que o recurso financeiro da organização é limitado. Estrutura-se com cargos de diretoria que responde juridicamente pela organização, coordenação executiva, assistente de comunicação, conselho fiscal e associadas

¹² Trecho retirado do blog da organização: <http://negrasbamidele.blogspot.com.br/p/bamidele.html>. Acessado em 21/05/2016.

e realizam assembleias que deliberam assuntos com relação a organização. As atividades são coordenadas pela coordenação executiva composta por duas mulheres. Na parte operacional, mais duas militantes da organização, uma na área de comunicação, movimentando as mídias e na produção de instrumentos de comunicação e outra na parte administrativa financeira da organização.

Foram entrevistadas três militantes da Bamidelê, uma coordenadora executiva, uma assistente de comunicação e a diretora da organização. Vamos descrever as funções e perfis das militantes entrevistadas, visto que são as integrantes que estão no dia a dia da organização e também na função de diretoria. Ressalta-se que o corpo estrutural da organização se dá basicamente por estas três integrantes, incluindo outras mulheres que compõem a coordenação, totalizando 5 integrantes, sendo que o maior corpo está nos associados, que registram 15 associados.

A diretoria tem à frente, a professora (UEPB) Ivonildes Fonseca, tendo uma relevante atuação junto a Bamidelê, acompanhando e representando politicamente a organização. Sua atuação na Bamidelê dialoga com sua atuação de professora universitária, no qual realiza cursos, seminários, especialização na temática da questão racial, como destaca em entrevista que, “atualmente, a Bamidelê, eu como Bamidelê também, nós estruturamos um curso de especialização na UEPB, que é um curso voltado para a educação infantil para a criança negra na escola”. Afirma ainda que,

Nós (Bamidê) já tínhamos uma ação bastante forte na saúde da mulher negra e hoje nós estamos com uma ação forte com a questão da educação na escola. Não é uma ação da Bamidelê, mas sou eu como professora e a Bamidelê apoia isso, porque se você for conversar com outras mulheres da Bamidelê, elas vão ter, também, além das ações da Bamidelê, outras ações específicas.

Na coordenação executiva encontra-se Terlúcia Silva, natural de Natal e mora em João Pessoa desde 1999 e é integrante da Bamidelê desde 2002. Tem uma longa trajetória nos movimentos sociais, isto é, nos movimentos negro e de mulheres. Esteve junto no processo de formação da Bamidelê, participando das formações, oficinas e projetos, primeiro como voluntária e depois passou a conduzir as oficinas. Na organização existe uma rotatividade de funções, desse modo, Terlúcia ocupou funções como educadora social, auxiliar e assistente administrativa, atualmente exerce a coordenação executiva, na parte política e financeira da Bamidelê e representa a Bamidelê na Rede de Mulheres Negras do Nordeste e faz parte da frente antirracista da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB.

Na área de comunicação da Bamidelê, Priscila Estevão, formada em Relações Públicas. Possui 11 (onze) anos de atuação em movimentos sociais, ainda na adolescência esteve no movimento de juventude negra, a partir do momento em que se reconheceu como mulher negra através de sua participação nos movimentos. Elabora os instrumentos de comunicação da organização e contribui também no processo de mobilização e articulação da organização na Paraíba, além de contribuir nas demais atividades. Priscila também compõe o Conselho Nacional de Juventude e coordenadora do Fórum de Juventude Negra. Essa participação também dialoga com sua atuação na Bamidelê, contribuindo com a inclusão da abordagem da juventude negra na pauta da organização, ampliando, dessa forma, a atuação da própria organização, como afirma Terlúcia Silva, coordenadora executiva da Bamidelê,

A gente trabalhou no começo muito com criança e adolescente, mas era muito mais numa perspectiva de trabalhar a questão da arte, dança e tal e é preciso tá muito nessa dimensão da luta política das juventudes, então ela é a comunicadora, a pessoa que faz isso. (Entrevista realizada em 05/2015).

Há ainda na Bamidelê, integrando a coordenação, Solange Rocha, fundadora da organização e Penha como secretária da organização. Embora a participação das militantes não seja cotidiana, visto que algumas delas por possuir outras funções não podem estar nas atividades diariamente, “todas as decisões, material produzido, eventos, tudo [...] se decide coletivamente, qualquer encaminhamento, qualquer questão passa por todas nós para que estejamos cientes”. (Trecho da entrevista realizada em 05/2015, com a coordenadora executiva da organização).

As militantes possuem formação no ensino superior, algumas pertencem a comunidade acadêmica como professoras, mas todas possuem formação acadêmica e aliam suas atividades com as da organização, incorporando a questão racial numa gama maior de espaços políticos, considerando aqui a universidade e a organização enquanto espaço político com relevante função de formar, mobilizar, reivindicar.

3.3 Ações da Bamidelê - OMNPB: De 2001 a 2015

Dos encontros informais sem espaço próprio, a Bamidelê passa a ser uma organização não governamental com sede própria iniciando suas ações efetivas em comunidades da grande João Pessoa, no município de Santa Rita – comunidades de Marco Moura e Tibiri II – já no ano que se institucionalizou, isto é, em 2001. E em Alagoa Grande foi, também, realizada uma das principais atividades da Bamidelê, a ação efetiva foi realizada na comunidade Remanescente de Quilombo de Caiana dos Crioulos, onde trabalharam com foco na área da saúde – com ensino de preparos de remédios, pomadas artesanais com matéria prima da própria natureza – e no fortalecimento da identidade das mulheres negras. Dessa atividade resultou uma organização de mulheres negras de Caiana dos Crioulos.

Em 2002, também foi realizado o projeto *Redes de Solidariedade*, visando trabalhar com as participantes, a superação as problemáticas enfrentadas pelas mulheres negras para que estas se emancipassem e assumissem suas identidades negras e reconhecessem o valor de suas próprias identidades, proporcionando também formação sobre saúde reprodutiva e direitos sexual e reprodutivo. No relatório final do projeto, é relatado pela organização que,

O empoderamento das participantes, o que levou a uma participação mais ativa em outros eventos, e as mudanças, principalmente, na maneira das mulheres de se expressar com mais liberdade sobre assuntos referentes à sexualidade (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2003 Apud ANDRADE, p. 51, 2013).

As temáticas dos projetos da Bamidelê perpassam sempre sobre o reforço e a valorização da identidade negra, sobretudo da mulher negra e seu empoderamento. Além das questões da saúde e direitos reprodutivos da mulher negra. Assim, relata a assistente de comunicação da organização na entrevista realizada para essa pesquisa,

As ações da Bamidelê são sempre nesse sentido, fortalecimento da identidade negra, reconhecendo tantos os pontos negativos quanto os que também nos fazem lerem positivamente a nossa cultura, nossa ancestralidade, nossa militância, nossa herança de luta como Lélia Gonzalez, Tereza de Benguela, nossos referenciais de luta, tanto anteriores a nós como nossos contemporâneos.

Ainda com atividades do projeto *Redes de Solidariedade* no ano de 2003, a Bamidelê realizou capacitações de lideranças dos grupos de mulheres e jovens negras com o objetivo de ampliar e fortalecer a atuação política para que estas lideranças atuem com mais possibilidades para as políticas públicas que atendam suas demandas. Também realizaram atividades com mulheres parteiras tradicionais moradoras da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos, onde a Bamidelê esteve bastante presente com suas atividades e com resultados positivos. Foram, contudo, realizados,

O I Encontro dos Grupos de Mulheres Negras e o I Encontro de Grupos de Jovens de Marcos Moura e Tibiri, ambos abordaram temáticas sobre saúde reprodutiva, identidade racial e sexualidade, assuntos que já vinham sendo tratados nas oficinas e que teve o objetivo de aprofundar os debates, levar informação e integrar as mulheres adultas de Marcos Moura as mulheres de Caiana dos Crioulos. (ANDRADE, 2013, p. 52).

No ano de 2004, realizaram o projeto *Mulher negra, saúde reprodutiva e direitos sexuais: construindo caminhos para a felicidade de viver*, para que desse continuidade ao projeto anterior e que continuasse a atender aos grupos de mulheres e jovens negras das comunidades Caiana dos Crioulos, Marcos Moura e Tibiri II. Seguindo o eixo temático da saúde, o projeto focou no eixo “Políticas Públicas e o Controle Social no campo da saúde”. As ações desse projeto se concentraram nas “temáticas ligadas à saúde pública e ao controle social nessa área. Assim, as mulheres e até mesmo as jovens negras debateram e agiram no sentido de exigir melhorias no atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS – e entender seu funcionamento, para demandar políticas públicas para as mulheres negras nesse campo.” (ANDRADE, 2013, p. 53). Ainda nesse ano, a Bamidelê teve participação em diversos eventos com discussão sobre raça e gênero, no qual destacamos sua participação no debate para a efetivação da Lei 10.639/03¹³ na Paraíba.

Em 2005, a Bamidelê se articulou para a participação na Marcha Zumbi +10, no qual realizou uma mobilização em João Pessoa. A Bamidelê promoveu, com o apoio do Fundo

¹³ Lei 10.639/03 que altera a LDB 9.394/96 inclui no currículo oficial da Rede de Ensino, pública e privada, a obrigatoriedade do ensino sobre História da África e Cultura Afro-Brasileira.

Global para Mulheres (FGM), o projeto *Adolescentes e jovens negras: Multiplicando informações sobre saúde sexual e reprodutiva*, realizado em 2007. Foram realizadas capacitações sobre a temática saúde sexual e reprodutiva com adolescentes e jovens negras dos bairros de João Pessoa e Santa Rita.

Em 2009, a principal atividade da Bamidelê foi o lançamento da Campanha Promoção da Identidade Negra na Paraíba: *Moren@, não. Eu sou Negr@!*. Essa campanha se expandiu a nível nacional, não ficando restrita a João Pessoa e se tornou permanente, está agora na sua 4ª realização. Essa campanha teve apoio e participação de artistas e personalidades negras, como o cantor Chico César. A campanha é uma ação da Bamidelê, “no sentido de sempre positivar a afirmação da identidade étnico-racial na Paraíba e não somente na Paraíba, no Brasil”, afirma a assistente de comunicação da organização.

A campanha *Moren@, não. Eu sou Negr@!*, tem entre seus objetivos “contribuir para a valorização da raça negra na Paraíba, através da afirmação da identidade de negras/os, como também ampliar o debate junto à sociedade sobre as relações raciais e a necessidade de políticas públicas que promovam a igualdade racial”¹⁴. A ideia da campanha surgiu a partir do momento em que a equipe da organização refletiu sobre a “necessidade de fortalecer as pessoas a se assumirem como negras, que elas não se assumiam publicamente”, destaca a diretora da Bamidelê.

Relançam a campanha em 2012 no Seminário “Cotas e cidadania – um direito seu, um caminho para a justiça social/racial”, evento realizado em parceria com o Núcleo de estudos Afro Brasileiros e Indígenas (NEABI) na UFPB. A campanha base nos dados do Mapa da População Preta e Parda no Brasil e nos indicadores do Censo do IBGE de 2010, onde se constatou o aumento percentual (7,6%) do número de municípios com habitantes pretos e pardos, sendo de 49,2% para 56,8%. Na Paraíba, essa porcentagem é de 53,9%. A campanha também esteve presente – permanentemente – nas redes sociais (twitter - @negrasbamidele e facebook – onnegrasbamidele).

No ano de 2010, a Bamidelê realiza uma ação no Censo 2010, que foi a ação *Afirme sua negritude*. Com o objetivo de reforçar a negritude da população, afirmando ser preta(o) ou parda(o) ao responder ao recenseador. De acordo com a coordenadora da Bamidelê, Terlúcia Silva, essa ação teve papel muito importante na afirmação da identidade negra porque “depois

¹⁴ Trecho retirado do blog da organização: <http://negrasbamidele.blogspot.com.br/2012/03/campanha-de-promocao-da-identidade.html>. Acessado em 23/05/2016.

a gente viu que teve um aumento de pessoas que se auto identificaram Colocar as negras aqui em João Pessoa”. (Entrevista realizada em 05/2015).

As ações da Bamidelê em 2012 são a Roda de Diálogo *Gênero e raça: Uma reflexão necessária?*, realizada em maio de 2012 no Sintep-PB. O debate se deu sobre as dificuldades de se trabalhar sobre as questões de gênero e raça no âmbito estatal e dos movimentos sociais, assim como refletir e discutir sobre os reais motivos da naturalização da violência contra a mulher e a invisibilidade do racismo na sociedade. O evento teve parceria com a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, União Brasileira de Mulheres (UBM) e Marcha Mundial das Mulheres (MMM-PB), com o apoio do Fundo Elas. Ainda em 2012, a Bamidelê promoveu atividades de comemoração ao dia 25 de julho, Dia Internacional das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe e o Dia de Tereza de Benguela.

Dentre as atividades promovidas está a oficina de fotografia “Olhares de Caiana” com foco nos jovens e mulheres da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande. O objetivo da ação foi mostrar a realidade local através dos olhares das(os) próprias(os) moradoras(es). Foi realizada também uma roda de diálogo “Direito e Negritude” e uma mesa redonda “Gênero e Diáspora Africana: marcos legais, educação antirracista e saberes negros”.

A campanha mais atual realizada pela Bamidelê é a campanha de fotografia, realizada em 2015, que foi o Prêmio Estadual de Fotografia *Mulheres Negras em Foco. Um Clique Contra o Racismo*¹⁵. Uma homenagem à Gertrudes Maria¹⁶. O prêmio teve a finalidade de evidenciar a diversidade de mulheres negra da Paraíba, seu objetivo foi

Estimular a produção fotográfica feminina e o incentivo as artes, convidando mulheres fotógrafas – nas categorias profissionais e amadoras – a voltar suas lentes para o registro positivo desta diversidade, apresentando representações sociais que valorizem a história e cultura deste segmento social que historicamente tem sido excluído e estigmatizado¹⁷.

¹⁵ Este projeto foi contemplado pelo “Prêmio Lélia Gonzalez – Protagonismo de Organizações de Mulheres Negras”.

¹⁶ Gertrudes Maria (1800-1842) – conhecida na Paraíba como a negra do tabuleiro, pois vendia frutas e verduras - foi a primeira escrava paraibana a conquistar sua alforria, lutando por longos 14 anos na justiça para não ser vendida ilegalmente em praça pública por seu ex-proprietário, enfrentando nessa luta os poderosos e, também, a Igreja.

¹⁷ Trecho retirado do blog da organização: <http://negrasbamidele.blogspot.com.br/2015/12/com-edicao-da-campanha-morena-nao.html>. Acessado em 23/05/2016.

A Bamidelê também promoveu oficinas, a *Ciclo de Oficinas Enegrecendo a pauta*, realizado com comunicadoras(es), educadoras(es) e estudantes de diversas áreas. Nessa oficina o foco foi a abordagem sobre relações raciais, visando a superação das representações fundamentadas em estereótipos e estigmas por qual as mulheres negras sofrem na mídia. Essa abordagem se deu através de apresentação e discussão da temática e roda de diálogo com as participantes. A primeira edição dessa oficina foi *Enegrecendo a Mídia*.

Em 2005, o Grupo de Mulheres Negras de Caiana dos Crioulos, formado através das atividades da Bamidelê com as mulheres negras dessa comunidade, se formalizou e obteve espaço físico – obtido através de recurso do projeto por elas realizado – sediando o grupo. A Bamidelê foi, por alguns anos, financiada pela Fundação Ford¹⁸ até 2011. Por meio desses financiamentos que compraram a sede, localizada no centro da cidade de João Pessoa. A questão do financiamento das organizações é, também, tema de discussão, na medida em que se é questionado a autonomia de atuação organização não governamental. A sustentabilidade dos movimentos populares e das ONGs são desafios para efetivações de suas atividades, visto que é necessário recurso financeiro para realizar ou mesmo dar continuidades as ações promovidas, que são os projetos, as oficinas, as campanhas e a produção de material para divulgação da organização e das ações.

O vínculo de ONGs a órgãos ou entidades financiadoras (como a Fundação Ford) é ponto de crítica e ao mesmo tempo de saída para as organizações. A crítica se dá pelo fato de colocar a autonomia da organização em xeque, pelo fato de que se colocam sob regras, moldes e recortes de editais das agências financiadoras e/ou órgãos. Para a realização de projetos aprovados por agências financiadoras, as organizações passam por seleção e são selecionados as que estão de acordo com todos os pontos impostos no edital. Ou seja, a organização elabora o projeto de acordo com os pontos que podem ser atendidos no edital e o uso do recurso muitas vezes são, também, controlados e restritos. A preocupação com esses financiamentos é destacada na publicação sobre movimentos de mulheres, do Cunhã (Coletivo Feminista),

Nos perguntamos se a dependência pode, em alguma instância, definir ações e projetos de trabalho, que em outra conjuntura não seriam considerados prioritários. Além disso, a insegurança quanto à continuidade ou não dos financiamentos conduz as equipes de trabalho a elevados níveis de estresse e

¹⁸ Fundação Ford é uma entidade financiadora de programas sociais de promoção da democracia e redução da pobreza, sediada na cidade de Nova Iorque (EUA). Fundada em 1934 em Detroit.

angústia quanto à sobrevivência do projeto institucional e das próprias pessoas envolvidas nele. (CUNHÃ, 2001,p. 27).

A complexa relação entre as ONGs e o financiamento através de órgãos públicos e privados perpassa não só pela instabilidade da sustentabilidade, mas pelo receio de cooptação e de se colocar enquanto agente transformador social do Estado e do Mercado. A Bamidelê, segundo a coordenadora executiva, sempre optou por se distanciar na relação com o Estado e com o acesso de recursos governamentais. Apesar de se manter distante, a organização realizou algumas parcerias com o Estado, no qual realizou projetos com financiamento através de recurso federal. De acordo com ela, foram três experiências:

A gente sempre pensou muito, a gente tem três experiências apenas ao longo desses quase 15 anos. Foi um recurso do Ministério da Saúde pra gente fazer a pesquisa sobre gestantes negras na Paraíba, fez em parceria com a universidade, então o recurso foi federal. A gente tem uma experiência de um projeto com criança e adolescente do fundo municipal de criança e adolescente e temos agora um recurso federal... só que esse recurso foi um prêmio Lélia Gonzalez, e aí quem ganhou esse prêmio são as organizações de mulheres negras de vários lugares do Brasil que tem uma atuação. (Trecho da entrevista realizada para essa pesquisa em julho de 2015).

Porém, como já dito pela coordenadora executiva da organização, a intenção é de se manter com relativa distância nessa relação de ONG e financiamento público, mas não fica excluída a possibilidade de realizar projetos ou campanhas financiados ou mesmo com apoio de órgãos públicos, posto que, para a realização dessas ações é preciso financiamento e a organização não possui recurso próprio para manter suas atividades por longo período em comunidades fora do eixo pessoense. De certo modo, como afirma Machado (2012, p. 124), “todas as organizações não-governamentais, assumem determinadas responsabilidades sociais do Estado”, mas também assumem e promovem ações críticas. Machado, em sua análise sobre as ONGs no Brasil, destaca que as ONGs não são “motores de transformação social”, pelo fato de existir específicas limitações nessa atuação, isto é, as limitações ideológicas, metodológicas e financeiras das ONGs diante da “questão social” e também do próprio Estado, já que muitas organizações atuam de forma inexorável na crítica ao sistema regido pelo Estado.

Sobre as questões concernentes a desigualdade racial, as gestões municipal, estadual e federal ainda são omissas em efetivar ações afirmativas que atendam a população negra da vulnerabilidade e das desigualdades e discriminações na saúde, na educação, no mercado de trabalho, reconhecimento cultural e, principalmente, com o recorte de gênero. De acordo com

a Bamidelê, os gestores municipais e estaduais demonstraram resistência na implementação das cotas raciais, assim como a universidade federal da Paraíba também resistiu em aderir a aplicação das cotas raciais para ingresso nesse espaço. São poucas as ações afirmativas implementadas pelas próprias gestões,

Em suma, os projetos realizados pela Bamidelê trazem, desde sua elaboração até a sua prática, o reconhecimento e a valorização de suas raízes de descendência e cultura afrodescendentes. E é essa questão que é primeiramente apresentada nas ações da organização, a importância da identidade negra, ou melhor, a importância do reconhecer-se negra e se valorizar enquanto mulher negra. A afirmação da identidade negra é o ponto principal para o primeiro passo para a emancipação da mulher negra, além de ser fundamental no combate ao racismo e a desigualdade de gênero.

3.4A Bamidelê – OMNPB e o Estado

As ONGs e os movimentos sociais são espaços onde a sociedade civil organizada estabelece uma determinada relação com o Estado. As ONGs, assim como os movimentos, têm papel relevante na construção e na representação da cidadania e dos recortes de acordo com as diversas especificidades das mulheres as quais representam numa sociedade democrática. São representativas no tocante a luta pelas políticas públicas que atendam as demandas pautadas por cada grupo minoritário da sociedade.

A invisibilidade das mulheres negras perpassa tanto os movimentos negro e feminista como no próprio Estado. A atuação das organizações de mulheres negras se direciona em prol do combate ao racismo existente não só na sociedade em geral, mas também no corpo estrutural do Estado que, ao mesmo tempo em que é democrático representativo é excludente, seguindo a lógica do sistema vigente que é o capitalismo. Assim, se fez necessário emergir nesse campo de representações, as ONGs lideradas pelas próprias mulheres, destacando-se aqui as de mulheres negras. Conforme afirma Gohn (2012), “ONGs criadas e coordenadas por mulheres se multiplicaram em todas as classes e camadas sociais e foram se tornando a forma de representação predominante das mulheres no Brasil.” (p.142).

Seguindo a lógica do contexto organizacional das organizações em prol de grupos de minorias discriminadas, há uma necessidade de desenvolver mecanismos e práticas efetivas

junto com a comunidade negra e para a comunidade negra, visto que tal organização assume um papel representativo, assistencialista e transformador nesse campo das organizações não-governamentais. Mas não só isso e apenas isso. A crítica tem função relevante nessa participação autônoma das organizações no âmbito de atuação da sociedade civil organizada. A questão social é trabalhada, porém, há a limitação do foco, do centramento da demanda, da especificidade da luta na qual a organização se propõe a defender. O fato de existir uma organização com pauta específica já deixa claro quais são as finalidades das suas articulações.

A Bamidelê – OMNPB, afirma ter um papel crítico em relação ao Estado no tocante a atenção às demandas e as políticas públicas com foco na população negra da Paraíba. A questão específica da mulher negra e as problemáticas referentes a sua condição na sociedade é, diante de tantos fatos e mobilizações dos movimentos sociais, como da sociedade civil no geral, colocada a margem no campo dos temas das campanhas realizadas pelo Estado, especialmente no estado da Paraíba. Perguntadas se a Bamidelê participa ou já foi chamada a participar de campanhas promovidas pelo Estado sobre a mulher, a diretora da organização responde: “Não, não. A gente participa como crítica, como mulheres que criticam as campanhas. Nunca participamos assim, não.” Essa crítica revela o quão problemática é ação do Estado diante das questões da população negra, e mais especialmente, da mulher negra e as problemáticas que estas sofrem na sociedade, isto é, violência, discriminação, exploração, marginalização, ocultação, dentre outras.

Ao mesmo tempo em que surgem novas formas de associações da sociedade civil na década de 1990 no Brasil, o Estado altera completamente suas políticas e passa a incluir a temática das mulheres nas agendas políticas (Gohn, 2012), nos quais visavam/visam grupos vulneráveis através de políticas assistencialistas. A crítica se faz justamente sobre essas políticas assistencialistas em que o Estado se exime da responsabilidade de transformar a realidade desigual (compreende-se aqui as desigualdades de classe, raça e gênero) da sociedade e seus grupos vulneráveis.

A relação entre ONGs e Estado não se dá de forma unanime, há, em seu meio, conflitos e tensões acerca de sua atuação, responsabilidade e atenção as políticas públicas exigidas pelas organizações. A diretora da Bamidelê, Evonildes Fonseca, relata que a organização possui uma relação tensa com o Estado. Ressalta-se que o movimento negro também possui relação tensa com o Estado no que se relaciona a atenção de suas demandas nas aplicações de políticas públicas. A crítica é feita a inexpressividade do Estado em relação

às políticas públicas específica para a população negra. Não existe um diálogo direto entre as organizações e o Estado, esse diálogo se dá através da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana do Governo do Estado da Paraíba, criado na atual gestão, tendo o objetivo de orientar, apoiar, coordenar, acompanhar e executar políticas públicas para mulheres, população negra, comunidades tradicionais e população LGBT.

Anterior a esta secretaria, foi criado o Programa Estadual de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba, que é vinculado a Casa Civil do Governador, por meio do decreto 30.391. No ano seguinte, em março de 2010, o Governo do Estado cria a Secretaria Especial de Estado de Políticas Públicas para Mulheres da Paraíba, através da medida provisória n. 149, transformada em lei pelo poder executivo em abril do mesmo ano, através do Decreto n. 9.077/2010.¹⁹

No que concerne a questão racial, a inexpressividade de uma secretaria que não atende de forma particular a questão racial e com recorte de gênero é o ponto central da crítica das organizações e do movimento negro paraibano. A questão racial nesse espaço político se tornou descentralizado, já que as políticas voltadas para a promoção da igualdade racial em prol da população negra e tradicionais foram alocadas na Secretaria de Desenvolvimento Humano em 2009. Para o movimento negro essa alocação é uma perda considerável diante da relevância do espaço político de poder, embora esse poder limitado para a secretaria diante das ações que o Estado possibilita.

A Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana traz o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) e o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial (CEPIR). Nesse sentido, este fato corrobora o que Gohn (2012) afirma, quando diz que o Estado antecipa-se e cria conselhos para resolução de todas as demandas e todos os problemas de grupos excluídos – no caso, de mulheres negras.

Quando não se tem um espaço específico dentro da esfera política que trate das questões raciais e políticas públicas para a população negra em geral, as especificidades se tornam invisíveis por falta de um olhar direcionado. Segundo a diretoria da Bamidelê em entrevista concedida a esta pesquisa sobre a relação da organização com o Estado:

¹⁹Informações retirada do site do Governo da Paraíba: <http://paraiba.pb.gov.br/mulher-e-da-diversidade-humana/historico/>. Acessado em 30/05/2016.

A gente tem contribuído sempre que possível nesse sentido de demarcar essa necessidade do olhar governamental para a população negra, especialmente a mulher negra, porque a gente tem um quadro, uma situação de vulnerabilidade da população negra, mas essa vulnerabilidade ela é acentuada para a mulher negra, em todos os aspectos falando, seja de mercado de trabalho, seja de saúde, atendimento, seja na educação, seja nas relações afetivas, porque os homens negros também são homens que são formados nessa sociedade branca, patriarcal, então eles também não tem um olhar que deveriam ter para a mulher negra.

O Estado é o espaço que concentra o poder da real transformação social e capaz de atender a todas as demandas indicadas pela sociedade civil organizada. Embora o lugar de representação seja ocupado por mulheres, a representatividade de demandas específicas é consideravelmente eficaz no atendimento e implementação de políticas públicas para as mulheres negras. Para a coordenadora da Bamidelê,

A gente não tem espaço de poder, a gente tem representação importante, estar nesse lugar é significativo, não vou dizer a você que uma mulher, uma feminista estando na secretaria de mulher não vai ter a mesma atuação do que uma não feminista, logicamente que a compreensão de uma feminista supera muito, né, mas não é ainda um lugar de poder, não se pode fazer muita coisa. [...] Acho muito importante que tenham feministas no poder, lamento não ter feministas negras, não ter mais mulheres negras [...]

Portanto, proporcionar visibilidade nesse campo político que o Estado representa, introduzir as demandas específicas das mulheres negras é luta cotidiana para as organizações de mulheres negras, principalmente porque não se tem tantas mulheres negras nos espaços de poder na esfera política do Estado. É preciso alavancar, também, essa representatividade para que seja fortalecida a identidade negra das mulheres e suas demandas, possibilitando o avanço do processo emancipatório das mulheres, especificamente, das mulheres negras.

3.5. Articulação da Bamidelê – OMNPB e o Movimento Negro e Movimento Feminista da Paraíba

O feminismo negro nasce a partir da participação de mulheres negras no movimento negro e no movimento feminista. E foi buscando espaço para reivindicar demandas conforme suas especificidades, que mulheres negras alçaram suas vozes que eram antes abafadas. Como já foi citado anteriormente, as mulheres negras tiveram obstáculos nesses dois movimentos para terem espaço de reivindicação de suas demandas, ou seja, não tinham espaço para suas

especificidades. Sendo então, necessário o rompimento do véu da ocultação existente dentro dos movimentos negro e feminista sobre as demandas específicas mulheres negras. Porém, a relação com estes movimentos se faz necessário para a ampliação da rede de articulações fundamentais no campo dos movimentos sociais envolvidos com a luta pela democracia e pelo fim das desigualdades sociais, raciais e sexistas.

Pouco se tem no tocante a bibliografia dos movimentos de mulheres negras aqui na Paraíba, da mesma forma, tive dificuldades em encontrar registros sobre o movimento negro na Paraíba. Conforme registros encontrados, o primeiro movimento negro de João Pessoa é formado em 1979, o Movimento Negro de João Pessoa – MNJP²⁰. Movimento surgiu a partir da necessidade da luta pelos direitos do povo negro e do combate ao racismo na Paraíba. A partir da formação e atuação desse movimento, outras organizações foram se formando (grupos de estudo/pesquisa, de religiosidade, formação política, etc.). Alguns anos após a formação do MNJP, em 1990 este movimento finda suas atividades.

Em 1999 (17 de Abril de 1999), após encontros de militantes, forma-se o Movimento Negro da Paraíba – MNPB. Este movimento é a união de diversas organizações negras: comunidades quilombolas, grupos artísticos, grupos de gênero, dentre outros. Tendo como principais pontos de objetivo: valorização da identidade negra, o estímulo à preservação da história do povo negro e sua cultura. Desenvolve suas atividades através de criação e acompanhamento de grupos e comunidades, efetivando suas ações conforme o objetivo do movimento, valorizar e incentivar a autoestima do negro e a preservação da memória de sua cultura e história de descendência.

Com pontos de objetivos em comum, o MNPB e a Bamidelê estabelecem uma relação em prol da defesa de políticas públicas para a população negra da Paraíba. Desse modo, em 2002 a Bamidelê organiza o *I Seminário Políticas Afirmativas para Afrodescendentes*, favorecendo o debate sobre Ações Afirmativas na Paraíba e a implementação e monitoração de políticas no ensino superior, especialmente para as mulheres negras. O ponto principal do debate foi o tema: Cotas raciais no espaço acadêmico. No entanto, mesmo com debates acerca da importância da implementação de ações afirmativas e de cotas raciais no espaço acadêmico, a reação da comunidade acadêmica foi contrária a esse passo de grande relevância para a população negra paraibana.

²⁰<http://valeuzumbivaleu.blogspot.com.br/2007/11/paraba.html>. Acessado em 29/05/2016.

No ano seguinte, em 2003 um novo seminário com realização de uma mesa redonda foi organizado na UFPB. Assim, “neste segundo seminário, as discussões deram a ênfase aos aspectos jurídicos, levantaram-se questões referentes à legalidade da política preferencial para negros e negras.” (ANDRADE, 2013, p.61). Em 2008, um novo seminário foi realizado com discussões acerca das cotas raciais na academia, *Seminário Políticas Públicas X Racismo: Enegrecendo as páginas da nossa História*, dentro das atividades realizadas no dia 25 de julho – Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, promovida pela Bamidelê, contando com a presença e apoio do Movimento Negro nas atividades da comemoração da data comemorativa da mulher negra.

Apenas em 2010 que se obteve um considerável avanço no debate sobre as cotas raciais no espaço acadêmico, embora tenha a ressalva de que a cota racial se dá como recorte das cotas sociais na UFPB. Ou seja, o início do debate sobre as ações afirmativas em prol da comunidade negra paraibana se dá em 2002, levando 8 (oito) anos para se obter um avanço e uma considerável conquista em 2010. Desse modo, vale destacar a relevância das ações concomitantes das organizações em prol dos direitos da população negra.

As atividades do dia 25 de Julho – Dia da Mulher Negra da América Latina e do Caribe, teve a parceria com Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras – AOMNB, Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba - REDEMA/PB. De acordo com a coordenadora executiva da Bamidelê, o movimento feminista se dá a partir de 4 (quatro) articulações. A Bamidelê se articula com a Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba – REDEMA/PB, a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, a Cunhã – Coletivo Feminista e a Marcha Mundial das Mulheres – MMM. Dessa forma, destacamos, também, a relação da Bamidelê com o movimento feminista paraibano. Descreveremos primeiramente, a articulação com REDEMA/PB, que possibilita a articulação entre as organizações de mulheres da Paraíba.

É através da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba – REDEMA/PB, que os principais grupos de mulheres da Paraíba se articulam, seja para realização de eventos, projetos, campanhas ou manifestações. A REDEMA/PB foi criada em 2001, a partir da necessidade de um espaço de articulação política com os grupos da Paraíba, isto é, “um espaço para organizar, planejar e fortalecer as lutas feministas no contexto local e

nacional”²¹, com o intuito de fortalecer o diálogo e a ação coletiva das mulheres paraibanas. A articulação desenvolve relações entre grupos de mulheres a fim de transformar a realidade social existente através de uniões nas ações realizadas em prol da igualdade de gênero, classe e raça. Assim, a missão da REDEMA/PB, é:

Propõe-se a intervir na sociedade na perspectiva da transformação social, no enfrentamento de todas as formas de opressão, dominação e exploração das mulheres, se posicionando como um sujeito político contra o sistema patriarcal, fundamentalista, capitalista, racista e heteronormativo. Sua atuação política tem como foco o fortalecimento do movimento das mulheres da Paraíba, desenvolvendo ações na defesa e promoção dos direitos das mulheres, buscando a liberdade, a autonomia, a autodeterminação sobre o corpo e a sexualidade das mulheres, a igualdade de gênero, de classe social, étnica e racial.²²

Outro meio de articulação que a Bamidelê participa e mantém relação (filiação), a nível local (PB) e nacional, é a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, organização política feminista, antirracista, não partidária, formada no ano de 1994 para coordenar as ações dos movimentos de mulheres brasileiras com vistas à sua consolidação como sujeito político no processo da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – Igualdade, Desenvolvimento e Paz (ONU, Beijing, 1995)²³. As ações articuladas com a AMB iniciam:

Em 2003, a Bamidelê integrava a coordenação executiva “participando semanalmente de reuniões de trabalho para planejar atividades que respondem a demandas políticas e da agenda do movimento feminista.” (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2003, p. 12). Neste período, a Bamidelê foi designada para representar a Rede nas reuniões e eventos da AMB. Em 2010, a Bamidelê foi eleita para a coordenação colegiada da REDEMA, neste sentido, a organização atuou nas instâncias decisórias da Rede, na organização da dinâmica interna e na ação política. (ANDRADE, 2013, p. 65).

A Bamidelê tem relação estreita com a Cunhã – Coletivo Feminista de João Pessoa/PB. Já estiveram em parcerias em diversos eventos e manifestações na Paraíba. A Cunhã – Coletivo Feminista é uma organização social sem fins lucrativos, fundada em 1990, no estado da Paraíba, nordeste do Brasil. Tem como missão promover a igualdade de gênero, tendo como referências a defesa dos direitos humanos, o feminismo, a justiça social e a

²¹ Trecho retirado da página na rede social: Facebook. https://www.facebook.com/Rede-de-Mulheres-em-Articula%C3%A7%C3%A3o-da-Para%C3%ADba-420026451390334/info?tab=page_info. Acessado em 29/05/2016.

²² Idem.

²³ <http://articulacaodemulheres.org.br/sobre/>. Acessado em 29/05/2016.

democracia²⁴. A relação entre a Bamidelê e a Cunhã é de mútuo apoio, já que ambas as organizações compartilham da luta pela igualdade de gênero e promovem eventos e manifestações em defesa dos direitos das mulheres, destaca-se o plural “mulheres” porque atendem as especificidades das mulheres, negras, das variadas classes sociais e sexualidades.

As militantes de ambas as organizações participam de projetos de forma recíproca, de forma a manter uma relação bem articulada em defesa da igualdade, direitos e da emancipação da mulher paraibana. A coordenadora da Bamidelê relata que a Cunhã esteve presente como parceira no início das atividades da organização, promovendo oficinas de formação sobre direitos sexuais e reprodutivos com recorte étnico com mulheres da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos e de Santa Rita.

Algumas mobilizações realizadas na Paraíba foram promovidas em parcerias com diversos grupos feministas da Paraíba, no qual a Bamidelê também esteve presente. Manifestações contra a violência as mulheres e em prol dos direitos femininos estão no histórico de ações articuladas entre as organizações feministas. Conforme relata Andrade (2013), no ano de 2010, através do projeto “*Fortalecendo a luta antirracista e os direitos da população negra na Paraíba*”, sobre a implementação da Lei Maria da Penha, a Bamidelê afirma que,

Desse processo, percebemos a importância de afinarmos nossas parcerias e alianças estratégicas com o movimento feminista e de mulheres, assim como com mecanismos e serviços que atuam nas políticas voltadas para as mulheres. Destaca-se ainda a íntima sensibilização destes últimos para as questões que envolvem os direitos das mulheres negras e o papel da Bamidelê em protagonizar sempre que necessário a reflexão sobre a interseccionalidade de gênero e raça na implementação de políticas públicas para as mulheres negras na Paraíba. (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2010 Apud ANDRADE, 2013, p. 66/67).

Embora se tenha uma boa articulação entre os grupos de feministas na Paraíba, vale salientar que não é inexistente o conflito e as tensões entre eles. Das três militantes negras da Bamidelê que foram entrevistadas – Diretora, coordenadora executiva e assistente de comunicação – duas relataram que a relação entre a Bamidelê e os movimentos feministas na Paraíba se dá sem maiores problemas ou conflitos, porém, uma das militantes enfatizou que essa relação já passou por conflitos e tensões. Foi enfatizado pela coordenadora da Bamidelê que, apenas em 2015 que um determinado grupo feminista da Paraíba pautou diretamente a questão racial e

²⁴<http://www.cunhanfeminista.org.br/>. Acessado em 29/05/2016.

ressalta que “não se pode fazer feminismo sem considerar as mulheres negras”. Destaca ainda que essa tensão se dá porque há ainda uma invisibilidade e negação da específica pauta do feminismo negro por parte dos movimentos feministas, sendo esses os que não se encaixam no que se denomina interseccionalidade.

Portanto, diante dessa resistência de negação do feminismo negro, a Bamidelê segue como a principal organização de mulheres negras da Paraíba, pautando a questão de raça e gênero nas reivindicações e enfatizando tais questões em seus projetos, procurando por autonomia diante do Estado e dos movimentos feministas, sem deixar de se articular com esses movimentos, na medida que possuem pautas que perpassam por um ponto em comum, que é a questão de gênero e no combate a violência contra a mulher, em prol dos direitos civis, sexuais e reprodutivos da mulher e pela emancipação feminina. De forma que a luta se torna mais forte quando se tem todas unidas.

3.6 Os principais desafios para a emancipação da mulher negra na sociedade brasileira

As mulheres negras têm um longo histórico de luta em defesa de sua liberdade, autonomia e valorização. Desde que foram escravizadas, quando já lutavam nas causas abolicionistas, até os dias atuais, as mulheres negras ainda estão superando as múltiplas formas de opressão a que são submetidas, além da ocultação de sua trajetória histórica nos movimentos de luta e de suas demandas específicas. No entanto, as questões acerca da igualdade de gênero e raça estão ocupando mais espaço nos debates públicos, porém, ainda está a desejar na forma em que é absorvida pelo Estado e nas políticas públicas, assim como nos espaços políticos que são reconhecidos como plurais, isto é, universidades, escolas, mídia, pelo fato de estarem sob a égide da miscigenação e da democracia racial.

O papel dos movimentos negros e de mulheres negras também está em destacar a dimensão das desigualdades raciais e de gênero, assim como avaliar os avanços e as problemáticas pontuais e persistentes na sociedade e que precisam ser enfrentados através de mais diálogo e reconhecimento das demandas específicas, para assim, estarem lado a lado, em relação aos índices de igualdade, da população branca. A mobilização das organizações de mulheres negras pautam as demandas específicas às mulheres negras, demandas estas que não tinham espaço na agenda do feminismo tradicional e, juntamente com este mesmo feminismo

– vale ressaltar que o feminismo negro compreende-se enquanto feminismo interseccional, desse modo, outros movimentos feministas também se encaixam nessa vertente e atuam de forma interligada – constituem um número considerável, no campo dos movimentos sociais e ONGs, como agentes das ações coletivas no país.

Ao elencar os principais desafios para a emancipação da mulher negra na sociedade, destaca-se o fato de que a opressão que atinge esse grupo de mulheres cruza os meios de opressão, racial e de gênero com outros meios que lhe são, também, impostos, isto é, classe social e sexualidade. São esses os principais fatores que contribuem para situações de exclusão das mulheres negras, bem como as colocando a margem dos grupos acolhidos pelas políticas públicas, demonstrando com isso, a relevância da ação das feministas negras que ocupam os espaços políticos e das ações coletivas pautando suas demandas.

A luta pela emancipação da mulher assevera a defesa de uma agenda que inclui o meio de opressão comum a todas as mulheres, a desigualdade de gênero. No entanto, a intersecção traz a inclusão de demandas especificidades que corresponde a uma multiplicidade relativa às diversas faces das mulheres. Assim, evidencia-se as diversas formas de iniquidades e opressões que sujeitam as mulheres a vivenciar diferentes formas de exclusão, ocultação e desigualdades.

O primeiro desafio que as mulheres enfrentam no caminho para a emancipação é ter o reconhecimento dessas iniquidades por parte da sociedade e dos órgãos públicos e políticos. É através desses meios de opressão geradores de desigualdades que mulheres se tornam vítimas de variadas formas de violência tanto por parte da sociedade em geral como por parte de instituições sociais, principais reforços da estrutura hierarquizante que sujeita as mulheres a se fixar na margem social. Porém, é sabido que nem todas as mulheres sofrem das mesmas formas de opressão e desigualdades. Isto é, as mulheres brancas não sofrem com o racismo da forma que sofrem as mulheres negras. As mulheres pertencentes as classes sociais abastadas não sofrem com as desigualdades relativas a classe social, visto que esta opressão se dá as camadas pobres da sociedade. É nessa mesma lógica que se incluem os homens na relação de desigualdades entre homens e mulheres. Os homens não sofrem a mesma opressão de gênero que sofrem a mulher, pois os homens se encontram em posição superior na estrutura hierárquica estabelecida socialmente de forma dominante.

Nesse sentido, é preciso reconhecer, a situação de desigualdade em que a mulher se encontra na sociedade. Para as mulheres negras, o desafio se torna duplo, ou seja, combater a forma comum de desigualdade entre homens e mulheres, que é o sexismo, mas também, o racismo, opressão vivenciada por homens negros e mulheres negras por homens brancos e mulheres brancas. Dito isto, fica claro que as mulheres negras sofrem dupla opressão, sexismo e racismo e como se articulam como mecanismos da estrutura hierárquica que estabelece o modo das relações sociais entre homens e mulheres e também das desigualdades sociais e raciais, ou seja, um mecanismo opressor contra as mulheres negras seja nas relações familiares ou no mercado de trabalho, no atendimento de saúde e na violência.

Para analisarmos a questão da emancipação da mulher negra na sociedade brasileira, vamos pontuar os principais problemas enfrentados pelas mulheres negras no país e os avanços obtidos ao longo do desenvolvimento social brasileiro para que possamos apresentar uma reflexão sobre a atual condição da mulher negra no Brasil. Para isso, teremos como base para a análise os dados e relatórios de três estudos de pesquisa brasileiro: *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, publicado em 2013, pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada²⁵ e a revista *Retrato das Desigualdades de gênero e raça*²⁶, publicada em 2011 também pelo IPEA, ambos com parceria da SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres, SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e da ONU MULHERES. Analisaremos também, os dados do IBGE de 2014. Com isso, dialogaremos com a concepção de emancipação feminina enfatizada pela Bamidelê, organização pesquisada nesse trabalho.

Vamos destacar alguns dos blocos temáticos das pesquisas, sendo eles os mesmos blocos temáticos que orientaram/orientam os projetos, oficinas e campanhas realizadas pela Bamidelê. Saúde da mulher, mercado de trabalho e afirmação da identidade são os principais temas abordados nas ações da organização, sendo assim, são esses que daremos mais atenção na nossa análise, a fim de dialogar os resultados obtidos nos projetos realizados com mulheres negras e os avanços enumerados pelas pesquisas que demonstram dados reais da condição da mulher negra no Brasil.

Segundo os dados do IPEA, na revista *Retrato das Desigualdades de gênero e raça*, a população negra (preta e parda) aumentou, em 2009 passou da metade da população,

²⁵Dossiê disponível no seguinte link:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978.

²⁶ Revista disponível no seguinte link: <http://www.ipea.gov.br/retrato/>

atingindo o percentual de 51,1%. Já o percentual de mulheres negras é de 49,9%. Esse aumento se deu em razão da forma como as pessoas passaram a se identificar no quesito cor/raça, ou seja, uma considerável mudança na forma de como se viam e se identificam enquanto indivíduos pertencentes a cor/raça negra (preta e parda). Já que em pesquisas anteriores, identifica-se a resistência de se auto afirmarem enquanto pertencentes ao grupo de pessoas negras (pretas e pardas).

Esse dado é relevante, principalmente, no sentido de que se tem um maior reconhecimento da identidade negra por parte da própria população pertencente a essa etnia. Especificamente entre as mulheres, o reconhecer-se negra é importante na soma de vozes negras na luta pela emancipação da mulher negra, principalmente, quando estas vozes negras ecoam em inúmeros espaços públicos e políticos, assim como na sociedade inteira, sobretudo quando coesas as demais vozes femininas num complexo de movimentos em defesa das mulheres.

O ecoar das vozes negras, no contexto das ações coletivas, fez com que, no movimento feminista negro, a invisibilidade da mulher negra fosse reconhecido e combatido, quando as mulheres negras saíram dos movimentos negro e feminista e enfatizaram a necessidade de se ter uma visão mais plural do ser mulher e suas múltiplas vivências, discutindo além da problemática de gênero enquanto fonte da única opressão vivida pelas mulheres.

Dessa forma, a identificação da negritude por parte das mulheres é de total importância para que suas especificidades sejam reconhecidas e as opressões sobre elas, tornando-se mais expressiva o conhecimento da pluralidade das formas de opressão sobre a mulher negra, o que torna o desafio maior para uma emancipação da mulher negra. A questão de gênero e raça perpassam as discriminações vivenciadas pelas mulheres negras, ou seja, a mulher negra vai sofrer discriminação de sexo e raça em diversos âmbitos da sua vida social, seja no atendimento a saúde sexual e/ou reprodutiva, seja no mercado de trabalho, na violência e no estereótipo do corpo.

Destarte, como já indicado acima, para compreender o processo de subordinação ao qual a mulher negra é inserida e a que pretende sair, apresentaremos os principais obstáculos enfrentados pela mulher negra para a conquista de sua emancipação enquanto mulher e negra. Fica evidente que, diante de uma sucinta apresentação das principais problemáticas da

condição da mulher negra na sociedade brasileira, a análise se caracterizará de forma demarcada, não tendo uma abrangência complexa da real condição da mulher negra no Brasil.

Foi um grande passo a inserção da mulher no mercado de trabalho, um passo para a conquista da autonomia feminina na sociedade regida pela valorização da economia, podendo a mulher participar ativamente da economia social. A busca da igualdade entre homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho ainda faz parte da pauta feminista, pois ainda é persistente a desigualdade entre a participação da mulher em relação ao homem, no mercado de trabalho. O feminismo negro destaca que a desigualdade também é presente no tocante a raça.

Em linhas gerais, observa-se aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre 2000 e 2010, ainda que se mantenham diferenças significativas em relação aos homens, mas também entre alguns segmentos específicos das mulheres, como, por exemplo, entre as brancas e as de cor ou raça preta ou parda. (IBGE, 2014).

No âmbito do trabalho, a mulher negra enfrenta discriminação e pouca oportunidade, tanto pela questão de gênero como de raça. As mulheres negras, desde o período escravocrata, que desempenham trabalhos precários e pesados. Já libertas, sem oportunidades de trabalho formal, além dos trabalhos domésticos, foram ser feirantes nas ruas das cidades, sem amparo legal e social. Sempre estiveram compondo a maior parcela das trabalhadoras domésticas e serviços gerais até os dias atuais. Por longo período histórico, as mulheres negras ocupavam de forma majoritária os serviços mais precários e sem carteira assinada e salário mínimo. Ainda sobre as desigualdades entre homens e mulheres e mulheres brancas e negras, os dados do IBGE indicam que,

Os diferentes recortes utilizados para a análise da taxa de atividade mostram que, embora o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tenha ocorrido de forma generalizada, seu ritmo foi distinto, ou seja, esteve condicionado às características específicas que permeiam cada recorte analisado. Nesse sentido, cabe destacar que a referida taxa entre as mulheres jovens e as de cor ou raça preta ou parda apresentam comportamento distinto do observado para os demais grupos investigados, o que é um dado importante, pois indica que estes segmentos devem ter atenção especial nas políticas voltadas para a expansão da autonomia das mulheres. (IBGE, 2014).

São pontos como esse destacado pelo IBGE, que o feminismo tradicional não se prontificou a ater-se. A atenção especial só tem partida no feminismo negro, na medida em

que as militantes levam a agenda para o campo político voltando o foco na perspectiva social. Entre 2000 e 2010, houve uma redução do número de trabalhadoras domésticas que foi de 18,5% para 15,1%, mesmo as com carteiras assinadas, mas salienta-se a precariedade da condição de trabalho, cujo leque de direitos era mínimo.

Atualmente, o contexto social apresenta uma mudança, onde a mulher negra está adentrando cada vez mais em espaços antes bloqueados para sua inclusão. Um número maior de mulheres está iniciando cursos universitários, porém, a realidade das mulheres negras ainda é diferente, pois o número de mulheres negras ainda está em desvantagem, como corrobora os seguintes dados da revista *Retrato das Desigualdades de gênero e raça*: “A taxa de escolarização de mulheres brancas no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre as mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%.” (p. 21). A porcentagem dos homens brancos é de 12,2%.

Visto que, o não acesso a educação contribui na manutenção das desigualdades sociais, ainda segundo os dados da revista: “Em 2009, 65,5% de mulheres ocupadas, com 16 anos ou mais, tinham pelo menos 9 anos de estudo, contra apenas 48,7% das mulheres negras. Há um fosso a ser superado que combina gênero, raça e educação formal.” (p. 21). Embora o contexto atual do Brasil seja de mais acesso de pessoas negras em universidade e órgãos públicos através de cotas raciais e em relação aos anos anteriores, a questão de gênero e raça precisa ser mais problematizada em busca de soluções para uma maior equidade e mais oportunidade para estes grupos sociais.

É evidente a ligação da questão educacional e as oportunidades de empregos, posto que, na medida em que se tem elevado grau de estudo maior oportunidades de trabalhos qualificados. No entanto, são marcantes nesse campo, as principais formas de opressão por qual a mulher negra vivencia, o sexismo e o racismo. Nesse sentido, embora a mulher negra tenha nível superior, o fato de ser mulher já é um fator de discriminação além do fator raça, que a torna ainda mais invisível num contexto de concorrência com pessoas brancas. O obstáculo se torna ainda maior quando a partida é de classe social inferior, já que a classe social também é um fator de discriminação e limitação de progresso social. Num sentido mais amplo, tanto as mulheres brancas como as negras que tenham um percurso satisfatório na educação, enfrentam múltiplos desafios, como salários inferiores aos dos homens e pouca presença nos setores de comando e como proprietárias.

Da mesma forma como o feminismo negro articula sua agenda considerando a interseccionalidade, gênero e raça, as análises dos principais problemas/obstáculos para a emancipação da mulher negra é aqui apresentado, posto que é inevitável não relacionar as duas opressões sobre a mulher negra, nesse sentido,

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Crenshaw, 2002, Apud *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, 2013 p. 54).

É também levado em consideração na análise, através da comparação de dados entre homens brancos e negros e mulheres brancas com dados da condição da mulher negra brasileira. Diante disso, a análise comparativa dos dados proporcionará um balanço das problemáticas enfrentadas e dos avanços obtidos para a condição emancipatória da mulher negra. Agrupando os pontos destacados nas ações afirmativas para a população negra, em especial, as mulheres negras.

Na medida em que mulheres brancas dão dois passos a frente na escala de progressão educacional e conseqüentemente profissional, as mulheres negras dão apenas um. Isso se afirma quando constata-se números que demonstram um crescimento da progressão apenas de mulheres brancas em relação ao de negras, estas se concentram em serviços de caráter subordinado, abaixo dos serviços exercidos pelas mulheres brancas, assim como de homens brancos. Essa ascensão por parte apenas das mulheres brancas – como também de homens brancos – está relacionada com a interseccionalidade de raça e gênero como fator das iniquidades na condição da mulher negra.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), é identificado dois tipos de discriminação no mercado de trabalho: a discriminação contra negros e contra mulheres. Conseqüentemente, as mulheres negras sofrem dupla discriminação no mercado de trabalho, além de questão de classe. Conforme afirmação de Soares (2000), “as mulheres negras arcam com todo o ônus da discriminação de cor e de gênero e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional mais que os homens da mesma cor e as mulheres brancas.” (SOARES, 2000, p. 25).

O fato das diferenças cruciais entre os grupos de homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, se destaca nas comparações nos quesitos inserção no mercado, qualificação, rendimento. Destaca-se ainda o fato de que os homens brancos estarem com o maior índice desse conjunto de quesitos e de comporem o grupo padrão, em detrimento dos outros citados. Porém, na medida em que se tem, atualmente, a aplicação de cotas raciais no Brasil no âmbito de inserção em órgãos públicos e nas universidades, temos ainda uma crucial diferença nos dados estatísticos sobre a condição desses grupos de pessoas negras, especificamente, da mulher negra.

As ações afirmativas, defendidas pelos grupos em prol das minorias discriminadas, são consideradas ações de efeitos positivos para a redução das desigualdades, que se mantem resistente no decorrer das transformações histórico-social e econômica da sociedade. Mesmo com essa forma de inclusão, se levar em consideração a discrepância entre os salários pagos para os grupos de homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, constata-se uma diferença gritante entre o salário pago a homens negros em detrimento ao da mulher negra, tendo os dos homens negros e mulheres brancas salários intermediários. Assim, segundo a análise dos dados da pesquisa do IPEA, *Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, “as funcionárias públicas negras em 1999 recebiam cerca de R\$ 624 contra R\$ 1.450 dos homens brancos; dez anos depois, estes valores mudaram para R\$ 830 e R\$ 1.800, respectivamente, mantendo a distância quase inalterada”. (2003, p. 75).

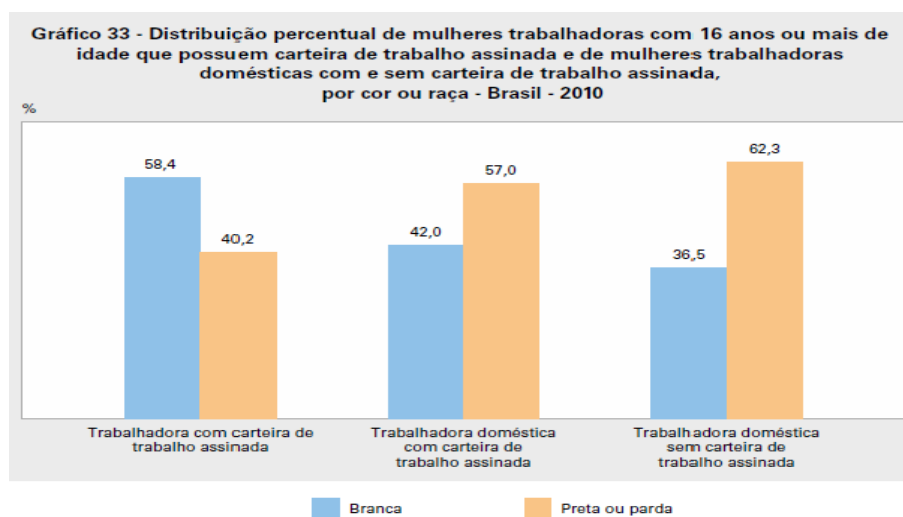
A inserção no mercado de trabalho proporciona uma considerável progressão social, e com isso, um passo para a emancipação feminina, como constata na análise da revista *Retrato das Desigualdades de gênero e raça* (2011): “Para as mulheres, a conquista da autonomia econômica é condição essencial para que se possa projetar uma vida de autonomia plena”. (p. 26). No entanto, consta nos dados que a mulher negra está ocupando majoritariamente os serviços com menores rendimentos, sem carteira assinada e de subordinação. A situação da mulher nesse contexto, é inferior a de todos os grupos, seja ele homens brancos e negros e de mulheres brancas, mesmo que tenham aumentado o grau de escolaridade, posto que o que recai sobre elas é a discriminação dupla de gênero e raça.

A discriminação sobre as mulheres negras faz com que o mercado de trabalho feche as portas das oportunidades em outros setores, mesmo que estas tenham maior nível educacional, é como se esta ocupação estivesse enraizada na história da mulher negra. E na verdade está. Ao decorrer dos anos e de pesquisas, os dados ainda constam com pequenas diferenças em

relação a ocupação desse serviço pelas mulheres negras em relação a ocupação por mulheres brancas e/ou homens brancos ou negros.

Num gráfico do censo demográfico do IBGE de 2000 a 2010, revela a diferenciação do acesso a trabalho com carteira assinada não só entre homens e mulheres, mas também entre o mesmo gênero com raças diferentes. Sendo a maioria das trabalhadoras sem carteira assinada composta por mulheres negras e pardas.

Nesse sentido, observa-se maior proporção de mulheres pretas ou pardas no trabalho doméstico sem carteira de trabalho assinada (62,3%) em relação as trabalhadoras brancas (36,5%), quando comparadas aquelas que desempenham a mesma função, mas possuem carteira de trabalho assinada. (IBGE, 2014).



Outro destaque do Censo Demográfico 2000/2010 sobre as diferenças entre as mulheres brancas e de cor é,

A desigualdade de cor ou raça entre as mulheres também pode ser verificada na distribuição da população ocupada por nível de instrução (Gráfico 34), que mostra elevada participação das mulheres pretas ou pardas sem instrução e com nível fundamental incompleto (42,5%) quando comparadas com as mulheres brancas (28,2%). É importante observar que estas disparidades estão presentes nos extremos da distribuição dos níveis de instrução e, no caso do nível superior, se mostram mais favoráveis as mulheres brancas (26,0%) em relação as mulheres pretas ou pardas (11,2%). (IBGE, 2014).

A diferença de acesso a trabalhos com necessidade de nível superior também é destacada no censo. As mulheres brancas possuem mais níveis de instrução do que as mulheres negras. Nesse contexto, está evidente que por trás de tal fato, gênero, raça e classe

estão interligados. Ou seja, há a diferenciação entre homens e mulheres, onde o acesso ao trabalho melhor remunerado é mais facilitado aos homens, embora a porcentagem de nível superior revele que as mulheres possuem mais que os homens, mas as desvantagens nesse contexto se encontram quando se é medido o grau de instrução entre as mulheres, isto é, entre as mulheres brancas e as mulheres pretas e pardas, onde as primeiras estão nos 26% em contraposição com as últimas, compondo apenas 11,2%. Já comparando a diferença de homens e mulheres sem instrução e fundamental incompleto, os homens disparam, com 45,5% em relação as mulheres que representam apenas, 34,8%. A diferença se torna mais expressiva quando se comparar entre as mulheres, onde as brancas representam apenas 28,2% e as pretas e pardas 42,5%.

Um outro dado presente na pesquisa da revista *Retrato das Desigualdades de gênero e raça* (2011) é a queda do percentual de mulheres que trabalham como doméstica e moram no local de trabalho. Segundo os dados, em 1995, 12% moravam no local de trabalho e declinou para 2,7% em 2009. Exposto isso, destaca-se que, “para o grupo das mulheres brancas, a queda percentual, entre 1995 e 2009, é de 7,6 pontos percentuais (de 9,7% para 2,1%), enquanto, para as negras, a queda é de 10,6 pontos (de 13,7% para 3,1%).” (Idem). Com a introdução de direitos acerca do trabalho doméstico, essa prática, que era exigência para exercer tal função, foi deixando de ser posta em prática. O que contribuiu para que as mulheres, especialmente as negras, pudessem exercer, além do trabalho doméstico, a conclusão do ensino escolar e até ingressar em universidades, assim como, subjetivamente relatando, dedicar mais tempo a sua própria casa e família. Com isso, novos dados percentuais devem ser verificados, visto que, com as mudanças na legislação do trabalho doméstico em 2015, através da PEC das domésticas, a situação das trabalhadoras mudou bastante em relação aos dados apresentados dos anos anteriores.

Nesse sentido, fica claro a importância da formalização do trabalho doméstico e de outros serviços que não assinavam carteira de trabalho, visto que nesse processo, os direitos ficam garantidos e reforça o combate a desigualdade de gênero e, principalmente, de raça. Essa formalização proporciona direitos ao empregado, porém, na prática era pouco efetivado. Com a “PEC das domésticas”, sancionado pela Presidente Rousseff, em 2015, regulamenta novos 16 direitos para as trabalhadoras domésticas, sendo alguns deles, a garantia do salário-mínimo, jornada de trabalho de 8h diárias e 44 semanais, direito a hora extra, adicional noturno, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), observância de normas de

higiene, saúde e segurança no trabalho e proibição de discriminação salarial. Avanços obtidos para as mulheres negras, maioria que compõe a classe das domésticas e que teve apoio do movimento de mulheres e, especificamente, de mulheres negras, especialmente, a Bamidelê.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, e seu acesso deve ser de forma universal e igualitária. Porém, o que temos em vista é a precária condição de acesso e atendimento não só às mulheres como a população em geral. De acordo com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), o acesso ao SUS é fundamental para as mulheres, pois são estas que sofrem com a relação de poder desigual entre homens e mulheres, que acabam implicando na saúde das mulheres.

Associadas às questões referentes às relações sociais de gênero, outras variáveis como raça, etnia, situação de pobreza, orientação sexual, idade, aprofundam ainda mais as desigualdades vividas pelas mulheres, exigindo do SUS cada vez mais o olhar para este segmento da população. (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013).

Em relação a questão específica da saúde da mulher negra, é constatado que estas são as mais dependentes de uso do Sistema único de Saúde – SUS. A questão do uso entre mulheres brancas e negras é identificada numa fixa desigualdade de raça. Onde as últimas tem maior índice de uso do SUS do que as mulheres brancas, que compõem a maior porcentagem do uso de planos de saúde. O que se problematiza nessa temática, além dos indicadores no acesso ao atendimento de saúde, é a forma desse atendimento, ou seja, o racismo contra mulheres negras nos atendimentos de saúde no SUS, sendo esse o serviço mais procurado por este grupo, e a forma como os direitos sexuais e reprodutivos da mulher negra são encarados pelos órgãos públicos e sociedade.

Esse tema é bastante discutido nos movimentos de mulheres, especialmente nos movimentos de mulheres negras, onde discutem sobre a especificidade e a necessidade de um atendimento mais equitativo. Os movimentos de mulheres negras buscam, através de ações afirmativas e políticas públicas para as negras, planejamento de ações em saúde da mulher com enfoque na questão de raça (cor), com o objetivo de findar os altos níveis de violação do corpo e dos direitos da mulher negra nos atendimentos de saúde básica. Numa publicação do Ministério da Saúde, *Perspectiva da Equidade no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal: Atenção à Saúde das Mulheres Negras* (2005) vem trazendo as questões específicas das mulheres negras no contexto nacional brasileiro. Esta publicação traz o destaque especial do enfoque racial: “Área Técnica de Saúde da Mulher do

Ministério da Saúde incluiu, nas Diretrizes e no Plano de Ação 2004–2007 da Política Nacional para Atenção Integral à Saúde da Mulher, um capítulo relativo às mulheres negras”.

Após um processo de ampliação no modo de inclusão de grupos que ficam a margem das políticas públicas, dentre esses grupos se encontra as mulheres negras. As mulheres negras não só compõem o grupo majoritário dos desprivilegiados no mercado de trabalho, mas no tocante a sua assistência no sistema de saúde também. Há alguns pontos nessa temática que é como um envoltório na mulher negra, por consequência da raça e da classe social.

Um desses pontos é o aborto que, no contexto nacional, não é legalizado. Como não é legalizado, sua realização é feita de forma clandestina, proporcionando grandes riscos à saúde e a vida da mulher. Existem clínicas que atendem mulheres de classe média/alta e as que atendem mulheres periféricas. Sabe-se que ambas correm riscos, mas quando se trata um atendimento clandestino e de baixo custo, o risco é ainda maior. Além do risco dessas mulheres virem a ser indiciadas criminalmente por este ato ilegal. O aborto é tema bastante discutido nos feminismos, principalmente na atualidade, quando os números de vítimas são expostos em alarme para a sociedade.

As militantes do feminismo negro enfatizam no campo da saúde da mulher negra e dos seus direitos reprodutivos, quando surgiu as discussões em torno dos conceitos da saúde e direitos reprodutivos, por volta da década de 1980, no Brasil. Por meio de denúncias de supostas políticas de controle de natalidade com alvo principal a população negra. A denúncia parte do conhecimento de um documento, em que se relata a necessidade do controle da natalidade dos negros, visto que a população branca estava diminuindo e a negra tenderia a ultrapassar metade da população, o que para seu elaborador, o economista Benedito Pio da Silva, seria péssimo politicamente já que para ele, “eleitoralmente poderá mandar na política e dominar postos chaves.”²⁷

Após o relato resultar em tamanha confusão, Benedito Pio da Silva foi afastado do Governo de São Paulo, porém, deixou bem claro a amplidão do racismo em todas as esferas institucionais da sociedade brasileira, que ocupa os mais diversos campos que envolvem a população negra. Sendo essa população componente majoritariamente da classe periférica e grupos alijados.

²⁷Trecho do documento pronunciado pelo deputado Luiz Carlos Santos, São Paulo, em 5 de agosto de 1982. Fonte: Feminismo Negro: Raça, Identidade e Saúde Reprodutiva no Brasil (1975-1993).

Se decidem levar a gestação adiante, a mulher sofre também com a assistência médica e com a violência obstétrica, principalmente as mulheres negras, que são negligenciadas nas enormes e infindáveis filas dos SUS, segundo o feminismo negro. Está entre as metas do PNPM 2013/2015,

Reduzir a mortalidade materna, em especial a de mulheres negras em 10 pontos percentuais ao ano, para diminuir a diferença total entre estas e as mulheres brancas até 2015. (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013).

De acordo com a publicação do MS: “A esperança de vida para as mulheres negras é de 66 anos, enquanto que para as mulheres brancas é de 71 anos”. (2005, p. 12). Esse dado nos revela a ineficiência da atenção dada às mulheres negras, visto que decorre de sua condição majoritária de viverem em extrema pobreza e sob a discriminação racial. E destaca-se também que doenças como hipertensão, diabetes Mellitus tipo II, anemia falciforme são mais comuns em população negra, a mulher negra especificamente, assim como os casos de morte materna são mais ocorridos entre esse mesmo grupo, pois possuem mais predisposição biológica para hipertensão, problema de grande risco enfrentado pelas gestantes, podendo levar até a óbito.

Em atenção especial a população negra, o Ministério da Saúde, diante das desigualdades que estes enfrentam a população negra no tocante ao acesso e atendimento de qualidade e especializado no SUS, elabora a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). A dura realidade da precariedade do SUS atinge a todos os que necessitam desse sistema de atendimento a saúde, sabe-se também que, em locais mais periféricos e de extrema pobreza, o sucateamento, a precarização e a ineficiência do atendimento é ainda pior do que a realidade de alguns locais, como a área urbana. Essa dura realidade é vivenciada pelos grupos mais pobres e indivíduos negros (pretos e pardos) são os que compõem de forma majoritária os grupos mais subalternos.

A realidade da condição precária da estrutura e do atendimento a população dependente do sistema de saúde pública acaba por contribuir numa discriminação racial na forma de atendimento e na atenção a população negra. Esse tipo de discriminação é constantemente relatado nas discussões acerca do atendimento médico, por mulheres negras. Não se pode deixar de enfatizar, também, a discriminação de gênero nos atendimentos e na atenção dada aos usuários da saúde pública. A discriminação de gênero é percebida nos atendimentos as gestantes que não são casadas, pertencentes a classe baixa, homossexuais, e,

nos atendimentos as negras, que vale ressaltar, é a única que pode sofrer todos os tipos de discriminação aqui citados, diferentemente da mulher branca.

Em decorrência dessa discriminação a população negra no Brasil, a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, na publicação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2013), afirma que,

É facilmente observada na precocidade dos óbitos, nas altas taxas de mortalidade materna e infantil, na maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas, bem como nos altos índices de violência urbana que incidem sobre a população negra. (p. 05).

Essas são as consequências extremas da exclusão social que a população negra sofre especialmente as mulheres negras, posto que as mulheres negras sofrem, cotidianamente, com todas as formas de violência a qual as mulheres estão condicionadas através de diversos espaços da sociedade.

A mulher negra, assim como toda a população negra, está pela lei²⁸, garantida a sua assistência de saúde especializada. No entanto, o que se percebe, por trás da máscara da democracia racial brasileira, é a discriminação racial e, no caso das mulheres, de gênero também. Na verdade, independente de lei específica, tanto as mulheres negras como a população negra e sociedade em geral estão resguardados pela garantia do bem estar e cuidados com a saúde. Cabe ao Estado efetivar essa garantia por meio de unidades com estruturas adequadas que atendam a toda a sociedade, principalmente, as comunidades periféricas e rurais, as que mais usufruem do sistema de saúde público e sofrem as consequências da marginalidade de sua condição.

Ao falar sobre a saúde da mulher negra, não podemos deixar de falar sobre o corpo dessa mulher. Como seu corpo vem sendo condicionado ao longo do processo de desenvolvimento histórico. Como seu corpo é visto sobre a ótica cultural, estética, religiosa, moral e científica. O corpo que já foi escravizado, comercializado, chicoteado, servido aos senhores e ainda hoje é. Visto que é o corpo que serve de convite, por meio da mídia e empresas privadas, ao mundo para visita ao país da “mistura racial”. Corpo exaltado pela volúpia e ao mesmo tempo execrado por esse mesmo sentido. O corpo negro da mulher que é

²⁸Lei Nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Para mais detalhes ver: <http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080.htm>.

marginalizado nos atendimentos médicos, principalmente quando se trata de atendimentos relacionados a abortos, vítimas de violência e gestantes (especialmente de mães solteiras).

Os movimentos de mulheres negras vêm com mais ímpeto na defesa da valorização do corpo da mulher negra, buscando findar a linha que separa, que exclui a equidade e justiça e os marcadores de desigualdades sociais, racial e de gênero. O feminismo e as ONGs destacaram o corpo da mulher como um corpo político, a questão da concepção “da saúde da população negra foi cunhada pelos movimentos negros, nos anos de 1980, e de mulheres negras, nos anos de 1990”. (SANTOS, 2015, p. 07). Destaque fundamental para incitar a reflexão acerca da condição da mulher negra no Brasil que mascara seu racismo numa falsa democracia racial.

Portanto, a saúde está relacionada ao bem estar do indivíduo e o bem estar é fundamental para que este possa tornar efetiva sua autonomia no meio social. A reivindicação pela atenção especial ao corpo excluído é o ato político que a política pública demora a reconhecer e agir e efetivar ações de enfrentamento ao racismo em qualquer esfera pública e privada.

A questão da saúde reprodutiva da mulher negra, foi motivo de embate entre o movimento negro e participantes do Programa de saúde da ONG Geledés (SP). Enquanto os primeiros condenavam a prática de esterilização cirúrgica nas mulheres negras, por compreenderem que gerar filhos seria uma tarefa política das mulheres negras, em oposição a essa compreensão dos militantes do movimento negro, que vale ressaltar são em maioria homens, o Geledés e alguns militantes do MNU de Belo Horizonte, apoiavam uma análise dos direitos reprodutivos, e que levasse em consideração as necessidades e os desejos das mulheres negras, pois somente a elas cabiam tal decisão. (Damasco, Maio, Monteiro, 2012). Ocorrido isso, o Geledés lançou em seu Programa de Saúde, a regulamentação da prática da esterilização cirúrgica, destacando que tal ato não poderia ser exercido sem controle e de forma abusiva.

Essa discussão também influenciou a criação da Campanha Nacional contra a Esterilização de Mulheres Negras, iniciada em final de 1990, tendo a liderança da ativista negra e uma das principais escritoras do e sobre o movimento feminista negro, Jurema Werneck. Em 1993, é realizado o primeiro evento nacional voltado para a questão da saúde reprodutiva da mulher negra. O Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das

Mulheres Negras ocorreu entre os dias 20 e 22 de agosto em Itapeccerica da serra (SP). (Damasco, Maio, Monteiro, 2012).

Outro ponto a favor obtido pelos ativistas negros foi a implementação do Programa de Anemia Falciforme do Ministério da Saúde (PAF-MS) em agosto de 1996, mas que não foi efetivado em todo o país, tendo poucos estados a aderir e por em funcionamento efetivo, “somente no Estado de Minas Gerais esse programa foi adotado integralmente, havendo ainda iniciativas esparsas em alguns municípios de outros Estados do país.”. (CARNEIRO, 2003, p. 124).

No período da redemocratização do Brasil, em meados da década de 1980, as mulheres tiveram uma participação mais ativa junto aos movimentos sociais, levantaram a bandeira da defesa da saúde e dos direitos da mulher, enfatizando os direitos sexuais e reprodutivos, assim como maior atuação em partidos políticos “e reivindicaram do Estado, a realização de debates e ações efetivas acerca do controle populacional, planejamento familiar, saúde da mulher e liberdade reprodutiva e sexual.”. (DAMASCO, 2009, p. 88/89). Nesse contexto, as mulheres negras, em suas organizações, deram destaque ao recorte racial dos direitos relativos à saúde da mulher negra para que tivessem atenção diante da condição de discriminação dupla a qual vivenciam.

Destaca-se nesse período, a implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983, com a participação das feministas no processo de criação e que teve a Igreja Católica como aliada, conforme afirma Damasco (2009), esse programa é de fundamental importância na discussão e reflexão dos direitos e liberdade sexual e reprodutiva das mulheres. Com isso,

Segundo o PAISM, a mulher brasileira deve ter acesso, através do Inamps, a toda sorte de informação e assistência sobre o funcionamento do seu próprio corpo, incluindo exames ginecológicos regulares e preventivos de doenças como o câncer. E, nesse contexto, a mulher deve ter acesso ao meio contraceptivo de sua escolha, com vistas a seu bem-estar pessoal e ao de sua família. (Villas, *Jornal Mulherio*, 1987, p.8 Apud DAMASCO, 2009, p. 103).

De acordo com isso, Damasco destaca a visão de Villas sobre o objetivo do PAISM, que a partir desse programa, haveria uma perspectiva contrária a políticas controlistas, que tinham imposição, de forma preponderante, sobre as mulheres, e particularmente, sobre as

mulheres negras. Como é o caso, por exemplo, do método de esterilização, que era praticado com as mulheres de baixa renda, sendo elas, em maioria, negras (pretas e pardas).

Portanto, é correto afirmar que, o racismo perpassa vários setores da sociedade e possui um meio que reforça, conforma e perpetua esse racismo na sociedade, que é o próprio Estado. Tenho enraizado no sistema educacional, a falácia da mistura harmônica das raças, através do mito da democracia racial, o Estado proporciona uma ramificação discriminatória não só de raça, como de gênero também, que perpassa, como já foi dito, no sistema educacional, de saúde, no mercado de trabalho e resulta, de forma negativa, na consciência dos indivíduos brancos, negros, pretos e pardos. Porém, são os indivíduos negros que se sobrecarregam com a carga negativa, particularmente as mulheres negras que somam nas suas vivências as discriminações de gênero, raça e classe social, e convivem com essa carga sobre seus corpos e sua identidade. Diante disso, sobre ser parte dessa miscigenação, a Bamidelê, na voz da diretora Evonildes Fonseca, declara que,

A gente não nega que somos miscigenados, não. Temos miscigenação. A gente tem uma miscigenação cultural. A própria comida da gente, mostra isso. A gente come misturado, a gente come de outros povos. Mas no cotidiano, o tratamento social, político, não é um tratamento de uma pessoa miscigenada. (Entrevista realizada para essa pesquisa em agosto de 2015).

O feminismo negro tenta romper com os estereótipos negativos sobre a mulher negra e seu corpo e reforçam a necessidade do reconhecimento e valorização da identidade da mulher negra. Recaem sobre a mulher negra, vários substantivos que as colocam entre as ultrassexualizadas e as repulsivas. A mulher negra, desde quando foi escravizada, tem seu corpo violentado pelo trabalho pesado e visto como mercadoria e, também, por estereótipos de “não ser uma mulher”, e por marcas físicas e simbólicas. Aqui, nesse presente trabalho, iremos realizar uma breve reflexão da raça interseccionalizada com gênero, traçando assim, uma análise da opressão que atinge a mulher negra e a dificulta no seu empoderamento.

A questão da cor, que coloca a branca e a negra – assim como brancos e negros – em pontos extremos na linha que estrutura a hierarquia social, mascara o racismo na sociedade brasileira. As várias tonalidades que as pessoas de cor se declaram, oculta, na verdade, o receio do pertencimento a raça negra. Percebe-se esse fato quando uma pessoa afirma que é morena (clara ou escura, mas não negra), parda, ou cores que fogem da concepção aceita nos indicadores de cor/raça. A Bamidelê tem uma campanha “Afirme sua Negritude” no censo 2010 que enfatiza a necessidade e relevância de se afirmar como negro ou pardo. O

reconhecimento da cor negra reforça a valorização da identidade negra. Assim, afirma Sueli Carneiro ao destacar que,

As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.²⁹

Sobre o estereótipo da mulher negra, que foge da padronização imposta às mulheres, que é o da mulher pura, do lar, para casar e frágil, estereótipo esse que marginaliza a mulher negra na sociedade e a coloca em uma leitura exótica diante do que se exemplifica como ideal de mulher, que julga também as mulheres brancas e as submetem a essa padronização. Sueli Carneiro indaga,

Quando falamos em romper com o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca. Quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres no mercado de trabalho, estamos garantindo emprego para que tipo de mulher? Fazemos parte de um contingente de mulheres para as quais os anúncios de emprego destacam a frase: “Exige-se boa aparência”.³⁰

São esses pontos extremos que expõem a condição da mulher negra e que o feminismo negro reclama no feminismo tradicional, esse, preocupado com a base das opressões da “Mulher”, a opressão de gênero que, no feminismo negro, intersecciona com a questão racial sobre as mulheres. Sueli Carneiro enfatiza ainda que,

Portanto, [...] se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.

²⁹ Trecho retirado do artigo: Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acessado em: 06/06/2016.

³⁰ Ibidem.

A sexualização do corpo da mulher negra e principalmente a parda ou mulata, é um fator considerável para a ocorrência da violência sexual. Esse discurso é historicamente comprovado, já está arraigado no pensamento social brasileiro. É preciso além de combater, repreender os crimes de violência contra a mulher, discutir sobre o racismo e o corpo hipersexualizado das mulheres de cor. No Programa Nacional de Políticas para as Mulheres, tem a seguinte ação: “Capacitar de forma permanente os operadores/as da Segurança Pública nas questões referentes às relações de gênero e violência contra as mulheres, incluindo o enfrentamento ao racismo institucional.” (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013, p. 47), tendo o SPM e o MJ como órgão responsável. Sendo esta ação um ponto positivo para as feministas negras, como as mulheres negras num todo, pois gênero e racismo estão interligados numa ação de combate à violência contra a mulher.

A opressão de gênero e de raça recai sobre o corpo, a sexualidade, saúde e identidade da mulher negra. Os movimentos de mulheres negras pontuam em sua agenda feminista, a afirmação da negritude na mulher negra, visto que é na mulher negra que se impõe diversos estereótipos, que é colocado a margem na sociedade. Destaca-se que o corpo da mulher branca, quando pertencente a classe inferior também é posto sob a repulsão social, mas se comparado ao da mulher negra, este mesmo corpo tem mais aceitação do que o da mulher negra.

Isso se dá pela forma como a imagem da mulher negra é transmitida historicamente, como afirma Bell Hooks ao falar que, “a desvalorização da natureza feminina negra ocorreu como resultado da exploração sexual das mulheres negras durante a escravatura que não foi alterado no decurso de centenas de anos.”. (HOOKS, 1981, p. 40). Ainda se vê na sociedade a visão da mulher negra como subordinada, antes, quando escravizada, era como mercadoria. O cabelo crespo, boca e nariz volumosos, curvas extravagantes são características do perfil da mulher negra. A estética da mulher negra é criticada e distante da estética ideal feminina, que é percebida na mulher branca. O cabelo, os traços do rosto, o corpo avantajado são permeados por estereótipos que deslocam a mulher negra da beleza aceita pela sociedade como pertencente ao padrão imposto.

Quando Hooks (1981) relata sobre os anos da Black Reconstruction 1867-77 (reconstrução negra), ela destaca um período posterior a escravatura e início da liberdade das mulheres negras e homens negros, mas, mesmo com a liberdade, não eram aceitos na sociedade pelas pessoas brancas:

Durante os anos da Black Reconstruction 1867-77 (reconstrução negra), as mulheres negras lutaram para alterar as imagens negativas da natureza feminina negra perpetuadas pelos brancos. Tentando dissipar o mito de que todas as mulheres negras eram sexualmente perdidas, elas copiaram a conduta e os maneirismos das mulheres brancas. Mas como emancipados, quando as mulheres negras e os homens lutaram para mudar as imagens estereotipadas da sexualidade das mulheres negras, a sociedade branca resistiu. Em todos os lados que as mulheres negras entravam, em ruas públicas, nas lojas, ou nos seus locais de trabalho, elas eram abordadas e sujeitas a comentários obscenos e até a abusos físicos às mãos dos homens e mulheres brancos. Essas mulheres negras na maioria sofreram de quem cujo comportamento melhor exemplificado era de uma *lady*. Uma mulher negra bem vestida e limpa, conduzindo-se a si mesma de uma maneira apropriada, era usualmente alvo de lama atirada por homens brancos que ridicularizavam e vaiavam os seus esforços de melhoramento. Eles lembravam-na de que aos olhos do público branco ela nunca seria vista como digna de consideração e respeito. (HOOKS, 1981, p. 41).

Embora o contexto não seja o brasileiro, essa realidade não é e nem foi distante com a do Brasil. Mesmo com o mito da democracia racial, o Brasil tem o racismo arraigado e corrosivo nas atitudes da sociedade em geral. No contexto brasileiro, o racismo não se dá apenas de brancas(os) sobre pessoas negras, mas também, de negras(os) sobre pessoas da mesma cor/raça, na mesma intensidade que o racismo de brancos para com os negros. O reforço dos estereótipos negativos das mulheres negras acaba por reforçar, concomitantemente, um paralelo entre as mulheres brancas e negras, onde as últimas se tornam invisíveis socialmente.

Podemos afirmar que existe no Brasil uma falsa aceitação da mulher negra, visto que se exalta o corpo da mulher negra quando o relaciona a algo exótico, ao prazer sem amor, a uma nudez para estrangeiro ver. Essa discriminação ao corpo da mulher negra está no comportamento de mulheres e homens brancos sobre as negras e, segundo relato de militantes negras, gera desconforto e altera a autoestima das mulheres negras. Nas palavras de Evonildes, diretora da Bamidelê, fica claro a percepção que elas tem sobre essa discriminação por parte dos próprios pertencentes da comunidade negra, que são os homens negros: “Se você pegar estudo sobre a nupcialidade da mulher negra, você vai ver que esteticamente, as mulheres negras elas não são as preferidas, as escolhidas para serem apresentadas a sociedade como esposa nas relações heterossexuais.” (Trecho de entrevista realizada em agosto de 2015 para essa pesquisa).

A ação dos movimentos de mulheres, diante dessas imposições sobre a mulher negra é determinada por uma ação política de afirmação e potencialização da identidade negra, em

particular, na mulher negra. Uma ação de afirmação não só do perfil, mas que vai desde a preservação de toda a história e cultura dos afrodescendentes até as características que traduzem o pertencimento da raça negra. Ao se reconhecer e se afirmar negra, e se valorizar com seus cabelos crespos, sua pele escura, seu nariz e lábios volumosos, a mulher dá um passo adiante para a sua emancipação enquanto mulher que se desprende de suas amarras, sendo elas raciais e de gênero.

3.7 Da teoria à prática: concepção de emancipação feminina e o impacto da ação da Bamidelê – OMN nas mulheres negras na Paraíba

A Bamidelê, enquanto organização de mulheres negras de destaque na Paraíba, juntamente com outros movimentos de mulheres negras e feministas, assim como o movimento negro, tem papel fundamental na atuação política em defesa da equidade de gênero e raça e contra a discriminação racial em todos os âmbitos da esfera social. Com suas ações com mulheres negras paraibanas que envolvem as temáticas já citadas no tópico anterior, alguns passos antecipam as mulheres na trilha para a emancipação feminina negra. Com isso, destacamos na análise da compreensão de emancipação da mulher negra na Bamidelê, dois fatores principais que estruturam a mulher negra para emancipar-se: a consciência política, que fará a mulher negra ser protagonista de sua própria história e ação transformadora e a afirmação da identidade negra, elevando a autoestima que foi desestruturada pelo estigma, estereótipos e marginalidade que o racismo depositou sobre a população negra, em particular, a mulher negra.

Nas entrevistas realizadas com integrantes da Bamidelê para essa pesquisa, foi questionado sobre a compreensão delas sobre emancipação feminina, visto que atuam com mulheres negras e com formações de lideranças negras para o compartilhamento de informações para que essas possam ocupar, igualmente, os espaços políticos e de poder e atuam, também, com projetos, oficinas e campanhas em prol do fortalecimento da identidade das mulheres negras e no combate da discriminação racial e sexista através de debates que envolvem toda a sociedade.

Dessa forma, fica claro que o meio para a emancipação da mulher negra na sociedade racista e sexista é a equidade entre brancos e negros e homens e mulheres, a emancipação é o eflúvio da voz ativa do indivíduo político capacitado de consciência de suas experiências e

necessidades e que seu ser não está em detrimento diante de outro. Perguntada sobre sua compreensão de emancipação da mulher negra, a assistente de comunicação da organização Bamidelê, responde que,

A mulher dizer o que ela quer, não que alguém ou uma condição social venha dizer o que ela quer. Emancipação pra mim é isso. A mulher ter consciência do papel político e a partir disso, dizer o que quer, pra quando quer e como quer, não a sociedade dizer que é isso ou um homem dizer pra ela que é isso ou o mercado de trabalho dizer pra ela que o lugar dela é esse. Ela mesmo dizer que quer e buscar caminhos junto com suas pares, buscar caminhos pra que essa autonomia seja efetivada, e aí, na construção de políticas públicas, pleiteando cargos eletivos, acessando cotas. A partir dos caminhos que a gente tem, construindo novos, a gente promove cada vez mais emancipação das mulheres negras. (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa).

A consciência de seu papel político é destacada como principal fator para a emancipação social, essa compreensão está incorporada no pensamento da organização Bamidelê, ou seja, “ter consciência do seu papel político dentro da sociedade, assumir todos os ônus e bônus desse seu papel político e enquanto mulher negra são diversos os desafios que a gente tem que enfrentar, que vão desde trabalho a educação, saúde [...]” (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa), relata a assistente de comunicação da organização. Na verdade, ter a consciência do papel político e transformador social é o primeiro passo para, primeiramente, compreender sua condição, e assim, libertar-se da inércia e dos obstáculos que põem os indivíduos a margem da sociedade e todas as suas esferas. Nesse contexto, compreende o combate ao racismo no processo de emancipação.

O percurso de luta da mulher negra, como já citado nesse trabalho, teve início no período escravista e persiste até os dias atuais no objetivo de livrarem-se do peso opressivo do racismo sobre elas. No percurso de sua luta, ingressaram no movimento negro, mas tão logo iniciaram por incluir suas demandas e reivindicar mais espaço de poder dentro do movimento, ao se darem conta que suas especificidades também mereciam estar na pauta, entraram em colisão com os homens negros do movimento. A opressão sexista foi percebida dentro do movimento negro por parte de seus companheiros de cor. Na medida em que saíram do movimento negro e ingressaram no movimento feminista, o embate só mudou de sexismo para racismo. A pauta do feminismo tradicional se limitava apenas a opressão sexista, porém, dentro desse mesmo movimento, as mulheres negras tiveram que lidar com o racismo por parte das companheiras de gênero.

O ponto inicial do protagonismo feminino negro nos movimentos de ações coletivas na sociedade civil se dá com o feminismo negro e os movimentos de mulheres que vão surgindo ao longo do processo de desenvolvimento histórico, que compreende, principalmente, o período posterior a ditadura militar no Brasil. É no feminismo negro que as mulheres negras passam a sair da invisibilidade e a discutir suas pautas com demandas específicas. A pauta feminista era tida como impermeável às demandas específicas das mulheres negras, estas enfatizam que o feminismo liderado por mulheres brancas não englobavam outras demandas que não compreendesse a opressão de gênero, especialmente de mulheres negras e de estratos sociais desprivilegiados, pelo fato de que privilegiavam sua hegemonia branca de classe burguesa, como afirma Bell Hooks, ao falar de uma “usurpação do feminismo pelas mulheres burguesas para apoiar seus interesses de classe”. (HOOKS Apud MIGUEL, 2014, p. 86).

Nesse sentido, o feminismo negro tem papel importante no protagonismo das demandas de mulheres negras, igualmente é o seu papel de formar e contribuir com o protagonismo dessas para que ocupem mais espaços de poder na sociedade e torne a luta antirracista mais coesa e preparada. A Bamidelê, em sua atuação com as mulheres negras, apreende esse pensamento presente na teoria do feminismo negro. Isso fica claro na afirmação da assistente de comunicação da organização, Priscila Estevão:

Eu acho que a nossa maior contribuição é no processo formativo, a partir do momento que a gente vai lá naquele grupo de mulheres e desperta nela essa autonomia, essa consciência do seu papel político dentro da sociedade. (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa).

Vale ressaltar que, os feminismos atuais ainda se chocam no tocante a representatividade diante das especificidades das mulheres. Isto é, o feminismo composto majoritariamente por mulheres brancas universitárias, docentes, intelectuais (classe média) pautam demandas como direitos sexuais, decisão sobre o próprio corpo e igualdade entre os gêneros, mas os recortes ainda são deixados a margem da agenda feminista. E mesmo pertencendo a uma rede de organizações e movimentos de mulheres e feministas, não destacam as demandas de mulheres negras, periféricas, que vivem outra realidade destas que compõem o feminismo liberal e que está atuando em nome da Mulher.

Nota-se esse fato quando percebemos as reivindicações do feminismo não interseccional e o seu corpo (estrutura organizacional). É perceptível uma grande maioria de mulheres brancas pertencentes a uma camada social elevada, são instruídas e sua realidade

social não compartilha nem abrange a realidade de mulheres de classe social inferior, ou seja, majoritariamente, negras. São questões gerais que não atentam para especificidades que fazem toda a diferença para mulheres colocadas a margem na sociedade.

O que se destaca no conflito entre feministas negras e as feministas liberais e tradicionais, são as demandas que fazem parte da agenda feminista que reivindicam direitos e liberdades que não atentam para o geral de toda a população feminina, pois a opressão sexista é a base fundamental das reivindicações, não dando espaço para o recorte racial e sexual (isto é, pouco se tem do recorte que atendam as demandas das mulheres lésbicas e transexuais). A Bamidelê afirma-se como ação contrária a homogeneidade da pauta feminista tradicional. Destacam a relevância de enfatizar as demandas da população negra, principalmente da mulher negra. Na fala da Bamidelê, temos a seguinte declaração:

E é como eu falei, para serem enfrentados é preciso tá junto, tá junto pautando, desenvolvendo ações em conjunto pra que a vulnerabilidade da população negra diminua, então, oficina sempre vai ter, materiais de comunicações sempre vai ter, acreditando que dessa forma a gente consegue mobilizar a sociedade [...]. (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa).

Mesmo com o feminismo atuando através de redes – conexões com diversos movimentos feministas – as mulheres negras ainda tem que lidar com a invisibilidade de suas demandas no âmbito político e social. É diante disso que verificamos a relevância de enfatizar sobre a atuação de uma organização de mulheres negras que, apoiadas num conjunto de organizações de mulheres, objetivam protagonizar sua emancipação e o combate ao racismo interseccionado a questão de gênero. O protagonismo do movimento de mulheres negras ativa a ação impulsora para as demais mulheres que participam de suas ações, assim “a Bamidelê foi a protagonista no debate sobre cotas aqui, quando o próprio movimento negro tinha gente que dizia que não queria cotas, porque era um atestado, né...de, entre aspas, burrice.”. (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa). Dessa forma, destaca-se a atuação da organização na defesa de toda a comunidade negra, especificamente da Paraíba.

Tendo a partida através da consciência da importância da ação política para o processo de emancipação, as mulheres negras militantes viabilizam a continuação de ação desse motor gerador de atrizes sociais focadas no recorte de raça na agenda feminista na esfera política e social. A Bamidelê ao proporcionar às mulheres negras de comunidade, em especial, periféricas (quilombolas e outras comunidades), formações com objetivo de dialogar sobre a necessidade de reconhecimento e fortalecimento da identidade, de se organizar politicamente

e sua efetiva participação, constitui papel transformador na edificação de um projeto maior, que é uma ação coletiva contra o racismo instituído e arraigado em todas as esferas sociais, através do despertar da consciência de uma ação mais ativa dos indivíduos sociais, isso fica claro na fala da assistente em comunicação da organização, Priscila Estevão,

A gente acredita que promove emancipação a partir do momento que a gente trabalha com processo formativo, porque muitas das vezes essas mulheres não tem consciência do seu papel político dentro da sociedade e promovendo formações, não é que a gente vai lá dar emancipação, elas que tem que despertar isso e no processo formativo a gente consegue fazer com que essas mulheres se emancipem. (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa).

O vínculo que se estabelece entre as mulheres participantes das ações e a Bamidelê, é estreitado no sentido de fincar a bandeira de um ato político aliado a uma rede de movimentos sociais e organizações em prol de pautas que se emparelham no campo da ação política e que resulta em políticas públicas comuns e específicas e por uma equidade que perpassa o sexo e a raça. O interacionismo simbólico contribui nesse vínculo, posto que na metodologia do feminismo negro, a compreensão do subjetivo é presente nos laços que se estabelecem entre militantes e demais mulheres, que priorizam o saber, as práticas, as vivências de cada mulher que compõe o todo do movimento e da população negra. Gohn (2012) destaca a fenomenologia como fonte metodológica dos movimentos sociais e organizações,

A fenomenologia preocupa-se com o sentido e o significado das ações coletivas, privilegia a presença corporal no momento da pesquisa. Por isso, ela tem sido muito utilizada em pesquisas sobre as mulheres, porque busca captar, além de suas pautas reivindicatórias, demandas e conflitos; busca-se o significado do dito das palavras, como também o tom de voz, o olhar, os gestos, as expressões e os movimentos corporais [...]. (GOHN, 2012, p. 145).

O feminismo negro enquanto um movimento que se coloca à frente na defesa da multiplicidade da mulher, de um feminismo interseccional, que combate concomitantemente as opressões raciais e sexistas, age diante da perspectiva da afirmação da identidade da mulher, dando espaço para que cada mulher assuma conforme a identidade que se reconheça. O que se destaca no feminismo negro como diferencial do feminismo tradicional, é a metodologia da prática nas ações, que se dão através de relações subjetivas com as mulheres e suas vivências, onde se prioriza a discussão das demandas e conflitos através do ouvir as mulheres e suas próprias experiências. Nesse sentido, é correto afirmar que,

As feministas negras, assim, precisam de um lugar próprio, que permita expressar vivências e demandas que lhes são próprias, frutos de formas de discriminação e opressão cruzadas, e que, ao mesmo tempo, faça com que suas perspectivas sejam incorporadas na plataforma do feminismo em geral. (MIGUEL, 2014, p. 87).

Para tornar esse espaço próprio é fundamental torna-se visível no campo político e social. Para as feministas negras, a visibilidade é possível na medida em que as mulheres negras se reconhecem enquanto mulheres e negras e se afirmam como tal. Segundo a coordenadora da Bamidelê, Terlúcia Silva, “essa afirmação do ser mulher, do ser mulher negra, essa compreensão, você saber quem é você nessa sociedade, pra gente é passo pra emancipação”, a emancipação é resultado do processo de se afirmar mulher negra. Portanto, de acordo com a coordenadora da organização, “a Bamidelê trabalha muito nessa perspectiva do fortalecimento da organização política e o fortalecimento político das mulheres negras tem muito a ver com o fortalecimento pessoal, individual das mulheres negras [...]”. (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa).

Enquanto feminismo da diferença, isto é, que prioriza as diferenças entre as mulheres de forma que torne visíveis as várias formas de opressões por qual sofre as mulheres, além da opressão sexista. Ao destacar as diferenças entre as mulheres, as múltiplas identidades precisam ser afirmadas por estas no campo político, mas que perpassa no campo individual e social. Levando essa questão em consideração, as feministas negras penetraram no movimento e apresentam novas pautas com reivindicações específicas de suas realidades, que vão além da opressão de gênero e iniciam um debate com uma perspectiva que enquadre uma nova base teórica que reflita a interseccionalidade das diversas formas de opressão.

Nesse contexto, o feminismo negro, em particular, a Bamidelê – organização de mulheres negras da Paraíba, tem papel importante em destacar as diferenças das mulheres acerca de suas demandas e afirmação das identidades. Posto que, ao destacar a diferença e com ela uma multiplicidade de identidades e formas de opressão, é preciso afirmar a diferença, ou seja, afirmar a identidade negra. As ações da Bamidelê com as mulheres negras de Caiana dos Crioulos é um exemplo de formação das mulheres e estímulo à afirmação da identidade negra. Como revela a coordenadora, Terlúcia, que as mulheres dessa comunidade eram discriminadas por conta da cor/raça e em consequência evitavam se inserir em determinados espaços sociais.

A organização destaca a importância da ação através de projetos e oficinas com essa comunidade, no qual resultou no reconhecimento da negritude por parte das mulheres participantes. Hoje, elas possuem um espaço próprio na comunidade para discutir sobre suas demandas e dar continuidade ao processo de reconhecimento da negritude e a afirmação da identidade nas mulheres negras. Destarte, o resultado da ação é política porque forma sujeitos

políticos, nas palavras da coordenadora da organização: “Quando você vê elas afirmando que são negras, que vão descer sim, que vão fazer a feira na feira de Alagoa Grande, lá embaixo, falando de saúde da população negra no meio da feira e todo mundo ouvindo Dona Edite, caramba...isso é massa!”. (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa).

As ações da Bamidelê com as mulheres negras das comunidades da capital e da grande João Pessoa, englobam a conscientização do papel político das mulheres negras e suas formações, assim como incentivam a afirmação da negritude. Para isso, refletem a questão da estética da mulher negra e o ato político de afirmar suas singularidades/diferenças para emanciparem-se. Nesse sentido, a compreensão da emancipação passa pela aceitação de si, enquanto mulher negra e suas características raciais e culturais. Ao enfatizar que uma das participantes do projeto da Bamidelê assumiu não só o cabelo crespo, mas sua identidade negra, a coordenadora relata:

O que é o cabelo para as mulheres negras? É onde a gente é atacada. O racismo vem na nossa estética, na nossa pele, no nosso cabelo e você escutar uma pessoa que passou por aqui dizer isso, fazer essa fala em qualquer lugar. Então, assim, acho que emancipação é muito construído nesse coletivo, o que a gente quer é muito longe, porque a gente sabe que a sociedade não vai mudar do dia pra noite, mas a gente quer estar nessa sociedade sabendo, pelo menos, quem a gente é. (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa).

A formação da identidade, de acordo com Castells (2001), é uma construção social que ocorre em um contexto marcado por relações de poder e se apresenta de três formas³¹: Identidade legitimadora, introduzida nos indivíduos com o objetivo de perpetuar a dominação sobre, visto é que introduzida pelas instituições dominantes; de resistência, formada por indivíduos desprestigiados e/ou estigmatizados pela lógica da dominação e de projeto, formada por uma nova identidade que redefine a posição social do indivíduo. Castells relaciona essa última, ao caso do feminismo:

Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram. (CASTELLS, 2001, p. 24).

No feminismo negro, a identidade de resistência é uma forma de oposição ao sistema dominante interligado com o racismo, porque o sistema dominante possui sua forma

³¹Para mais detalhes das três formas, ver: O Poder da Identidade. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. CASTELLS, Manuel. Ed. Paz e Terra. Vol. 2; 3ªed.

hierárquica de estrutura a rede de relações e ocupações sociais. A identidade de resistência viabiliza no indivíduo um meio de reverter “o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência”. (CASTELLS, 2001, p. 25). A afirmação da identidade negra é um ato de resistência, visto que o que é concernente à cultura e história dos afrodescendentes é marginalizado e posto à subalternidade.

Quando a coordenadora executiva da Bamidelê afirma que, uma participante do projeto passou a assumir sua identidade negra diante de vivências de preconceito e racismo, é um ato de resistência, isto é, ela assume uma identidade de resistência, indo na posição contrária a que lhe impuseram, que é a condição marginal (no sentido de estar na margem). Desse modo, a atuação da Bamidelê para a emancipação da mulher se encontra no incentivo da afirmação da negritude, posto que, “a emancipação passa por isso aí, passa por essa afirmação identitária, pela autonomia, pela independência, pelo respeito social”. (Evonildes, Diretora da Bamidelê em entrevista a essa pesquisa em agosto de 2015).

Castells (2001) afirma ainda que um determinado indivíduo ou um ator coletivo, pode haver múltiplas identidades, porém, essa multiplicidade ocasiona tensões e contradições tanto na auto re-presentação quanto na ação social. (p. 22). O autor chama a atenção para a importância da diferenciação de identidade e papel social, no entanto, destacamos aqui, o fato de que o conflito com a pluralidade de identidades emerge quando não tornamos possível seu espaço de atuação e de ser, isto é, quando se torna uma pessoa com determinada identidade invisível, o conflito é inevitável, mesmo que a torne dominada. A questão racial no movimento feminista está relacionada a esse conflito. De acordo com as feministas negras, o feminismo tradicional as tornou invisíveis dentro do movimento, assim como fez o movimento negro com a questão de gênero, as feministas brancas fizeram com a questão de raça das mulheres negras.

A identidade de resistência é, segundo Castells, criado por atores em condições desprivilegiadas na sociedade. Essa condição é a qual, as mulheres negras, assim como toda a população negra, pretendem sair. É uma condição desprivilegiada em relação a condição das mulheres (e homens) brancas. Essa questão é enfatizada por Terlúcia, coordenadora executiva da Bamidelê:

Eu acho que a emancipação passa muito por isso, seria essa coisa dos privilégios, existe o privilégio de ser homem e existe o privilégio de ser mulher branca. Você nunca vai passar pelo que eu já passei. Você já nasce com privilégios, você nasceu homem, você já nasce privilegiado. Você

nasceu branca, você já nasceu privilegiada. (Trecho de entrevista realizada em Julho de 2015 para essa pesquisa).

Em suma, ao integrar as mulheres nos projetos e ações da organização, a Bamidelê proporciona uma integração da mulher negra na sociedade, assim como a pauta do racismo. Uma integração se relaciona com a outra, na medida em que a formação das mulheres participantes engendram sujeitos políticos conscientes de seu papel social e da importância de assumir não só a sua feminilidade, mas sua identidade negra diante da pluralidade dentro do movimento feminista, tantas vezes acusado de ocultar a multiplicidade das formas de opressão sobre as mulheres.

A conexão da Bamidelê, assim como outros movimentos de mulheres negras, com demais movimentos sociais, especialmente os movimentos feministas é a engrenagem de força e apoio mútuo para ocupar maior espaço no campo político. O processo de emancipação não só das mulheres negras, mas de todas as mulheres ainda está a passos lentos. Na ótica da coordenadora executiva da Bamidelê, Terlúcia, destaca-se:

A gente não consegue ver efetivados nossos planos. Há muito descaso com as pautas raciais. Acho que essa coisa do ser mulher, de ser mulher negra, a gente precisa lutar muito, a luta não parou e não dá sinais que está perto, que está resolvido, porque são questões históricas, milenares.

Embora se destaque vários avanços conquistados ao longo do processo de desenvolvimento histórico, muitos passos ainda precisam ser dados. Nessa trilha, a caminhada da mulher negra se dá levantando a bandeira do sexismo e do racismo, sem deixar de lado a bandeira da questão de classe. As pautas demandadas pelas mulheres negras ainda encontram inúmeras barreiras, o reconhecimento e valorização da cultura, perfil e identidade negra também é ainda estorvado na sociedade.

CONCLUSÃO

No desenvolvimento desse estudo, uma breve história do movimento feminista foi destacada, em particular, do feminismo negro no âmbito nacional e local, a fim analisar a forma como esse movimento atua e compreende a emancipação da mulher, em especial, da mulher negra diante dos obstáculos existentes numa sociedade que é ao mesmo tempo patriarcal, racista, sexista, classista e homofóbica. Embora as demandas possam ter mudado, visto que algumas já foram conquistadas e tão logo novas se fazem necessárias, existem sempre os mesmos obstáculos.

Comprendemos que a experiência da mulher não é homogêneo, que há uma pluralidade de vivências que precisamos estarmos atentos, porque pertencem a uma realidade comum, a desigualdade que perpassa todas as formas de opressão (sexo, raça e classe). Os movimentos organizados da sociedade civil precisam estar compactuados no intuito de desconstruir um sistema hierárquico que se perpetua nas relações de gênero e étnico-raciais.

O acesso à voz no campo político é fundamental para que as pautas sejam discutidas e que se tenha mais presença feminina atuando em prol da bandeira de um feminismo interseccional, que atente para as demandas de uma pluralidade, seja de mulheres negras, brancas, indígena, quilombola, heterossexual, homossexual, transexual, e pertencentes a todas as camadas sociais. O que se destaca aqui é a relevância de dar atenção a cada uma das demandas sem detrimento de outras. É preciso um olhar mais aguçado sobre a realidade social das mulheres representadas pelo feminismo.

O esforço empreendido do feminismo negro é tornar visível a condição de dupla opressão sobre as mulheres negras, isto é, a opressão sexista e racista, ambas vivenciadas na sociedade que é ao mesmo tempo machista e racista (sob o regime capitalista). Apenas com a formação de um feminismo negro que intersecciona as formas de opressão, que as mulheres negras puderam ter sua voz escutada no campo dos movimentos sociais e destacar suas especificidades, revelando uma opressão que lhes é singular, no qual não atinge as mulheres brancas, no tocante ao racismo, e nem aos homens brancos nem negros, que é o sexismo.

A emancipação da mulher negra se inicia no momento em que estas confrontam o machismo do movimento negro e o racismo do feminismo branco conservador e passam a ocupar seu próprio espaço como protagonistas nos movimentos sociais no âmbito político. Entendemos que a emancipação da mulher negra é o desprendimento do manto ocultador e

subalterno que lhes impuseram, e o processo para se emancipar se inicia no momento em que estas se tornam protagonistas de suas próprias histórias e luta, passando, exatamente pela consciência política de que são sujeitos e pela afirmação da negritude.

Como explicitado, a condição da mulher negra na sociedade brasileira, tem enfrentado ao longo da história, discriminações milenares, pelo fato da cor e da sua cultura. Enfrentam a discriminação cotidianamente, visto que o racismo está implícito nos comportamentos, no pensamento, no atendimento na saúde, no mercado de trabalho, dentre outros meios que o racismo está enraizado. Porém, os movimentos de mulheres negras junto com o movimento negro vêm desenvolvendo ações coletivas em prol de políticas públicas específicas para a população que se encontra em condição vulnerável. Destacamos aqui que, houve movimento negro contra a implantação de cotas raciais, por afirmarem ser um atestado de “burrice”. Entendemos que, o movimento negro ser contrário a cotas raciais é andar na contra mão do propósito do movimento, porque compreende-se que as cotas raciais é um meio de equilibrar a diferença gritante entre brancos e negros nos espaços públicos e de poder, tão importante para sujeitos políticos.

As ações políticas desenvolvidas pela Bamidelê são direcionadas aos principais temas onde ocorre discriminação racial e de gênero, isto é, mercado de trabalho, saúde, educação e no âmbito político. O intuito é de conscientizar as mulheres negras e formar capazes de continuar esse processo nos espaços ocupados por elas, tanto na área urbana como a rural. A Bamidelê fomenta a afirmação da negritude nas mulheres e proporciona uma transformação que pretende atingir boa parte da população paraibana, pois as mulheres são maioria na porcentagem de habitantes e tendo aproximadamente 54% da população que se afirma como negra.

As ações intervêm com abordagens sobre direitos sexuais, reprodutivos e da mulher negra, estimulando a autonomia financeira e a educação, aborda também a campanha de combate violência contra a mulher e na construção identitária negra, especialmente, da mulher negra. Reforçando a valorização da beleza negra tão discriminada socialmente, assim como o resgate da cultura e história dos afrodescendentes.

Identificamos que a relação da Bamidelê, enquanto uma ONG, com as gestões municipal e estadual bastante distante e com pouco diálogo, o que dificulta o diálogo para que possam discutir as principais demandas que são possíveis implementar através de programas a

serem efetivados com toda a população, especialmente, com a população negra. Por um lado, as gestões – municipal e estadual – através das secretarias específicas das questões raciais, se limitam a implantar apenas as políticas públicas que tem o aval do gestor municipal, através do repasse financeiro, que é relativamente baixo para a grande demanda. A própria organização enfatiza que não se tem a atenção devida para as demandas específicas da população negra na Paraíba. O que torna o progresso da condição da população lenta e com perspectiva abalada. De outro lado, a Bamidelê não se sente a vontade para atuar em conjunto com as gestões, porque não lhe foram disponíveis os espaços de poder que esta organização queria ocupar, na compreensão de que só obteria reais transformações, ocupando estes locais.

Dessa forma, é fundamental, para o desenvolvimento do projeto de combate a desigualdade racial e de gênero, sensibilizar e dialogar com os gestores e autoridades políticas sobre as questões que precisam dessa atenção especial. Assim, como é fundamental, também, ocupar mais espaços de poder para protagonizarem as transformações na sociedade que até o momento não tem, ainda, devida atenção por partes dos representantes da sociedade em geral.

Há ainda, fortemente, fatores que contribuem para a invisibilização da construção histórica da luta das mulheres negras. O racismo que se pratica nas escolas, no trabalho, nos hospitais, nas universidades, ou seja, em todos os âmbitos e no cotidiano das pessoas de cor. Enquanto sujeito político, as mulheres negras têm o papel de impor suas demandas e agenda política, expondo o pessoal e o político.

O feminismo negro rompeu com o viés único do feminismo, que era a ótica limitada da condição da mulher universal e sua igualdade com o homem. Essa mulher universal, identificada como mulher branca da classe média, segundo a crítica das feministas negras. Com esse rompimento, as feministas negras possibilitaram ampliar o caminho a ser percorrido para que as suas demandas tivessem espaços no âmbito político e social.

As demandas reivindicadas na pauta do feminismo negro são amplas. Estão inclusas na agenda do feminismo negro, o antirracismo, as dificuldades e o preconceito no mercado de trabalho, a saúde da mulher negra, a violência doméstica e sexual, os padrões de beleza impostos às mulheres e a sexualização de seu corpo na mídia e no senso comum, dentre outras como o preconceito na escola e com as jovens negras e lésbicas, essas últimas, destaca-se aqui que ainda não possuem especial espaço nas pautas do feminismo das mulheres negras.

Portanto, destacamos aqui, nesse presente trabalho, uma atuação de sujeitos políticos que fomentam o enegrecimento do feminismo, da atuação/participação política em prol da equidade de gênero e racial, e a favor da emancipação da mulher negra numa sociedade que as oprime através de vários meios. Contribuir para a saída da mulher negra da condição em que é explorada, oprimida e discriminada por mulheres e homens brancos e homens negros. É preciso ainda, programas, campanhas, oficinas, políticas públicas, ações afirmativas que possibilitem o processo de emancipação da mulher negra da condição de múltipla opressão.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. *Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções*. Entrevista com Luiza de Barros, ministra da Secretaria de políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3):384, setembro – dezembro/2012.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. Editora: Brasiliense, 1984.

ANDRADE, Paula de. *Por uma consciência antirracista*. Disponível em: <http://soscorpo.org.br/home/entry/por-uma-consciencia-feminista-antirracista.html>.

ASSIS, Maria Isabel de. *Mulheres negras: lembranças do vivido e sentido*. In Mulheres e Desigualdades de Gênero. São Paulo.

BARBOSA, Lícia Maria de Lima. *Feminismo Negro: Notas sobre o debate norte-americano e brasileiro*. Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidade e Deslocamentos. 23 a 26 de Agosto. (VER FONTE).

BRAH, Avtar. *Diferença, Diversidade, Diferenciação*. Cadernos Pagu (26). Janeiro-junho/2006. pp. 329-376

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Prêmio Mulheres Negras Contam sua história – 2013. Brasília: 296 páginas.

CALDWELL, Kia Lilly. *Fronteiras da Diferença: raça e mulher no Brasil*. In: Periódicos UFSC. 2000.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. A era da informação: economia. Sociedade e cultura. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CARDOSO, Cláudia Pons. *Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez*. in Estudos Feministas, Florianópolis/SC. 965-986. Setembro-dezembro/2014.

_____. *História das Mulheres Negras e Pensamento Feminista Negro: algumas reflexões*. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis/SC. Agosto de 2008.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Artigo pesquisado em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>.

_____. *Mulheres em Movimento*. Estudos Avançados. 117- 132. 17(49). 2003.

CARVALHO, Rayssa Andrade. *O Movimento de Mulheres Negras na Paraíba: Um olhar sobre a Bamidelê – Organização de Mulheres Negras na Paraíba (2001-2012)*. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de História. Universidade Federal da Paraíba. 2013.

CARVALHO, Rayssa Andrade; ROCHA, Solange. *Movimento de Mulheres Negras e a Luta pela Afirmação dos Direitos Humanos no Brasil*. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa/PB. V.2. n.1. 2012.

_____. *Feminismo negro na Paraíba. Um histórico das celebrações do 25 de Julho - Dia das mulheres negras na América Latina e do Caribe (1999-2014)*. 18º REDOR. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife(PE). Novembro/2014.

_____. *Moren@, Não. Eu Sou Negr@!": Ações políticas de mulheres negras na Paraíba contemporânea na afirmação e na construção da identidade negra (2001-2012)*. XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH. Natal/RN. Julho/2013.

CUNHÃ, Coletivo Feminista. *Retalhos de uma História. Grupo de Mulheres da Paraíba*. João Pessoa,PB. Ed. Textoarte. 2001.

DAMASCO, Mariana Dantos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. *Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)*. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro – abril/2012.

DAMASCO, Mariana Santos. *Feminismo Negro: Raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996)*. 2009. Rio de Janeiro. 159 páginas.

DAVIS, Y. Angela. *Mujeres, Raza e Clase*. Madri-Espanha. Editora Alcal. 2ª ed. 2005.

DIAS, Maria Odila. *Resistir e sobreviver*. In Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto: 2012.

GELEDÉS. *Mulher Negra e Saúde*. Geledés Instituto da Mulher Negra. Caderno I. Ed. Comemorativa de 23 anos. 1991.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez. 2009. 7ªed.

_____. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edções Loyola. 2012. 4ªed.

_____. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI. Antigos e Novos atores sociais*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011. 5ªed.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: 1982. Coleção 2 Pontos.

GREGORI, Maria Filomena. *As desventuras do Vitimismo*. Estudos Feministas. P143/149. N. 1/93. Ano 1. 1º semestre 93. (VER FONTE)

HOOKS, Bell. *Mulheres negras moldando uma teoria feminista*. In: Revista Brasileira de Ciência Política. N.16. Brasília. Jan-abril/2015. P. 193-210.

_____. *Ain't I a Woman. Black Women and Feminism*. Não sou eu uma Mulher. Mulheres negras e feminismo. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro/2014.

KLEIN, Renate; ROWLAND, Robyn. *Feminismo Radical – História, Política, Ação (parte)*. Disponível em: <https://materialfeminista.milharal.org/2013/07/25/traducao-feminismo-radical-historia-politica-acao-parte/>.

LIMA, Adriana Silva Guedes; VOLPATO, Luci Martins Barbatto. *Saúde da mulher negra e os determinantes: Racismo, Questão de Gênero e Classe Econômica*. ETIC – Encontro de Iniciação Científica. Toledo Prudente Centro Universitário. 2014.

MACHADO, Aline Maria Batista.; MACHADO, Charliton José dos Santos. *Gênero, Movimentos Sociais e ONGs*. João Pessoa. Ed: Universitária, 2012.

MARAVALHO, Ana Paula. *Mulher negra: participação política e democracia*. In Mulheres, Participação e Democracia. Cadernos de Crítica Feminista. Ano II, N.1 – dez.2008.

MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e Política: uma introdução*. In: Feminismo e Política. Org. Luis Felipe Miguel/Flávia Biroli. 1ed. São Paulo: Boitempo. 2014.

NEPOMUCENO, Bebel. *Protagonismo ignorado*. In Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto. 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *Ciladas da diferença* 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

RAGO, Margareth. *Os feminismos no Brasil: “anos de chumbo” à era global*. Labrys. Estudos Feministas. N.3 Jan-jul/2003.

RAIMUNDO, Valdenice José.; GEHLEN, Vitória.; ALMEIDA, Daniely. *Mulher Negra: inserção nos movimentos sociais feminista e negro*. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/valdenice.pdf>.

RIBEIRO, Matilde. *Mulheres Negras: Uma trajetória de criatividade, determinação e organização*. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424. Setembro – dezembro/2008.

_____. *Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing*. Estudos Feministas. Ano 3. 2º semestre. P. 446-457. 1995.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. *Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado Brasileiro*. Psicologia e Sociedade; 22 (3): 445-456. 2010.

SANTOS, Sônia Beatriz. *As ONGs de Mulheres Negras no Brasil*. Sociologia e Cultura. Goiânia. V.12, n. 2 p. 275- 288. Jul/Dez – 2009.

SANTOS, Izabel da Cruz. *O pensamento das mulheres negras no Brasil na Obra O Livro da Saúde das Mulheres Negras: Nossos passos vêm de longe*. Enlaçando Sexualidades. UNEB. 2015.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. *Feminismo negro e suas práticas: algumas implicações na construção do simbólico*. In *Mulheres e Desigualdades de Gênero*. São Paulo: Contexto. 2008.

SILVA, Lucimeiry Batista; SILVA, Walmir Rufino. *Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais e o Movimento de Mulheres na Paraíba*. In VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Florianópolis. 2010.

SILVA, LeydeKlebia Rodrigues. *BAMIDELÊ: Por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba*. Dissertação do Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal da Paraíba. 2014.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. *O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens negros, Mulheres brancas e Mulheres negras*. Texto para Discussão 769. (Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA). 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WERNECK, Jurema. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*. *Mulheres Negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Criola.